



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76  
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86  
Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004

**Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial  
(PLANTER) - Mestrado Profissional**



PLAN TERR

**LEILA CARINE DOS REIS CONCEIÇÃO**

**(SOBRE)VIVER E (RE)EXISTIR: Identidade e territorialidade de  
mulheres em situação de rua, na SalvaDOR de cantos e malocas**

**LEILA CARINE DOS REIS CONCEIÇÃO**

**(SOBRE)VIVER E (RE)EXISTIR: Identidade e territorialidade de  
mulheres em situação de rua, na SalvaDOR de cantos e malocas**

Relatório de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (em nível de Mestrado Profissional) como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial pela Universidade Estadual de Feira de Santana, sob orientação da Profa. Dra. Acácia Batista Dias.

Feira de Santana/BA  
2020

## LEILA CARINE DOS REIS CONCEIÇÃO

**“(SOBRE)VIVER E (RE)EXISTIR: Identidade e territorialidade de mulheres em situação de rua, na Salvador de cantos e malocas”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial (PLANTERR) da Universidade Estadual de Feira de Santana como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Planejamento Territorial.

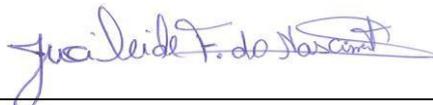
Aprovada em 02 de outubro de 2020.

### BANCA EXAMINADORA



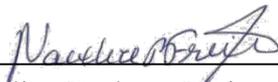
---

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Acácia Batista Dias Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/PLANTERR



---

Banca: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jucileide Ferreira do Nascimento Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB



---

Banca: Dr<sup>a</sup>. Nacelice Barbosa Freitas Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS/PLANTERR

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

C744s

Conceição, Leila Carine dos Reis  
(SOBRE)VIVER E (RE)EXISTIR: Identidade e territorialidade de  
mulheres em situação de rua, na SalvADOR de cantos e malocas / Leila Carine  
dos Reis Conceição. – 2020.  
123 f.: il.

Orientadora: Acácia Batista Dias.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, Feira de Santana,  
2020.

1. População em situação de rua. 2. Raça. 3. Gênero. I. Dias, Acácia  
Batista, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU 314.04-055.2(814.2)

A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para "ninar os da casa grande" e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.

*Conceição Evaristo*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer à minha ancestralidade espiritual, que cuida e fortalece, me mantendo firme diante dos obstáculos.

Àdupé Ori! Agradeço por eu ter escolhido essa *Ori* tão especial! *Ori* é quem me guia, é quem me faz perseverante para enfrentar as intempéries da vida;

Um agradecimento especial à minha avó Jandira pelo incentivo, apoio e carinho incondicional.

Ao meu tio Robson, que apesar do pouco tempo que estivemos juntos (no Aiyé) me ensinou como os estudos e o conhecimento poderiam ser libertadores.

Aos meus pais, irmãos, à família, pela parceria de sempre – parceria da vida... pois desde que nos encontramos, eu sou porque nós somos, pela certeza que seremos sempre amor em ação!

Sou grata aos espaços de militância, em especial aos dos feminismos, que me ajudaram a dar nome às minhas inquietações, especialmente sobre —ser mulher!.

Às minhas mais velhas e às irmãs que encontrei pela vida, agradeço especialmente, pela força e companheirismo. Sigo com muitas dúvidas e inquietações, mas com a certeza de que nossos passos vêm de longe e que não andamos sozinhas! Um salve especial a Paloma Souza, pois foi por caminho e não coincidência que nos encontramos na vida acadêmica; encontro este, propulsor para minha chegada nesta etapa do ensino. Serei eternamente agradecida pelo socorro epistêmico, acolhida e carinho!

Às mulheres que cederam seu tempo para participar desta construção coletiva: Grasi, Conceição, Sheila Maloca, Neia, Neguinha e Eloina; mais que interlocutoras, são companheiras de luta nas trincheiras da vida.

A Maria Lúcia (em memória), coordenadora do Movimento de População em Situação de Rua, pela força inspiradora.

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Acácia Batista Dias por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa e me desafiar a buscar forças quando achei que não seria possível.

Sou grata as Profa. Dra. Jucileide Ferreira do Nascimento e a Profa. Dra. Nacelice Barbosa Freitas pelo aceite em compor a banca de avaliação, e pelo apoio técnico prestado durante a qualificação da pesquisa.

## RESUMO

A pesquisa nasceu de uma ori-entação, buscou compreender as estratégias cotidianas de sobrevivência de mulheres em situação de rua na Baixa dos Sapateiros, Salvador-BA. Objetivou fomentar reflexões e fortalecer o debate sobre tais dimensões, junto às interlocutoras e a rede de suporte de saúde e socioassistencial que atua com esse grupo. Correlacionei a construção sócio-histórica brasileira e o fenômeno população em situação de rua, refletindo sobre o que Saffioti (2013) chamou de —nól, estabelecido entre três grandes contradições – racismo, gênero e classe social. Sendo estas contradições analisadas a partir de suas articulações na construção do território e de seus derivados – territorialidade e desterritorialização. O território do qual trata o estudo, é a rua, capaz de subsidiar territorialidades enquanto processo histórico de coadaptação recíproca e contínua entre sociedade humana e ambiente material, no que Saquet (2013) chamou de territorialidade ativa. O ponto forte deste estudo é a bibliografia, que correspondeu às expectativas, pois conseguiu elaborar um conjunto ordenado de procedimentos de busca de soluções a partir do repertório teórico levantado, atento a proposta de estudo. Entendo que, em sua totalidade, a pesquisa não atendeu o proposto inicialmente, pois com a pandemia da COVID-19, as oficinas que foram inicialmente adiadas, acabaram não sendo realizadas. A autoetnografia aparece como uma luz no caminho de incertezas que se tornou as etapas finais deste estudo, parafraseando bell Hooks (2019), mesmo nas piores circunstâncias é possível ter agência. Penso na autoetnografia como este espelho, por onde vejo minhas companheiras de luta e interlocutoras desse estudo, de onde construo base para descrever minhas experiências enquanto mulher negra e pesquisadora nas ruas da Baixa dos Sapateiros. Este estudo é uma importante contribuição para compreender a dinâmica de uma pesquisa de campo, com uma população complexa e intensa como a PSR.

Palavras-chaves: raça; gênero; população em situação de rua; território; política social

## ABSTRACT

This study was conceived from an orientation that, sought to comprehend the daily strategies of survival of homeless women living in Baixa dos Sapateiros Street, Salvador-BA. It aimed at encouraging and advancing the debate on such dimensions, along with the interlocutors and the health and social assistance support network that works with this group of women. I correlated Brazilian socio-historical construction and the homeless people phenomenon, reflecting upon what Saffioti (2013) named the "knot", established among three great contradictions - racism, gender and social class. These contradictions are hence analyzed taking into consideration their articulations in the construction of the territory and its derivatives - territoriality and deterritorialization. The territory covered by this study is the street, which is capable of providing the basis for territorialities as a historical process of reciprocal and continuous co-adaptation between human society and material environment, in what Saquet (2013) called active territoriality. The strength of this study is its bibliography, which corresponded to the expectations, as it was possible to elaborate an orderly set of procedures in order to seek solutions from the theoretical repertoire revised, attentive to the study proposal. I understand that, in its entirety, the research did not meet the criteria initially proposed because, due to the COVID-19 pandemic, the workshops initially postponed, ended up not being carried out. Self-ethnography emerges as a light in the path of uncertainty that has become the final stages of this study, paraphrasing bell Hooks (2019), even in the worst circumstances it is possible to exercise agency. I think of self-ethnography as a mirror, through which I see my struggle companions and interlocutors of this study, from where I build a platform to describe my experiences as a Black woman and researcher in Baixa dos Sapateiros Street. This study is an important contribution to understanding the dynamics of field research, with a complex and intense population like the PSR (homeless population).

Keywords: race; gender; homeless population; territory; social policy

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - Terminal da Barroquinha, cidade de Salvador/BA (2020).....	37
Figura 2 - Fotografia do Aquidabã, na cidade de Salvador (BA), a antiga estação de ônibus .....	38
Figura 3 - Fluxo de desterritorialização de África para o Brasil (Séc. XVI a XIX) .....	49
Figura 4 - Imagem Estilizada Sankofa .....	57
Figura 5 - Femicídios Durante a Pandemia da COVID-19 (2020) .....	63
Figura 6 - Reuniões da RENFA no terminal Aquidabã.....	87
Figura 7 - Placa externa e parte interna da sede do MPR-SSA .....	87
Figura 8 - Encontro de apresentação do projeto às interlocutoras .....	88
Figura 9 - Encontro realizados na XII Conferência Estadual de Assistência Social da Bahia .....	89
Figura 10 - As interlocutoras, da esquerda para direita: D. Conceição, D. Heloína, a pesquiadora, Neia e Sheila .....	94
Figura 11 - Grasi e D. Heloína na abertura da XII Conferência Estadual de Assistência Social da Bahia .....	96
Figura 12 - Sheila Maloca nos preparativos para a Marcha da Maconha (2018.....	97
Figura 13 - Néia na 11ª Bienal da UNE .....	98
Figura 14 - D. Heloína.....	99
Figura 15 - D. Conceição.....	100
Figura 16 - D. Júlia .....	101

### TABELA

Tabela 1 - Incidência da PSR no município de Salvador (2010).....	80
---	----

### GRÁFICOS

Gráfico 1 - Razão de rendimento das pessoas ocupadas no Brasil (%) (2018).....	31
Gráfico 2 - Proporção Raça/cor entre a PSR e a População Geral, Brasil (2009) .....	41
Gráfico 3 - População Residente no Brasil em 1872 .....	50
Gráfico 4 - Estatístico da entrada de imigrantes no Brasil de 1870 a 1953.....	53
Gráfico 5 - Distribuição da População em Situação de Rua por sexo - 2007/2008 (Salvador/BA .....	91
Gráfico 6 - Ocupação das interlocutoras da pesquisa .....	92

### MAPA

Mapa 1 - Transversais da Avenida J.J. Seabra .....	39
Mapa 2 - Rede de apoio institucional PSR .....	79

## LISTA DE ABREVIATURAS

CPA	Comissão Permanente de Avaliação
CEAS	Conselho Estadual de Assistência Social
CMS	Conselho Municipal de Saúde de Salvador
CnaR	Consultório na Rua
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MPR-SSA	Movimento de População em Situação de Rua de Salvador
MNPR	Movimento Nacional de População em Situação de Rua
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
RENFA	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas
SETAD	Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão
SEMPS	Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional
UBS	Unidades Básicas de Saúde
UPAs	Unidades de Pronto Atendimento

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Memorial: ser mulher, uma frustração de identidades?	18
2 FERRAMENTAS PARA NOVAS LEITURAS DA REALIDADE: territorialização, territorialidade e identidade	20
2.2 População em Situação de Rua e Identidade	23
2.3 As ferramentas do mestre nunca vão desmantelar a casa-grande	28
3. A RUA: mulheres, territorialidades e estratégias históricas de sobrevivência	35
3.1.1 LIVRES PARA MORRER NA SARJETA: gênese da população em situação de rua no Brasil.	45
4. SOTOPOLITANAS NA RUA: De que mulheres estamos falando?	58
4.1 Cidade do São SalvaDor?	58
4.3 CIDADE DAS SENHORAS QUE SALVAM DA DOR: De que mulheres estamos falando?	68
5. A RUA: Território, Territorialidade e garantia de direitos	73
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	85
6.1 Nos caminhos da pesquisa	85
6.1.2 SETE HISTÓRIAS: Yalodês e seus caminhos	94
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE	124

## 1 INTRODUÇÃO

Este estudo propõe refletir sobre o que Saffioti (2013) chamou de —nól, estabelecido entre três grandes contradições – raça, gênero e classe social, porém não sigo a linha de pensamento da referida autora, que defende que tais relações sociais são —consubstanciais e —coexistentes. A partir de uma ori-entação<sup>1</sup>, e optando por analisar tais contradições a partir de intersecções, adiciono a esta reflexão o território e seus derivados – territorialidade, desterritorialização e reterritorialização, processos que envolvem os limites e as fronteiras na construção de existências. Tais intersecções interessam mais por suas consequências, resultados e interações do que por suas definições em si, são instrumento para analisar as consequências da interação do que Crenshaw (2004) chamou de eixos de subordinação.

O território do qual trata este estudo é a rua, capaz de subsidiar territorialidades enquanto processo histórico de coadaptação recíproca e contínua entre sociedade humana e ambiente material, no que Saquet (2013) chamou de territorialidade ativa. Compreendo que as estratégias cotidianas de sobrevivência de mulheres em situação de rua, na Baixa dos Sapateiros, em Salvador-Ba., estão diretamente ligadas à construção do território e de seus derivados. Como nos lembra Djamila Ribeiro (2018), a estratégia é —ver a força da falta como uma mola propulsora para a construção de pontes, pois pensar na multiplicidade de existência das ruas, é pensar em pontes e não em dissidências. O trabalho com tais condicionantes é complexo, entretanto necessário, pois são através de tais reflexões que o status de poder e violência que permeiam as esferas sociais brasileiras poderão ser desnaturalizados. Refletir sobre esferas sociais no Brasil é pensar em uma formação sócio-histórica que estrutura relações sociais racializadas; neste país a raça informa experiências de gênero e de classe distintas, pois ser negra e negro no Brasil é ocupar a base da pirâmide social e ser o principal alvo de violência letal, uma realidade reforçada pela naturalização dos papéis sociais a que esses sujeitos foram condicionados. Corroboro com Scott (1989) ao pontuar que estudos sobre mulheres que possuem um posicionamento político mais global recorrerem a esses três grandes vetores (raça, gênero e classe social) para escrever

---

<sup>1</sup> A intelectual Carla Akotirene cunha esse conceito para situar que, para aqueles (as) com bases nas religiões Africanas, seguimos Ori, a cabeça.

uma nova história, e acrescento que tal escrita deve ser feita a partir de uma análise interseccional.

Na perspectiva da construção de novas histórias, Gloria Anzaldúa (2000) defende que as mulheres de cor deveriam buscar meios para expressar suas ideias, transformando-se em criadoras de suas teorias e não mais em meros objetos de estudo. Sendo assim, o diálogo dessa pesquisa será com —mulheres‖ em situação ou com trajetória de rua, no intuito de construir uma nova história a partir da contribuição dessas interlocutoras, sobre as categorias teóricas em questão.

Falar sobre rua, naquilo que acredito enquanto energia ancestral, é falar de Exu, aquele que é guardião, que é caminho, é movimento; a possibilidade de ligar e comunicar o Aiye ao Orun. Entretanto, o eurocentrismo e o ocidente fizeram de Exu a representação do mal, do impuro e imperfeito, um exemplo de como a ordem social majoritária constrói verdades absolutas e inquestionáveis. É necessário, portanto, analisar perspectivas contra-hegemônicas que vão na contramão desse processo de demonização, e acessar o entendimento que aponto no primeiro momento. Durante meu processo de aproximação com o conceito de território, busquei refletir sobre o quanto essa categoria é também resultado das correlações de forças, onde a ordem social majoritária dita as regras sobre as formas de sua apropriação e narrativas, que colocam a rua como insegura e inapropriada para as pessoas —de bem‖.

No intuito de ampliar essas e outras reflexões, e de entender como se constroem territórios, diálogo com Haesbaert (2011), que destaca a necessidade de analisar as configurações de contra-espaco dentro das ordens sociais majoritárias, seja em escalas menores, onde ocorrem às relações cotidianas, ou nas mais amplas. Visto que contra-espacos são entendidos como a apropriação de um espaco de maneira diferente ao qual a ordem majoritária o pensou, a existência da rua enquanto casa é uma das formas de apropriação do espaco fora da lógica hegemônica. Segundo esse autor, é neste jogo de contraposições que pode ser divisado e incentivado um novo arranjo espacial que permita um confronto de identidade capaz de fazer florescer uma diversidade liberadora. Destaco que não romantizo o território em questão, mas questiono os caminhos de construção de territorialidades que buscam fugir de uma lógica que homogeneíza existências.

Nesse sentido, pensar o território da rua é pensar a construção de territorialidades possíveis em uma correlação de forças. Considerar-se-á a perspectiva de Milton Santos<sup>2</sup> (2007), de que o território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais, do exercício da vida, ou seja, a rua para mais 30.000 brasileiros. O que coloca o território como elemento central para reflexões em relação às políticas públicas sociais, para esse grupo social e para toda sociedade; pois como não são apenas espaços físicos, ao se desenhar e ofertar serviços de políticas públicas sociais é preciso levar em conta os usos que são feitos do espaço e as dinâmicas construídas.

As reflexões aqui entabuladas consistem em matéria relevante, pois amplia o debate sobre esse tema e, mais especificamente, coloca a mulher em situação de rua no seio do debate. Esta pesquisa projeta a problemática: Quais as estratégias cotidianas de sobrevivência de mulheres em situação de rua da Baixa dos Sapateiros, Salvador-BA? O primeiro Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (2007-2008), desenvolvido em 71 cidades, identificou que 31.992 brasileiros tinham as ruas como moradia e retirada de sustento. Dessas pessoas, 2% eram mulheres e 80% eram homens. Em Salvador, segundo esta pesquisa, das 3.289 pessoas nesta situação, 22% eram mulheres, 78% eram homens e 85% são negros e negras, o que determina que a raça é elemento central para qualquer reflexão sobre pessoas em situação de rua em Salvador. O número de pessoas em situação de rua tem aumentado no Brasil, mas infelizmente pouco ainda se sabe sobre essa população, pois os dados que existem estão desatualizados. O dado que aponta este aumento é o número de pessoas cadastradas no CadÚnico, ou Cadastro único, onde se identifica quem são e como vivem as pessoas e famílias de baixa renda no Brasil. Em 2014 haviam 21 mil pessoas cadastradas como em situação de rua, este número salta para 134 mil em 2019 (CORTIZO, 2019).

O presente estudo é um esforço de abordar como se dá a vida cotidiana de mulheres em situação de rua, suas relações e demandas. Frederico (2000), fundamentado em Lefebvre (1986), aponta que —no cotidiano estão contidas além das diversidades que caracterizam a vida dos trabalhadores, as possibilidades de produzir uma vida nova [...] (p. 72). O território é capaz de influenciar tais possibilidades, pois é um espaço socialmente

---

<sup>2</sup> Opto pelo posicionamento político de indicar, ao longo desse estudo, os/as intelectuais negros/as com nome e sobrenome, pois como indicou Lélia González (Bairros, 2000 p. 02), —negro tem que ter nome e sobrenome, senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles!. Desse modo, declino das regras da ABNT no que tange aos/as intelectuais negros/negras, e estendo essa lógica aos/as intelectuais que constroem reflexões decoloniais.

construído. Recorro ao estudo do cotidiano dessas mulheres para identificar as estratégias de sobrevivência, dialogando sobre como dormem, comem, cuidam da saúde, se protegem, pois entendo que estes são caminhos para compreender a realidade em que estão inseridas e quais são suas redes de apoio, sejam elas institucionalizadas ou não. Para tanto, trabalho com a multiplicidade de manifestações que caracterizam o território, e sobretudo com a multiplicidade de poderes neles incorporados através da relação dos sujeitos envolvidos (HAESBAERT, 2004).

Na contramão de pensamentos hegemônicos proponho novas perspectivas de leitura das realidades. O objeto deste estudo surge de uma dessas perspectivas, um olhar afrocentrado e descolonial, capaz de correlacionar a construção sócio-histórica brasileira e o fenômeno da população em situação de rua; esse último, uma expressão da questão social no Brasil. Em um primeiro momento busco compreender as estratégias cotidianas de sobrevivência de mulheres em situação de rua da Baixa dos Sapateiros, na cidade de Salvador (BA), para fomentar reflexões e fortalecer o debate sobre tais dimensões, junto às interlocutoras e a sua rede de suporte de saúde e socioassistencial.

No intuito de ampliar as reflexões à baila, proponho caracterizar o público alvo a partir de dados sociodemográficos: trajetória e tempo de vida na rua, suporte social, estado de saúde, consumo de substâncias psicoativas, acesso a serviços de saúde e assistência social. Em seguida, verifiquei as demandas (alimentação, moradia, saúde e segurança) elencadas pelas interlocutoras e suas estratégias cotidianas para suprir tais demandas. Proponho identificar a percepção das atrizes acerca do tema, desnaturalizar e explicar as contradições e os fenômenos sociais a partir dessa ótica, em uma perspectiva da interdependência entre fatos e fenômenos que corroboram para as experiências de vida das interlocutoras. Destaco que o produto desse estudo é apresentado a partir de uma autoetnografia, onde busco apresentar como fui afetada pelo processo de pesquisa e pela interação com as interlocutoras.

A etapa seguinte sistematiza os dados sociodemográficos e as demandas elencadas, em um produto que fortaleça o debate sobre as estratégias cotidianas de sobrevivência de mulheres em situação de rua. Proponho dialogar sobre o resultado desse estudo com profissionais que compõem a rede de saúde e a rede socioassistencial que operacionalizam serviços e suporte a esse grupo social, assim como com os Movimentos Sociais que atuam junto a estas mulheres. A intenção é fomentar reflexões e fortalecer o debate sobre tais dimensões, principalmente entre as interlocutoras, podendo ser replicados para os demais

membros do Movimento de População em Situação de Rua de Salvador (MPR/SSA) e a Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA), visto que estes são importantes espaços de debates políticos para o público em questão.

Para cumprir tal intento, este estudo foi organizado da seguinte maneira: na seção dois, intitulada Ferramentas para Novas Leituras da Realidade: territorialização, territorialidade e identidade, foram apresentados os conceitos, ou como prefiro, as ferramentas, um esforço de reunir elementos diferentes, a partir de conceitos de categorias teóricas diversificados, que buscam construir um todo coerente. Distribuo esta seção em três subitens, a saber: 2.1 População em Situação de Rua: territorialização e territorialidade, discorro sobre as categorias território e territorialidade, pontuo como são engendradas pelas dimensões raciais, de gênero e classe, pois estas três dimensões estruturam a vida em sociedade, que se conformam em relações patriarcais, racistas e classistas; 2.1.1 População em Situação de Rua e Identidade, ampliei a reflexão para o conceito de identidade, pois está se constrói a partir de processos de existir, a vivência e a relação com o processo produtivos e as relações sociais, constituindo-se em elemento essencial para refletir sobre a população em situação de rua; 2.1.2 As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande, proponho o desafio de pensar novas ferramentas para buscar entender as realidades, pois acredito que não existe uma única realidade, e por isso, não deve existir uma única forma de interpretá-las. Como afirma Audre Lorde (2016), não serão as ferramentas do mestre, as responsáveis por dismantelar as suas casas. Acredito que não é possível mudar a realidade hegemônica, pensando alternativas a partir de bases epistêmicas hegemônicas, que grosso modo, foram concebidas para a manutenção do que está posto.

Posteriormente apresento a Rua para além da dominação, busco discutir sua forma apropriada, assenhorada, onde cada sujeito, por diversos motivos à tomou por morada. Denominada de A RUA: mulheres, territorialidades e estratégias históricas de sobrevivência a seção 3 é dividida em subitens: 3.1 RUA: de espaços lisos a territórios alternativos, onde defendo a rua enquanto um ‘\_território alternativo’, pois é espaço de existir, em múltiplas dimensões, um espaço contra hegemônico, que para tocar e ser tocado precisa de novas perspectivas e visões de mundo. 3.1.1 Livres para Morrer na Sarjeta: gênese da população em situação de rua no Brasil, apresento aspectos relacionados à formação sócio histórica do Brasil e a relação com a questão social brasileira, forjada a partir da inclusão precária da população negra após a abolição legal. Na seção quatro, intitulada Soteropolitanas na rua: de que mulheres estamos falando? Discuto a apropriação

do território a partir do sentido dado ao ser —mulher|. Está seção foi dividida em dois subitens, a saber: 4.1 Cidade do São SalvaDor?, destaco as peculiaridades que formam os territórios de Salvador, aponte especificidades no processo de modernização que influenciam nas territorialidades. 4.1.1. Soteropolitanas na Rua, neste ponto busco discutir a perspectiva de soteropolitanas na rua, discuto como o racismo e o sexismo, são um conjunto de gestão sistêmica, que se organizam e se desenvolvem, assim como operam por meio de estruturas. 4.1.1 Cidade das Senhoras que Salvam da Dor: de que mulheres estamos falando? Proponho a discussão sobre apropriação dos espaços públicos e suas peculiaridades a partir do gênero e da raça.

Na seção cinco, busquei a confluência entre território e política pública social, intitulado A rua: Território, Territorialidade e garantia de direitos, apresenta dois subitens, o 5.1 Política Pública: garantindo direitos? E o 5.1.1 Política de Assistência Social e o 5.1.2 Política de Saúde. Na seção seis, apresento o processo metodológico e os caminhos percorridos na construção da pesquisa.

### **1.1 Memorial: ser mulher , uma frustração de identidades?<sup>3</sup>**

Eu, Leila Reis, cresci me achando —diferentel, grande demais, gorda e forte – isso mesmo, forte – nunca fui —fragilzinhal, o que parece ser premissa para ser —mulher| na sociedade brasileira. Efetivamente não correspondo ao mito da beleza e dessa feminilidade limitadora, isso somado a uma voz grossa – —quase masculinal| (como alguns gostam de dizer), resultam em recordações dolorosas ao longo da vida. Me forjei a partir dessa interrogação, do que é feminino e masculino; apesar de para mim isso não ser uma questão, fui forçada a tal questionamento diante das opressões experienciadas ao longo da vida. Sou grata aos espaços de militância, em especial aos dos feminismos, que me ajudaram a ver beleza nos braços grandes, nos seios que não cabem na palma da mão e no quadril largo – entender que o corpo é meu, e que não foi feito para agradar a mais ninguém. Passei a respeitar a potência da minha voz como presente ancestral, e utilizá-la como instrumento para confrontar o poder brancocentrico e cisheteropatrialcal.

Apesar de diferente do que hegemonicamente era e ainda é difundido, passei a entender que existem formas diversas de ser e existir. São os espaços de militância que me

---

<sup>3</sup> A partir da sugestão da professora Nacelice Brbosa Freitas inserir esse questionamento no título do memorial.

ofertam outros caminhos para interpretar as realidades, a partir daí entendo que o —diferente é racializado e que essa sensação de ser —a outra é construção social e projeto de aniquilação de um grupo específico da população brasileira. Começo a dar nomes às minhas dores e a perceber que essas são dores coletivas.

Nesse ponto, o curso de Serviço Social surgiu para mim como a resposta concreta aos meus questionamentos, pois foi através das dimensões preconizadas pela profissão, a saber: técnico-operativa, teórico-metodológico, bem como ético-política, que consegui fortalecer a criticidade desenvolvida na militância, respostas que as minhas referências ancestrais já haviam me ofertado, mas que diante do modelo eurocêntrico de conhecimento era/é constantemente fragilizada. Estou na sociedade, e não escapei da cilada de achar que a academia e sua racionalidade moderna, território hegemonicamente da validação do conhecimento, seria o lugar de tais respostas. Foi o Serviço Social, através da oportunidade de ocupar espaços de discussão extra-acadêmicos, que me possibilitaram questionar o entendimento singular de conhecimento. Essa situação corroborou para que decidisse pelo Movimento de População em Situação de Rua de Salvador como campo de estágio.

O primeiro contato com mulheres em situação de rua aconteceu no primeiro estágio curricular, em 2015, oportunidade em que conheci Maria Lúcia Pereira, coordenadora nacional do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) de Salvador à época. Com uma fala marcante sobre os profissionais de Serviço Social, Maria Lúcia dizia não entender para que servia essa profissão que em nada contribuiu com sua saída da rua. Entendi que não queria ser essa profissional, mas era preciso descobrir novos caminhos. A figura da assistente social Aline Jones foi muito importante nesse processo, uma referência, uma mulher não-negra que reforça uma máxima do grupo baiano Simples Rap'ortagem de que —Nem todo branco é inimigo, nem todo preto é aliado<sup>4</sup>.

Lúcia, como passei a chamá-la, tornou-se uma parceira de luta, alguém por quem terei eterna admiração, em sua breve passagem pelo *Áiyé*<sup>5</sup>, resistiu e lutou pelo direito das pessoas em situação de rua à uma vida digna, contribuiu na melhoria de políticas públicas, e nos serviços ofertados a essa população. Como nos lembra o professor Jayro de Jesus sobre a visão dos yorúbas e os africanos em diáspora sobre a morte, em abril de 2018 retornou à sua massa ancestral de existência. Maria Lúcia viveu 16 (dezesesseis) anos nas ruas, construiu e foi coordenadora nacional do Movimento de População de Rua de

---

<sup>4</sup> Parte da letra da música Denegrada, do grupo baiano, Simples Rap'ortagem.

<sup>5</sup> *Áiyé*, a Terra dos humanos

Salvador até o dia que retornou ao Órum<sup>6</sup>. Minha força vem das minhas mais velhas e das irmãs que encontro pela vida, por isso peço licença para saudar Maria Lúcia Pereira em nome das ancestrais e das mais velhas, pois nada é feito sem as bênçãos dos passos que nos antecedem. Sigo com muitas dúvidas e inquietações, mas com a certeza de que nossos passos vêm de longe e de que não andamos sós!!!

Assistente Social, mulher negra, filha de Xangô, com sol em câncer e lua em escorpião, sigo construindo militância por um mundo mais justo. Atualmente, contribuo na construção de dois movimentos sociais: o MPR-SSA e a RENFA. Esta última, na Bahia, tem a especificidade de construir com mulheres pesquisadoras ou ativistas, envolvidas de formas diversas na luta pela reforma da política de drogas, mulheres em situação de rua, com trajetória de rua, que vivem em ocupações, estando em seus territórios ou no cárcere. Um movimento de mulheres, de perfil variado, que objetiva fomentar a ampliação do envolvimento político de outras mulheres às práticas antiproibicionistas, construindo caminhos para um modelo de política de drogas mais justo.

A RENFA me proporciona viver a militância ativa, mudando a minha vida e das mulheres com as quais construímos.

## **2 FERRAMENTAS PARA NOVAS LEITURAS DA REALIDADE: territorialização, territorialidade e identidade**

O estudo se coloca como um desafio, pois versa sobre uma população cuja produção bibliográfica é mínima – a População em Situação de Rua. A carência de produção acerca desse tema fica mais evidenciada, quando a busca é articulada com as categorias raça, gênero e classe social. As categorias em questão são permeadas por relações de poder que podem influenciar na construção da territorialidade.

Sack (1986) reconhece que a territorialidade é uma base de poder, sendo a territorialidade humana —uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas (SACK, 1986, p.2). Torna-se necessário refletir como raça, gênero e classe se articulam na construção de territorialidades, pois acredito que na história brasileira raça e gênero foram utilizadas como prerrogativas para controlar corpos e limitar existências, conformando classe social de maneira racializada e com papéis de gênero limitantes.

---

<sup>6</sup> Órum, o —Céul dos Orixás, mundo espiritual.

Em outra perspectiva, com enfoque em fatores econômicos, Raffestin (1993) pontua a territorialização como um processo das relações sociais em que estão envolvidos o Estado, às empresas, outras organizações e os indivíduos, estes ao meu ver, são responsáveis pela reedição de tecnologias que conformaram as dinâmicas descritas para constituir as relações de classe social no Brasil.

Destaco que trato ao longo deste estudo, o conceito de tecnologia como o estudo sistêmico sobre teorias, processos e métodos da ação humana, de maneira racializada, pois **o racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder**, em termos foucaultianos **esse velho direito soberano de matar** (MBEMBE, 2019, p.18, grifos nossos)

Sack (1986) e Raffestin (1993) percebem a territorialidade por abordagens relacionais, resultado de influências ora políticas, ora econômicas, que influenciam a forma como vivem grupos sociais, e a maneira como se dá a correlação de forças entre estes. A correlação de força aqui, é percebida como a relação entre os indivíduos, entre estes e as instituições; é a forma que interagem para garantir a manutenção do poder. Demarco que esta é uma luta coletiva, pois a territorialidade se constrói em um território, e este é construído socioeconomicamente. Parafraseando a professora Maria Helena Elpidio Abreu (2018) é preciso apontar o território como chão da luta de classes, capaz de expressar a vida social em movimento. Para tanto, é preciso compreender a micropolítica que existe dentro desta classe, que intersecciona raça e gênero, assim como tantos outros sistemas de opressão.

## **2.1 População em Situação de Rua: territorialização e territorialidade**

A rua no Brasil é essencialmente masculina (82%)<sup>7</sup>, entretanto há mulheres nesse território; segundo a Pesquisa Nacional para a População em Situação de Rua, correspondem a 18% do total de pessoas em situação de rua no país. Em relação a raça, negros e negras são a maioria das pessoas que ocupam as ruas no Brasil, o equivalente a 67% deste grupo populacional. A forma como gênero e raça são experimentados, configura territorialidades e territorialização diversificadas, pois com a adição do legado do escravismo colonial, pessoas negras e não negras, têm experiências sociais diferentes.

---

<sup>7</sup> BRASIL. Política Nacional para a População em Situação de Rua. MDS, Brasília, 2009

O processo de territorialização é um campo de poder, resultado de apropriação e domínio social, construído socialmente, —um esquema para criar e manter o contexto geográfico através do qual experimentamos o mundo e lhe damos significados‖ (SAQUET, 2013, p.84). Enquanto a territorialidade é um componente do poder, onde —o homem, ser biológico e social, interage-se com outros homens e torna mais complexa sua vida‖ (SAQUET, 2013, p.88). À vista disso, propomos refletir sobre territorialização, partindo das acepções teóricas de Sueli Carneiro (2005) e Achille Mbembe (2019) sobre poder e a insuficiência do conceito de biopoder, sendo necessário a adição do dispositivo colonialidade para tal reflexão.

Mbembe (2019) aponta a insuficiência da noção de biopoder para dar conta das submissões contemporânea na relação entre vida e morte, e propõe a adição do dispositivo colonialidade para apreender a noção de necropolítica e necropoder para pensar soberania como a capacidade de decidir quem é descartável e quem não é. Nesta direção, destaco que abordo territorialidade para além de uma ação individual, busco discutir como essa dimensão deve ser observada a partir do dispositivo colonialidade sendo capaz de contribuir para mudar a estrutura social e tencionar as relações sociais impostas pela branquitude eurocentrada, visto que, essas novas relações espaciais, são responsáveis por construir fronteiras hierárquicas, classificando pessoas a partir de diferentes categorias e imaginários culturais. Mbembe (2019) nos lembra que o espaço era base da soberania e da violência que esta carregava, e que estava diretamente relacionada com ocupação, sendo capaz de relegar o colonizado a uma categoria entre o sujeito e o objeto.

Defendo que esta variante do território é, também, engendrada pelas dimensões raciais, de gênero e classe, pois essas três dimensões estruturam a vida em sociedade, que se conforma em relações patriarcais, racistas e classistas. Entretanto, alerta que para compreender as relações desiguais na sociedade brasileira, é preciso atentar que a ideologia racial, e não a de classes, acompanhou o desenvolvimento do mundo, e se transformou em uma arma de destruição, pois os governos imperialistas utilizaram-se da raça para se organizar politicamente. Essas reflexões nos importam, pois como afirma Oyèrònkè Oyèwùmí —sem atenção ao domínio material global do Ocidente, não pode haver uma compreensão ajustada para sua hegemonia continua nas ideias e na produção do conhecimento‖ (p.18).

Refletir sobre os contextos que permeiam a vida das mulheres em situação de rua da Baixa dos Sapateiros, Salvador/BA, antepõe algumas questões – dentre estas, situar as

mulheres em um contexto de exclusão, ou como sugere a professora Nacelice Barbosa Freitas (informação verbal)<sup>8</sup>, a inclusão dessas mulheres na sociedade de classes. Complemento a reflexão da professora, alertando que esta é uma sociedade de classes com dispositivos de racialidade, sendo assim, é preciso discutir a micropolítica engendrada nesses dispositivos.

## **2.2 População em Situação de Rua e Identidade**

Pensar identidade quando discutimos território é pertinente, pois a identidade se constrói a partir de processos de existir, a vivência e a relação com o processo produtivos e as relações sociais, a valorização do espaço geográfico a partir de sua apropriação. O território é uma forma de demarcar a identidade de um grupo social, a forma como este se relaciona entre si, com a natureza, estabelecendo uma identidade sociocultural, que é também territorial. Tal identidade é forjada em bases culturais, que são diversas, e influenciam na cosmovisão de mundo que cada grupo social vai estabelecer com seus pares e com os —outros|. Milton Santos (1987) afirmou que cultura e territorialidade são em grande medida, sinônimos, pois —as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar| (SANTOS, 1987, p.61). Uma forma de destacar como indivíduos e grupos de pessoas ao chegar em novos territórios, estabelece relações de poder, configurando uma força externa que interfere na formação dos indivíduos que habitam o território, assim como, a dinâmica de vida dos que chegam também é influenciada por quem já habitava o território.

A desterritorialização tem ligação direta com a alienação, no sentido de estranhamento e desculturalização, pois a relação entre os novos habitantes e os autóctones, é dialética; territorialidade novas e antigas interferindo reciprocamente, incidindo nas culturas de cada grupo envolvido nesse processo de apropriação do território (SANTOS, 1987). O que está em jogo nessa situação é o poder exercido por cada um dos envolvidos nesse processo de desterritorialização e reterritorialização. No que se refere a construção social do gênero, dos papéis sociais de mulheres e homens, essa dinâmica constrói sujeitos universais, paradigmas a serem seguidos de maneira universal, sem observar especificidades culturais e identitárias.

---

<sup>8</sup> Fala da Professora Nacelice Barbosa Freitas na qualificação do Mestrado da autora deste estudo, em agosto de 2019

Tiene (2004) afirma que à —mulher||, —desde a antiguidade, foi negada uma identidade, e ainda no início do terceiro milênio, sua situação em muitos lugares, não é muito diferente|| (p. 14). Refletir sobre essa identidade negada é situá-la como resultado de um processo de diferenciação, que acarreta em diferenças simbólicas e materiais entre distintos grupos sociais. Nesse ponto, situo que utilizo a palavra —mulher|| entre aspas com a intenção de alertar que esse é um conceito, mas especificamente um conceito ocidental. A partir do momento em que me proponho a teorizar sobre gênero numa perspectiva afrocentrada, devo alertar sobre a criticidade necessária ao adotar tais categorias (mulher e gênero) que em grande medida são utilizadas numa perspectiva colonial. Tal reflexão vai de encontro às análises feitas pela socióloga nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí, que aponta a necessidade de se historicizar tais categorias, para não incorrer em leituras hegemônicas. Isto posto, é oportuno destacar que mulheres de grupos sociais distintos vivem de maneiras diferentes e ritmos variados, pois partiram de patamares desiguais e, no desenrolar dos acontecimentos, —não caminharam juntas nem no mesmo passo, e com nítidos privilégios para umas e exclusão para outras|| (NAPOMUCENO, 2013, p. 383). As experiências de opressão vivenciadas por mulheres negras e não negras terão aparatos e tecnologias diferenciadas, pois a adição do quesito raça às suas existências, antepõe hierarquização entre estas. O racismo é um sistema de poder, que estrutura as relações sociais brasileira, o que me remete ao livro Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide, de Cecília Toledo (2008), proponho ampliar o olhar sobre esta argumentação, e sugiro —mulheres||: o gênero nos une, a raça e a classe nos dividem. A condição de exploração, opressão e apropriação da \_mulher|| tem base material e concreta, do mesmo modo que o racismo, mas este último não tem uma dimensão apenas simbólico, ele reverbera em opressão física e material, pois são as mulheres negras que compõem a base da pirâmide social no Brasil.

No que diz respeito às interlocutoras desta pesquisa, defendo que tais aparatos e tecnologias são reinventados, pois são mulheres negras, contrapondo a lógica hegemônica de espaços públicos e privados, sobre a qual se instituiu a existência de homens e mulheres – elas têm a rua como moradia e retirada de sustento. Condições que caracterizam dissidência, condutas desautorizadas, conseqüentemente alvos do necropoder, que —embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade|| (MBEMB, 2019, p.71).

Pensar em um ser —mulher|| único e que experimenta o mundo da mesma maneira é um equívoco. A identidade está diretamente relacionada a condições sociais e materiais, se

um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como o tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais (WOODWARD, 2000, p. 26). A população negra no Brasil sempre foi o outro, o diferente e exótico, o que não está no padrão colonialista - corpos lidos como violentos e sujos, que precisavam ser controlados e higienizados, o que corroborou para uma construção de identidades marginalizadas. Nesse raciocínio, é possível inferir que a mulher negra é o outro do outro, pois como afirma Grada Kilomba (2019), se o homem negro é o outro do homem branco, a mulher negra é o outro do homem branco, e também do homem negro e da mulher branca. O processo de construção da identidade ocorre a partir de diferenciações, acarretando em divisão e classificação, o que resulta em hierarquizações das identidades (DA SILVA, 200). Essa construção hierárquica é permeada por relações de poder, uma perspectiva a partir de Foucault (1989), em que o poder não é uma coisa, mas sim uma relação, que mesmo desigual não tem um ponto central de onde irá emanar (HAESBAERT, 2011). Assim, afirmo que essa relação será mais ou menos desigual, a partir de qual referencial estará sendo utilizado, de que grupos sociais estarão construindo essas relações. O território tem papel fundamental nessa construção, pois é também —espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2011, p. 35).

Ao refletir sobre —mulher|, é preciso entender que mulheres são essas, é preciso compreender os estudos de gênero, pois implica em compreender a estruturação hierárquica entre o homem e a mulher e os papéis sociais designados para ambos. Entretanto, sem abandonar a perspectiva racial e de classe, que irão apontar experiências diferentes diante dos elementos apresentados até o momento. É preciso entender que os papéis de gênero estão ligados à performance que se espera dos sexos, não são inerentes às relações sociais, e não devem ser secundarizados ou supervalorizados em relação a outras categorias (OYÈRÓNKÉ, 2004). Raça, gênero e classe são ferramentas essenciais para radicalizar os estudos das relações sociais, para compreender a raiz, à origem e o fundamento das iniquidades sociais no Brasil. Este estudo buscará em um primeiro momento caracterizar o público alvo da pesquisa à luz de tais reflexões, situando as múltiplas possibilidades de ser mulher, com destaque para as que têm a rua como moradia e/ou retirada de sustento, situando as dinâmicas de poder que constituem essas existências.

Cisne (2014), situando sua reflexão a partir de análises consubstanciadas, destaca que a forma de organização da sociedade capitalista estrutura as diferenças hierárquicas, a classe não está relacionada unicamente à posição diante da propriedade dos meios de

produção, é definida também —pela posição no interior de certas relações sociais de produção, e ainda, —pela consciência que associa ou distancia de uma posição de classe e —pela ação dessa classe nas lutas concretas (IASI, 2007 *apud* CISNE, 2014, p. 23). Partindo de uma análise interseccional, dialogo com a afirmação da referida autora para situar que nesta relação social de produção está o componente racial, e que este não é consubstancial, pois em uma sociedade com base escravista colonial, a raça é do ponto de vista político o fim da humanidade e não uma dimensão a mais a ser analisada, pois a estrutura social é racista.

A formação sócio-histórica do Brasil recrudescer as iniquidades de classe, pois pensar que a propriedade privada dá o tom das relações em uma sociedade capitalista é pensar na lei nº 601, a conhecida Lei de Terras (1850). Essa Lei destituiu a população negra da possibilidade de ser detentora da propriedade privada, e conseqüentemente, dos meios de produção, negros não poderiam ser donos de terras, pois a terra era adquirida de maneira direta e não pelo trabalho. A democratização da estrutura fundiária brasileira torna-se impossível, pois a terra passa a ser de grandes latifundiários – o início de medidas que buscaram colocar a população negra em condição de submissão, pois difunde-se que negros não possuem aptidão para trabalhar nessas terras.

O relatório *Terrenos da Desigualdade* (2016), da OXFAM Brasil, destaca que a propriedade exerce uma função social, que há —um vínculo entre a propriedade da terra e o exercício do poder político, e alerta que a desigualdade social está diretamente relacionada com a concentração de terra (BRASIL, 2016, p.2). Tal desigualdade é historicamente construída; a apropriação latifundiária e a concentração de terras no Brasil, condicionam negros/as e índios/as a uma inclusão precária na sociedade que está se formando, sendo excluídos territorialmente, e sem condições financeiras dignas.

No Brasil, a —questão da colonização do território aconteceu a partir da questão racial, o sistema de colonização manteve estruturas econômicas, políticas e culturais que foram capazes de perpetuar territorialmente a divisão sócio-racial da população (DE SOUZA, 2017, p.1). É possível compreender porque Fernandes (1978) sinaliza que o processo de formação da sociedade capitalista ocorre de maneira peculiar no Brasil. O autor destaca a brutal situação de segregação dessa formação e sua ligação direta com a questão racial. Notadamente, as estruturas de raça, gênero e classe não podem ser tratadas como variáveis independentes, porque as opressões relacionadas a cada uma dessas estão inscritas umas nas outras.

A abolição legal ocorre, mas são mantidos os valores coloniais na sociedade brasileira, e a população é abandonada à própria sorte, a rua surge como única possibilidade de existir, sendo ressignificada ao longo do tempo, mas para muitos mantida nessa perspectiva – de único caminho possível. Nessas bases recrudescer o fenômeno população em situação de rua no Brasil, fruto da produção e reprodução de desigualdades.

Tiene (2004) considera que a mulher e o homem são levados a morar na rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não a pessoa e a vida. Arrisco-me a dizer que em uma sociedade com herança do escravismo colonial tal reflexão não pode ser feita sem olhar para o passado, pois por mais que o escravismo seja inerente a muitas sociedades, a forma como ele ocorre no Brasil é específica, com a peculiaridade de desumanizar corpos negros; uma ideia que ultrapassa as gerações, pois não foram construídas estratégias para romper com essa realidade, ao invés disso são pensadas estratégias como a da democracia racial<sup>9</sup>, que a reforçam.

A questão aqui não é permanecer no passado, mas compreender como esse passado constrói as relações atuais e configura o futuro, pois o escravismo colonial deu lugar a um capitalismo permeado pelos valores coloniais, que são recrudescidos e inventa novas tecnologias de opressão, retroalimentando a desigualdade na sociedade brasileira. Segundo Paulo Freire (1970), opressão é a negação constante da capacidade de desenvolvimento de um determinado grupo social, que tem como característica, ser coletiva, sistêmica e histórica.

Carvalho (2016) lembra a importância de analisar que, mesmo em tempos remotos, a situação de rua se relaciona às condições de vida e de subsistência das populações em meio a uma sociedade desigual. A desigualdade no Brasil é algo intrínseco, e é retroalimentada, visto que a riqueza é historicamente distribuída de maneira desigual, e a pobreza tem cor. O Estado pouco tem trabalhado para mudar essa realidade; em uma sociedade de classes como a do Brasil, o Estado se confunde com a iniciativa privada e constitui um sistema tributário fortemente concentrado no consumo, o que torna a pessoa mero consumidor, que tem seu valor medido em sociedade pelo seu poder de compra – ou seja, a capacidade que cada indivíduo tem de adquirir bens e serviços com uma

---

<sup>9</sup> SILVA, G., 2013. Geraldine Silva alerta quanto ao uso do termo —mito da democracia racial, onde a palavra Mito tem uma conotação pejorativa, se assemelha a mentira, um significado construído no ocidente moderno, que vai contra a cosmovisão africana, para a qual o mito é uma explicação do mundo. Tal conceito materializa a ideia de que o critério racial não é relevante para definir as chances da população negra no Brasil.

determinada quantia de dinheiro. Em uma sociedade de classe racializada a partir da submissão dos negros e negras, é possível inferir quem é que tem poder de compra, quem tem direito a viver de maneira digna com acesso a saúde, escola, moradia e a propriedade.

A desigualdade social não é algo universal nas sociedades, muito menos necessária, mas historicamente construída, conformada pelas relações de poder, em especial, na ordem econômica e política. Uma relação que exclui e impede que certos grupos —tenham os mesmos direitos, participem da distribuição de riquezas e tenham as mesmas oportunidades de sobrevivência, existência e de florescimento que os outros segmentos, considerados os dominantes na relação (VIANNA, L.C.R.; et. al, 2019, p. 9)

### **2.3 As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande**

Diante do exposto nos parágrafos anteriores, proponho o desafio de pensar novas ferramentas para buscar entender as realidades, pois acredito que não existe uma única realidade, e por isso, não deve existir uma única forma de interpretá-las. Como afirma Audre Lorde (2016), não serão as ferramentas do mestre, as responsáveis por dismantelar as suas casas. Refiro-me a essa afirmação, pois acredito que não é possível mudar a realidade hegemônica, pensando alternativas a partir de bases epistêmicas hegemônicas, que grosso modo, foram concebidas para a manutenção do que está posto.

Stuart Hall (2003) salienta que as teorias são caixas de ferramentas a serem usadas em benefício próprio, desse modo, o autor propõe o desafio de pensar as relações entre o social e o simbólico, de forma não reducionista, caminho que busco percorrer nesse estudo. As teorias utilizadas aqui buscarão visibilizar experiências de uma população historicamente vilipendiada – mulheres em situação de rua da Baixa do Sapateiro, em Salvador-BA. Para tanto, proponho uma análise materialista histórica dialética e interseccional, pois busco uma análise relacional das realidades, procurando entender **as múltiplas determinações dos processos sociais historicamente situados**, e a essência do fenômeno população em situação de rua. Com isto situo o referido fenômeno na **realidade social sob o ponto de vista da totalidade concreta, pois entendo que este fenômeno é fruto de um momento específico da totalidade**, o escravismo colonial no Brasil. Este último, também é um fenômeno que confere sentido a si, e ao mesmo tempo a população em situação de rua, pois **a totalidade compreende a realidade nas suas íntimas e complexas determinações, e revela, sob a superfície dos fenômenos, suas conexões**

**internas, necessárias a sua apreensão.** Este entendimento perpassa por **compreender o concreto em um processo de síntese,** levando **em consideração o número cada vez maior de fenômenos reais, e investigar partes do todo** (BEHRING et al, 2009, grifos nossos).

O esforço é para desvendar o significado real do fenômeno população em situação de rua no Brasil, para que seja possível compreender como as mulheres em situação de rua de Salvador desenvolvem estratégias de sobrevivência. Diante dos sistemas de opressão de gênero, raça e classe que atravessam essas mulheres, proponho a Interseccionalidade por ser uma ferramenta analítica capaz de articular os referidos sistemas de opressões, focando, especificamente, nos resultados das intersecções entre estes. Entendo a centralidade da questão racial para as reflexões que busquei construir neste estudo, pois o racismo no Brasil reverbera nas estruturas que conformam a sociedade, mas não posso perder de vista que gênero e classe se articulam com a raça para recrudescer as desigualdades.

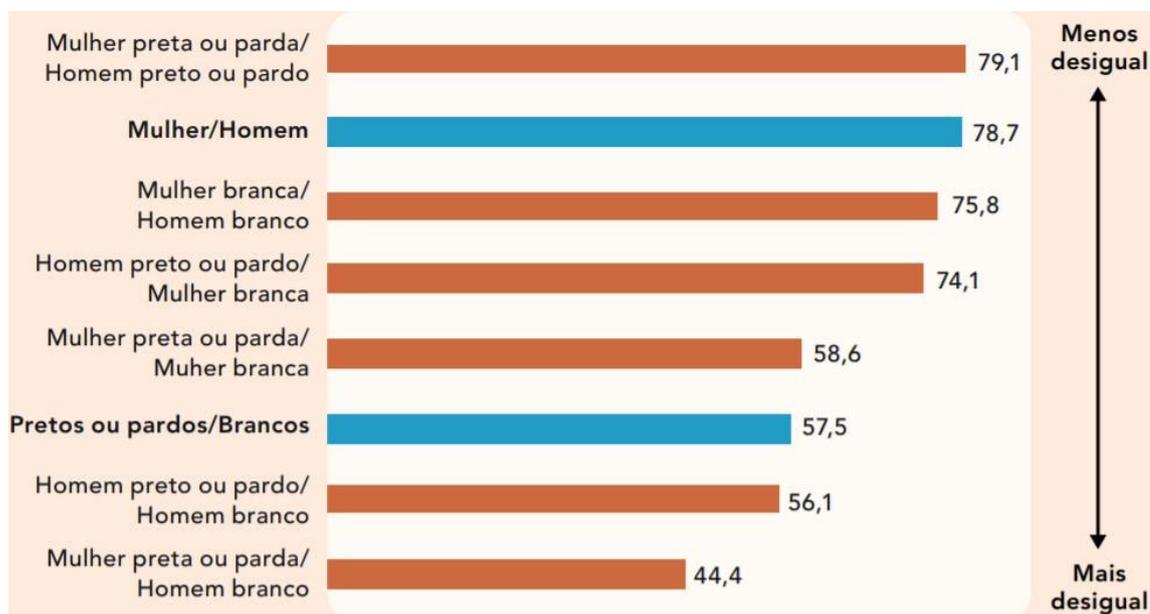
Opto pela dialética na perspectiva de Lowy (2006), como método para apreender a realidade em questão, o autor utiliza como hipótese fundamental neste método, de que nada é fixo, que tudo que existe na vida humana é social, e está sujeito ao fluxo da história, em um movimento espiral. Em sua obra *Ideologia e Ciência Social*, utiliza uma expressão do diabo de Goethe para apresentar uma definição de dialética — “Eu sou o espírito que sempre nega, e isso com razão porque tudo que existe merece acabar” (LOWY, 2006, p.14). Segundo o referido autor, o diabo de Goethe é de certa forma a representação do espírito humano. Coaduno com o autor quando afirma que essa é uma boa definição para dialética, pois apresenta a categoria de movimento, a transformação permanente de todas as coisas. Tal movimento me faz lembrar Exu, entidade das religiões de matriz africana, que reivindiquei no início desse texto; demonizado por sua semelhança com o humano e com o povo negro africano, pois na perspectiva eurocentrada, é um dos poucos Orixás que se apresenta de pele negra, Ele que é também movimento e vida, um fluxo em espiral, contrapõe-se a ordem em uma sociedade que se forma na hierarquização das diferenças, para a manutenção e permanência das coisas. Essa ideia da dialética —toma forma de historicismo, isto é, de afirmação da historicidade de todas as instituições, estruturas, leis e formas de vida social, pois as teorias que são utilizadas para fazer leitura de mundo, possuem limitações históricas, —uma vez que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas (LOWY, 2006, p.15-16).

A dialética contribuiu com as reflexões sobre a influência da construção social brasileira na territorialidade de mulheres negras em situação/ou com trajetória de rua, pois através dela foi possível apreender a complexidade do território, e pensar a totalidade, a síntese dos opostos, a unidade da diversidade, ou seja, apreender a realidade social como um todo orgânico, diante de sua relação com o conjunto de coisas que a conformam (LOWY, 2006). Tal situação aponta para outro elemento do método dialético – a análise das contradições internas da realidade. Lowy (2006) afirma que em uma formação social, é preciso analisar as contradições entre as classes sociais, pois estas têm base nas condições materiais de existência. A forma como o ser humano produz seu meio de existência vai influenciar na forma de existir desses indivíduos, é preciso compreender que a classe social não é uma massa homogênea e dentro desta existem contrastes. As questões de raça e gênero, a diferença entre negros e brancos, entre o feminino e o masculino, expressam estes contrastes. A proposta não é fazer um deslocamento da categoria classe para debater as estratégias de sobrevivência das interlocutoras, a proposta é debater os acidentes que ocorrem diante da encruzilhada de opressões que as dinâmicas de raça e gênero conformam no interior da classe social, e conseqüentemente, em suas vidas. Acidente enquanto conseqüências, pois busco apreender a estrutura que sustenta as opressões, no intuito de construir soluções e intervir.

A ênfase na perspectiva racial, se justifica, pois no Brasil a raça dita a dinâmica das relações sociais. O professor Kabengele Munanga (2010), afirma que a ideologia da mestiçagem minimiza os impactos das desigualdades raciais e étnicas, interferindo diretamente na criação e desenvolvimento de políticas públicas que deveriam existir para diminuir as desigualdades, e não as mantê-las, ou agravá-las, como se desenrola na atual conjuntura brasileira (MUNANGA, 2010).

No Brasil, o racismo é institucional – quando interseccionamos a questão racial com as questões de gênero, os dados são alarmantes e revelam que as mulheres negras ganham até 44,4% menos que os homens brancos e 58,6% menos que as mulheres brancas (IBGE, 2019a). O gráfico 1 apresenta a razão de rendimento de pessoas ocupadas no Brasil, dados levantados na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Continua 2018, do IBGE.

Gráfico 1 - Razão de rendimento das pessoas ocupadas no Brasil (%) (2018)



Fonte: IBGE, PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua 2018

Nota: Pessoas de 14 anos ou mais anos de idade

Quanto a violência, são elas as que mais são assassinadas – entre 2017 e 2018 o número de homicídios femininos entre mulheres não-negras apresentou redução de 8,4% e a taxa entre mulheres negras reduziu 7,2%. Quando analisamos o período entre 2008 e 2018 a situação de homicídio entre mulheres negras é ainda mais grave, pois neste período a taxa de homicídio entre mulheres negras aumentou 12,4% (CERQUEIRA, 2020).

Segundo Almeida (2018) —o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdades e violência que moldam a vida social contemporânea (p. 16). Neste ponto, é possível refletir sobre a pertinência do uso do método dialético para analisar a história, a ideologia e a utopia que conformaram e conformam a sociedade brasileira. Isto, pois raça não é um conceito definido, terminado, é construído a partir de circunstâncias históricas – ou seja, relacional e histórico (ALMEIDA, 2018). O debate sobre a influência da cultura dos povos africanos, na construção sócio-histórica do Brasil é unilateral, mesmo com a diversidade racial que constitui a base da sociedade brasileira, são as referências brancas e eurocentradas que são comumente disseminadas, corroborando para a construção de estereótipos que definem papéis sociais que estruturam os sistemas de opressão nesse país. Quando se propõem abarcar nessa reflexão os papéis de gênero, as contradições são recrudescidas. O que está posto é um enfrentamento ideológico, de visão de mundo, entre quem busca manter a ordem racista/classista/sexista e quem busca transformá-la,

construindo possibilidades utópicas com compromisso de transformação social, em grande medida, a partir de uma cosmovisão afrocentrada e descolonial, centrada em referências outras, que não as hegemonicamente disseminadas.

Reivindico a Interseccionalidade, pois a ideia não é converter gradação de valor a opressão, seja ela de raça, classe, gênero ou qualquer outra, mas utilizar uma ferramenta fundamental para análise das realidades e para a visibilização da diversidade, das diferentes necessidades e das potencialidades dos grupos e populações por todo o mundo. Uma teoria que —busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação (CRENSHAW, 2004, p.23), um instrumento de luta política, uma forma de combater opressões múltiplas e imbricadas, um projeto de conhecimento e uma arma política (COLLINS, 1990, HIRATA, 2014).

Segundo Crenshaw (2004) e Santos (2014) às mulheres negras estão em uma posição social que as coloca com maior propensão a serem afetadas pelo cruzamento dos diversos sistemas de opressão – racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero, dentre outros. É preciso compreender que as posições dos sujeitos em sociedade são transversalizadas por sistemas discriminatórios que estruturam as posições dos indivíduos em sociedade, dentre estas o racismo, as opressões de classe e o cisheteropatriarcado, saber que elas se articulam para criar desigualdades é importante, mas é necessário também refletir quais são as consequências desta articulação.

Uma pequena digressão para situar o termo cisheteropatriarcado. O patriarcado é um sistema político, conformado por valores culturais, que possui forte influência da religião e da família nuclear, que se baseia nas identidades de gênero binárias, a partir de características biológicas, para situar papéis sociais para homens e mulheres – demarcando a dominação masculina, especialmente contra as mulheres. Há indivíduos que não cabem neste enquadramento – os transgêneros, que não correspondem a masculinidade e feminilidade hegemônica, que se caracteriza enquanto cisgênero. Que nada tem a ver com orientação sexual, esta é direcionada a forma como expressamos nossa atração afetiva e sexual, uma característica que é desenvolvida ao longo da vida, mas que em grande medida é situada como heteronormativa, ou seja, direcionada ao sexo oposto, de maneira hegemônica. Desse modo, situo o patriarcado transversalizado pelas dimensões de gênero e sexualidade, constituindo o cisheteropatriarcado (AKOTIRENE, 2018).

Retomando as reflexões, a dialética cumpre o papel de situar as dimensões históricas, de totalidade e de contradição que conformam as relações sociais brasileiras,

refletindo as questões de ideologia e utopia que permeiam essa reflexão. A interseccionalidade possibilita entender as diversas dimensões das opressões destinadas às mulheres – em específico nesse estudo, as mulheres em situação ou com trajetória de rua na Baixa do Sapateiro, na cidade de Salvador.

O resultado da geração de uma matriz hegemônica para a produção e reprodução do conhecimento reflete na análise de fenômenos como externos aos sujeitos/objetos dos mesmos. Saliento que a ausência de representatividade da mulher, da mulher negra, do homem negro e outras minorias sociais nos espaços de legitimação do conhecimento, torna a trajetória histórica e social desses sujeitos uma projeção e abstração da leitura de outros, por outros, e para outros. O resultado disso é um déficit de construção epistêmica, que reverbera para todos os segmentos da vida dos sujeitos.

A escolha teórica deste estudo busca uma quebra de paradigma epistemológico. O propósito é questionar a maneira pela qual se constrói subjetividades, questionar a abordagem feita ao ler, escrever, comer e manter a saúde. Entendo que todo agir é ideológico, e proponho um caminho contra-hegemônico, centrar nossas experiências histórico-cultural em outras bases, para além do eurcentrismo, no que Asante (1980) conceituou de agência – ou seja, a possibilidade do povo negro deixar de ser objeto, e passar a agente, protagonista de suas histórias. O objetivo é colocar a experiência social e cultural africana como referência primordial. Para tanto, recorro à teoria Afrocêntrica, uma teoria que surge em resposta à supremacia branca – —um processo social e econômico pelo qual milhões perdem a soberania, suas terras, seus recursos apropriados pelos europeus em função dos interesses destes (MAZAMA, 2009, p. 116). A ideia de agência e localização é fundamental para a Afrocentricidade, para tal teoria todo fenômeno deve ser localizado no tempo e no espaço, elementos centrais para compreender a sociedade e sua história.

Uma teoria que busca criticar à dominação cultural e econômica europeia, e a correção no reposicionamento do africano como sujeito de sua própria história (ASANTE, 2016). Uma ideia que destaca centro, localização, lugar, deslocamento e realocação como conceitos chaves em que se baseia o aparato conceitual afrocêntrico. Esta noção de lugar explicita a localização do sujeito para desenvolver uma postura teórica própria ao grupo social e fundamentada em sua experiência histórica e cultural (MAZAMA, 2009). Cheikh

Anta Diop (1955)<sup>10</sup> inaugura uma linha de pesquisa – que sustenta a abordagem afrocentrada – propondo o pensamento e o passado africano, localizados na antiga civilização do Egito (Kemet) e do vale do rio Nilo. Essa seria uma perspectiva para o povo africano, do mesmo modo que a Grécia e o Império Romano são referências do mundo europeu (NASCIMENTO, 2009). É Diop que inaugura essa linha de pesquisa, mas só em 1980 a Afrocentricidade ganha esse nome. O primeiro livro a debatê-la é —Afrocentricidade de Molefi K. Asante (1980), que depois lança —A ideia Afrocêntrica (1987) e —Kemet, afrocentricidade e conhecimento (1990).

Diop é responsável pela teoria dos berços matriciais, teoria que desconstrói a premissa da existência de um patriarcado universal, que teria surgido de um mundo matriarcal inferior – teoria amplamente difundida pelo mundo acadêmico ocidental. O estudo é um contraponto a teoria de que as estruturas familiares e sociais evoluíram de maneira universal, progredindo do estado primitivo, passando por fases de matriarcalismo e matrilinearidade, ambas consideradas primitivas, até o ápice do desenvolvimento social – o patriarcalismo. Esses berços são o princípio das sociedades antigas da África, do Oriente Médio e da Europa. O berço meridional (hemisfério sul), forja-se ao redor da mulher, constituindo uma matricentralidade e o setentrional (hemisfério norte), têm seus valores e suas práticas centrados no homem, estabelecendo patricentralidade. (BONFIM, 2009)

Bonfim (2009) afirma que a imposição do patricentrismo sobre o matricentrismo configurou a atual conjuntura de subjugação das populações mais escuras pelas mais claras. Desse modo, conclui que —racismo e sexismo são fenômenos históricos, indissociáveis e ubíquos (BONFIM, 2009, p. 220). Carlos Moore (2007) destaca que sexismo e racismo não são dinâmicas ideológicas, pois são construídas historicamente. O referido autor alerta que tais fenômenos surgem no mesmo tempo histórico e que se reelaboram ao longo do tempo.

Nesse ponto, é preciso situar que o conceito de *raça* no qual a afrocentricidade se sustenta, segue os preceitos de Abdias Nascimento (1980), onde *raça* tem exclusiva acepção histórico-cultural. Ratifico que *raça* biologicamente pura não existe e nunca existiu.

---

<sup>10</sup> Cheikh Anta Diop (1923-1986) foi um polímata senegalês formado em Física, Filosofia, Química, Linguística, Economia, Sociologia, História, Egiptologia, Antropologia, versado em diversas disciplinas como o racionalismo, a dialética, técnicas científicas modernas, arqueologia pré-histórica. Enfim, um homem que estudou as origens da *raça* humana e a cultura africana pré-colonial. Ainda hoje ele é considerado como um dos maiores historiadores africanos do século XX. E foram estes conhecimentos que Diop utilizou para dar base à tese que iria defender mais tarde, que fala do Egito antigo, como uma civilização composta por pessoas negras HEBREU NEGRO (2017).

A discussão deste estudo se debruça em compreender as estratégias cotidianas de sobrevivência de mulheres em situação de rua na Baixa dos Sapateiros, uma pesquisa que propõe quebrar paradigma, pois preconiza um olhar afrocentrado. Alvitra transcender fronteiras, e fazer conexão entre teorias, métodos e instrumentos, o que possibilita refletir sobre as bases que conformam sociedades produtos da escravidão de homens e mulheres negros(as) africanos (as), e suas implicações para a contemporaneidade.

Sigo a prerrogativa de bell hooks<sup>11</sup> (2019) em seu livro ‘Olhares Negros: Raça e Representação’, onde a autora afirma que toda a tentativa de reprimir os olhares de pessoas negras fez surgir um olhar opositor, que não busca só olhar, mas propõe mudar o mundo, pois —mesmo nas piores circunstâncias de dominação, a habilidade de manipular o olhar de alguém diante das estruturas de poder que o contêm abre a possibilidade de agêncial (BELL HOOKS, 2019, p.216).

Proponho um olhar a partir de uma cosmovisão afrocentrada e descolonial, que possibilite ampliar o olhar para além do que está posto como natural e hegemônico. Nesse estudo, isso será feito numa perspectiva do feminismo negro, que como afirma Ângela Davis (2017), —é um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos (DAVIS, 2017, p.21).

### **3. A RUA: mulheres, territorialidades e estratégias históricas de sobrevivência**

Se tem territorialidade, tem apartheid

*Elisa Lucinda (2019)*

As dinâmicas do contexto social brasileiro corroboram para estruturar diversos sistemas de opressão, entretanto, ao longo da história do país são narrados episódios e possibilidades de resistência a essa realidade. As diversas formas de apropriação do território, são bons exemplos, quando pensamos território estamos pensando poder, pois o território —diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2004, p.1).

---

<sup>11</sup> Gloria Jean Watkins nasceu em Kentucky, EUA em 25 de setembro de 1952. É escritora e militante feminista. Adotou como pseudônimo o nome de sua avó (bell hooks) e prefere que seja escrito em minúsculo para que a atenção seja concentrada em sua mensagem ao invés de em si mesma. Disponível em: <http://grafiasnegras.blogspot.com/2013/10/personalidades-negras-bell-hooks.html>

Para compreender as dinâmicas de apropriação e dominação do território, primeiro devemos —distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc|| (HAESBAERT, 2004, p.1). Sendo preciso também compreender a distinção entre apropriação e dominação, o primeiro diz respeito ao vivido, ao valor de uso, e o segundo vinculado ao valor de troca (LEFEBVRE, 2001). Neste texto, busco dialogar sobre Rua enquanto o espaço do vivido, lugar de existências, e do cotidiano. A Rua para além da dominação, ela – Rua, em sua forma apropriada, assenhorada, onde cada sujeito, por diversos motivos à tomou por morada, ou até mesmo como ilé<sup>12</sup>. Na gramática brasileira, as palavras grafadas em maiúscula, são identificadas como substantivos próprios, pois o adjetivo —próprio|| designa aquilo que pertence a alguém. A partir do que assimilei nos caminhos trilhados com as interlocutoras, utilizarei a letra maiúscula para dar enfoque ao sentido que a categoria Rua possui na vida delas.

Um conjunto desse lugar de existir, ou seja – um conjunto de ruas constitui um bairro. Certeau (1998), refletindo sobre os bairros, afirma que este —é quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido||, para o autor o bairro é uma tensão entre o dentro e o fora, pelo uso cotidiano, o bairro forja uma organização coletiva a partir de trajetórias individuais. É possível dialogar com Certeau e refletir sobre o território, *locus* de existência das interlocutoras desse estudo, que em grande medida deixa de ser uma tensão entre o dentro e o fora, e passa a ser a encruzilhada entre o dentro e o fora. Uma ligação quase sem limites, pois rua e casa se confundem.

### **3.1 RUA: de espaços lisos a territórios alternativos**

Territórios alternativos, são territórios contra hegemônicos, uma alternativa ao que está posto, naturalizado (HAESBAERT, 2003). Estes espaços são justos e democráticos, capaz de contemplar corpos diversos, um espaço onde diversidade não é sinônimo de divergência, mas de complementaridade na construção de um caleidoscópio de possibilidades de existir. O alternativo amplia a forma de ler e enxergar esses territórios, a partir de novas epistemologias, superando dicotomias e ampliando possibilidades, dando caminhos outros para a existência de corpos considerados abjetos aos olhos da sociedade.

---

<sup>12</sup> Ilé, lar em yorubá.

Isso é possível porque o território decorre da apropriação social do espaço, territórios são espaços de existir, —onde desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas—, com destaque, sobretudo, ao uso econômico desse espaço (SANTOS, 2007, p.13).

O território de que trataremos neste estudo são as ruas da Baixa do Sapateiro, situada na cidade de Salvador, um avatar capaz de executar diversos papéis na vida de um sujeito – no que toca a população em situação de rua, esta é também a casa – há uma transposição das relações afetivas, das formas de tratamento entre as pessoas, dos banheiros, cozinhas e quartos. A desigualdade social recrudescida historicamente, faz com que uma parcela da população se aproprie desse espaço considerado público, construindo uma identidade com o território. Haesbaert (2004) destaca que muitas vezes —é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais radicais de apego às identidades territoriais— (p.1). Nesse ponto, preciso situar o território da Baixa, a abreviação popular para Baixa dos Sapateiros (URIARTE, 2019), que tem como nome oficial Avenida José Joaquim Seabra, ou apenas Avenida J.J.Seabra, uma rua que abarca comércios e moradias populares, diversa pela forma de uso de seus espaços e pelas pessoas que a ocupa, que varia de trabalhadores informais, usuários abusivos de substâncias psicoativas e pessoas em situação de rua. O terminal de ônibus da Barroquinha (Figura 1) é um dos limites da Baixa, oposto ao terminal de ônibus do Aquidabã.

Figura 1 - Terminal da Barroquinha, cidade de Salvador/BA (2020)



Fonte: Divulgação/Secom/PMS.(2020)

A Baixa se forma a partir de diversos pontos importantes, nos extremos estão a Estação da Barroquinha e a Estação do Aquidabã. A Barroquinha desde as primeiras décadas do século XIX, era considerado um bairro, predominantemente, de negros e —mestiços, na época em que Salvador era chamada de cidade da Bahia, a Barroquinha era conhecida como um reduto cultural africano (SILVEIRA, 2015).

O Aquidabã (Figura 2) é um dos limites da Baixa do Sapateiro, comporta a antiga estação de ônibus, considerada o início da Baixa do Sapateiro, o equipamento inaugurado em 1979, já foi um dos principais terminais de ônibus de Salvador. No passado comportou doze boxes de vendedores, sanitários públicos, posto policial, uma agência de banco popular e 15 telefones públicos, e um movimento diário de quase 10 mil pessoas (FONSECA, 2019).

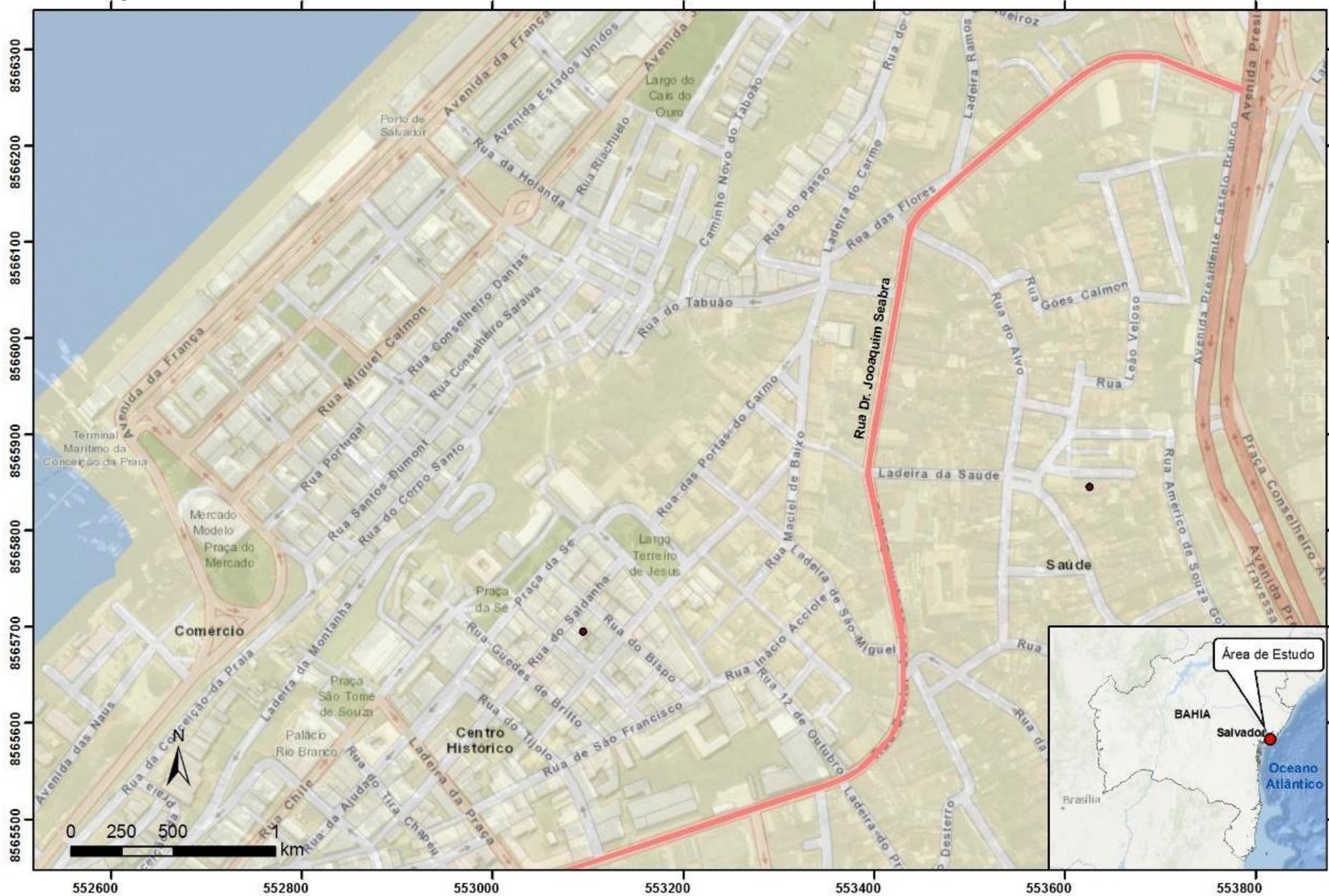
Figura 2 - Fotografia do Aquidabã, na cidade de Salvador (BA), a antiga estação de ônibus



Fonte: Página do Jornal A Tarde.(2020)

Entre as estações estão transversais da avenida José Joaquim Seabra (Mapa 1) que desembocam no Largo do Pelourinho, na Ladeira do Taboão e no Terreiro de Jesus, partes constituintes do Centro Antigo (CA) de Salvador.

Mapa 1 - Transversais da Avenida J.J. Seabra



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Da Matta (1987) destaca que praças, quintais, portos, janelas e varandas são responsáveis pela comunicação entre a casa e a rua, caracterizando-se como subespaços. Para a população em situação de rua, não há uma comunicação, mas uma transmutação, a casa e a rua se misturam. A Baixa e suas transversais é onde se dá essa transmutação para as interlocutoras desse estudo. Muitas são, portanto, as possibilidades de se compreender a rua, o que está em questão é o ‘\_olhar’ que é dado a esse território, defendendo o ‘\_olhar opositor’ de bell hooks (2019), o olhar como forma de resistência. Santos (2009) afirma que —na ocupação de seu território, os moradores de rua fazem da estrutura arquitetônica da cidade, espaços ressignificados, reformulados por um conjunto de códigos, conteúdos e expressões (p.13).

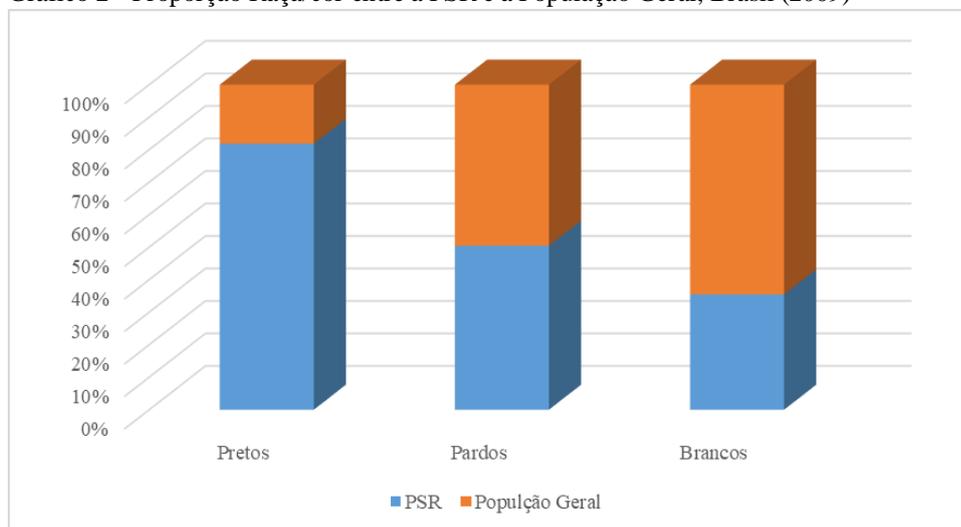
O primeiro censo da população em situação de rua realizado em Salvador foi em 2010, sobre a responsabilidade da Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Direitos do Cidadão – SETAD, em parceria com a Fundação José Silveira e com o Ministério Público do Estado da Bahia. Iniciada em outubro de 2009, a pesquisa diagnóstica deu origem ao Censo sobre População em Situação Rua do município. Diferente da pesquisa nacional, o censo de Salvador contempla a população de 0 a 17 anos, alcançando as crianças e adolescentes em situação de rua. Neste estudo, identificou-se que a PSR em Salvador perfazia 0,067% da população geral do município.

A primeira pesquisa censitária nacional foi em 2007, realizada pelo extinto Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome, e identificou que 31.922 pessoas (maiores de 18 anos) estavam em situação de rua no país (BRASIL, 2008). Esta população era em grande medida masculina (82,2%), se encontravam na faixa etária entre 25 e 44 anos (53%). Nos dados referentes a raça/cor, observamos um contraste entre os dados levantados em pesquisas feitas com a população em geral e a realizada com a população em situação de rua. Na PSR os pardos perfazem 39,1% da população, enquanto 27,9% são pretos e 29,5% são brancos. Nos dados referentes à população em geral, pardos perfazem 38,4%, e pretos apenas 6,2%, já os brancos equivalem a 53,7% da população (CARVALHO, 2016).

Observamos que no que se refere aos pardos não há contraste, pois, os números são semelhantes, mas quando apuramos o olhar para a população que se autodeclarou preta e branca, a diferença é grande entre a PSR e a população geral (Gráfico 2). Destaco este dado, pois quando falamos da classificação racial no Brasil, precisamos compreender o

projeto de branqueamento da sociedade brasileira, é fenotípico, pois quanto mais retinto(a) menos oportunidades.

Gráfico 2 - Proporção Raça/cor entre a PSR e a População Geral, Brasil (2009)



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de CARVALHO (2016)

Os dados referentes ao perfil da população em situação de rua estão defasados, mas ainda assim o Censo Demográfico de 2020 só contemplaria a PSR, após Ação Civil pública promovida pela Defensoria Pública da União (DPU/RJ). A inclusão desta população no Censo 2020, foi deferida em 17 de janeiro de 2019, após o pleito de diversas entidades que atuam junto a estes indivíduos; situação que reforça minhas reflexões sobre o descaso com a PSR no Brasil, um descaso histórico, com bases numa herança política escravista e colonial.

O país atravessa 2020, em um contexto de pandemia da COVID-19, assunto sobre o qual discorri ao longo do estudo, mas me antecipo nesta informação para correlacionar com o adiamento do referido Censo para 2021. Apesar de plausível, o adiamento impacta diretamente na execução de políticas públicas, pois estes dados subsidiam a distribuição de recursos que são previstos a partir de dados sociodemográficos, catalogados através deste instrumento. Nas discussões em torno da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2021, o Governo Federal propõe adiar o Censo Demográfico, mais uma vez, agora para 2022, com a justificativa da necessidade de alocar o recurso que seria aplicado a execução do Censo para a Defesa. A utilização do argumento de alocação de recurso para justificar o adiamento do Censo Demográfico, demonstra o descaso do atual governo com a população brasileira. Os programas e políticas de governo são subsidiado por este

Orçamento, um instrumento de previsão da arrecadação e de gastos públicos para o ano sobre o qual é elaborado; a última estimativa populacional no Brasil ocorreu em 2010, informação defasada, que impactam diretamente no planejamento e gestão do país (A GAZETA, 2020; BATISTA, 2020).

Destarte, é preciso compreender que esta realidade é fruto de uma sociedade homogeneizante no que tange os modos de vida, e altamente desigual na perspectiva a garantia de direitos. A rua configura a contraposição, uma possibilidade de construção de resistência histórica à forma de existir imposta a uma parcela da população brasileira, que foi e é vilipendiada dos espaços concretos e subjetivos. Resistência ao que Guatarri e Rolnik (1986) conceituaram de espaços lisos, espaços onde a dinâmica social é globalizada e desterritorializada, o capital financeiro é quem dita às regras, sem a necessidade de fixar em um lugar, mas que influencia diretamente em muitas vidas, agudizando existências. Tais questões são naturalizadas e invisibilizadas por uma formação sócio-histórica pautada em desigualdades e iniquidades, como afirma Lopes (2005) —invisibilidade de suas necessidades reais nas ações e programas de assistência, promoção de saúde e prevenção de doenças (vulnerabilidade programática)|| (LOPES, 2005, p.1).

A concepção de uma democracia racial, impõe a corpos negros, homens e mulheres uma história de vida narrada e pré-estabelecida de maneira limitada pela branquitude<sup>13</sup>. É nessa perspectiva, que se constrói no ideário social brasileiro, uma dicotomia entre o público e o privado que é racializada e classista, pois como afirma Carla Akotirene (2016) no Brasil, raça informa classe. Assim, a rua tem a prerrogativa de uma ética liberal, que ao mesmo tempo garante igualdades, permite competitividades, enquanto a casa possui uma ética conservadora (DA MATTA, 1987). A rua, o público, é o lugar do sujo, do profano, das violências e permissividades, enquanto a casa, o privado, é o lugar dos cidadãos de bem da sociedade brasileira. Santos (2009) afirma que isso faz da rua um lugar perigoso, pois a —igualdade assume um papel negativo na sociedade brasileira, refletindo na desvalorização da ideia de cidadania e na valorização da deslealdade nas relações competitivas|| (SANTOS, 2009, p.12).

A divisão entre o público e o privado é frágil e não é necessariamente consensual, pois varia a partir de ponto de vista (ABOIM, 2012). Defendo que essa é uma perspectiva

---

<sup>13</sup> Identidade racial branca, onde este se ver como único ser humano. W. B. Du Bois (1935); Frantz Fanon (1952) / —traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento|| (BENTO, 2002, p. 29).

eurocentrada, pois quando se pensa o Brasil, é importante questionar essa dicotomia entre público e privado, pressupondo que essa distinção só existiu para um grupo específico da população brasileira, pois aos negros e negras o que estava garantido era o controle social e a exclusão econômica, a rua sempre foi o território desse segmento da população brasileira. Um território que se transforma em casa e local de retirada de sustento, apontando a dialética da rua para a população negra reterritorializada no Brasil, e para seus descendentes.

Analisar diferentes realidades a partir de uma perspectiva hierarquizada, aponta a tendência brasileira de homogeneizar a sociedade. Exemplo disso, é que mesmo com a diversidade racial que constitui a base da sua sociedade, são as referências brancas, herança de um modelo colonizador, que são comumente disseminadas, enquanto as referências da população negra são inferiorizadas e estigmatizadas. Para entender isso, é importante refletir com Da Matta (1987, p.7) quando atenta —para o perigo que existe em separar e, pior ainda, universalizar uma ‘razão teórica’ ou moral – ideal por natureza e definição – e uma outra razão, prática e contraditória por essencial. Isto, pois essa razão é mais verdadeira ou mais tangível que as outras, por ter sido visibilizada, em detrimento de outras razões.

Diante do exposto, na sociedade brasileira, a casa e a rua, são bem mais que espaços físicos, são categorias sociológicas, fundamentais para compreender a sociedade, não —designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidade moral, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados (DA MATTA, 1987, p.14). A dicotomia estabelecida entre a casa e a rua estabelece também valores aos grupos sociais, que se apropriam desses espaços de maneira distintas. Freire-Medeiros (2010, p.3) afirma que —na prática, as fronteiras entre as esferas e entre os espaços público e privado são muito menos rígidas do que as costuras teóricas ou as legislações pretendem admitir. Desse modo, é possível inferir que a rua e a casa coexistem em oposição, mas também em complementaridade, e são *locus* onde se forjam o ser social. O ser social é resultado de diversas articulações que se constrói através da socialização nas diversas esferas sociais.

Botelho (2011) fala de um —baralhamento entre público e privado no Brasil, resultado de uma herança do período colonial. Seguindo esse raciocínio, Silva (2003) lembra que —a sociedade escravista do século XIX foi palco de lutas, resistências e de interesses escusos, situação que fez da submissão e obediência estratégias de resistências

camufladas, para garantir a sobrevivência de mulheres e homens negros. Complementando, Reis e Freitas (2010) alertam que há diferenças no processo de socialização, visto que ocorre de maneira distinta nos diferentes grupos étnico-raciais, a raça incide particularidades, ou seja, quando há relações entre grupos raciais distintos, a sociabilidade vai ser peculiar.

No Brasil, em grande medida resultado do período colonial, a história do negro é marcada por sociabilidades perversas. Situação que permeia diversos níveis – social, econômico e político - corroborando para o não pertencimento real do negro na sociedade brasileira. A democracia racial introjetada no ideário social brasileiro torna as relações de convívio social problemática, verifica-se que a acessibilidade dos espaços urbanos socialmente produzidos vai variar de acordo com os membros da sociedade que buscam acessá-lo. Essa situação delimita a forma como cada indivíduo acessa o solo urbano e corrobora para separações que existe, quanto a quem pode ou não está em determinados lugares. Uma separação que se espraia para o acesso ao trabalho e renda, que numa sociedade capitalista, vai indicar quem ocupa este ou aquele território. A partir disso, ação das pessoas que ocupam esses espaços e constroem territorialidades, irá transformá-los, e ditar as regras, sendo responsáveis por uma segregação espacial, vivida no cotidiano, diante da separação, disjunção e inclusão precária de indivíduos na reprodução social do espaço, principalmente na forma de acesso a moradia (SILVA, 2009; SENRA, 2012; CARLOS, 2013).

Assim, defendo a rua nesse estudo enquanto um ‘território alternativo’, pois é espaço de existir, em múltiplas dimensões, um espaço contra hegemônico, que para tocar e ser tocado precisa de novas perspectivas e visões de mundo. Para viver na rua, é preciso construir novas sociabilidades como estratégia de sobrevivência, ações rotineiras, como comer, tomar banho e dormir são efetivadas a partir de uma rede construída para garantir a sobrevivência (SILVA, 2009). Nessa direção, é preciso pensar que essa mesma rua é o local de trabalho desses indivíduos, é na rua e da rua que essas pessoas reinventam estratégias cotidianas de sobrevivência a um modo de produção que a partir da lógica de reprodução do capital, tem em seu fundamento a desigualdade.

### 3.1.1 LIVRES PARA MORRER NA SARJETA: gênese da população em situação de rua no Brasil.

Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador.

*Eduardo Galeano*<sup>14</sup> (1989)

A branquitude, ou seja, a identidade racial branca, no Brasil, tem raízes em um colonialismo perverso, —aparato civilizatório no qual grupos que seriam subalternizados já estavam historicamente demarcados (BONFIM, 2009, p.235). É preciso destacar que a branquitude é menos que uma característica biológica, e mais um construto social. Como afirma Schucman (2012)<sup>15</sup> a branquitude é uma construção social, que hierarquiza as relações entre brancos e não-brancos, resultando em uma sociedade estruturada pelo racismo, onde os brancos possuem privilégios, tanto simbólicos, como materiais em relação aos não-brancos.

A pesquisadora Maria Aparecida Bento (2002) destaca que na busca pela manutenção desses privilégios, e pelo medo de ser responsabilizados pelas desigualdades raciais, se estabelece um pacto entre os brancos, no que a pesquisadora conceitua de pacto narcísico. Neste pacto, entre iguais, os brancos inventaram um —outro inferior e projetaram no negro, enquanto o branco é tido como superior, estratégia para a construção e manutenção de uma hierarquia racial. O pacto narcísico se constrói ao longo da formação sócio-histórica brasileira, e fez da questão racial brasileira, um problema apenas dos negros e negras, onde brancos se eximem do legado de iniquidades que o escravismo colonial subsidiou.

A África perdeu mais de 85% de sua população para a guerra, a escravidão, a conquista e a exploração econômica – isso em um período de 400 anos, um —holocausto humano de proporções inimagináveis (FINCH III, 2009, p.170). O africano foi retirado de suas terras, de suas referências e teve sua ancestralidade vilipendiada, levado a um processo de desterritorialização, mas ao mesmo tempo a construir novas territorialidades, que resultaram em heranças nem sempre positivas. Bonfim (2009) alerta que a misoginia e a fenotipofobia foram heranças do —berço setentrional para a Europa, tais heranças foram

---

<sup>14</sup> Este é um provérbio africano que foi publicado por Eduardo Galeano em O Livro dos Abraços.

<sup>15</sup> SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

passadas para o Brasil, devido ao modelo colonizador, resultado de um processo civilizatório que fez surgir Portugal e Espanha como dois Estados nacionais, que disseminaram suas experiências, crenças e formas de existir, como verdades absolutas pelas terras que colonizaram. Em razão disso faço a escolha política de situar o povo negro escravizado como —povo africano reterritorializado<sup>16</sup>, e não apenas como —os negros<sup>17</sup> ao longo deste texto.

Portugal foi responsável pela colonização do Brasil, uma colônia que tinha no modo de produção escravista a base para o que Mesgravis (2015) denominou de empreendimento comercial que visava ao lucro para a metrópole em benefício da Coroa. A base que sustentou o sistema escravocrata, que durou de 1530 a 1888 e reflete até hoje na cultura e na sociabilidade do povo brasileiro. O Brasil colônia foi uma sociedade estamental, sem mobilidade social que limitava e condicionava os não-brancos ao ostracismo social, contribuição da sociedade ibérica, que possuía barreiras bem definidas, separando as raças, estamentos privilegiados e as variadas condições de fortuna (MESGRAVIS, 2015). Nessa —civilização<sup>18</sup>, o que importava era a mão de obra para o trabalho braçal e para os serviços da casa grande, ou seja, o interesse dos grandes proprietários de terra. Não importava de onde vinham, quais nomes tinham, eram —coisas<sup>19</sup> que produziam outras coisas, mas que precisavam se adaptar aos costumes e regras impostos pelos —senhores<sup>20</sup>, seus donos. Permito-me aqui uma digressão, para situar porque utilizo civilização entre aspas, pois acredito que esse é um conceito em disputa, como tantos outros, que se formaram a partir de perspectivas culturais universalizantes e hegemônicas, que justificaram a tutela impostas a alguns povos, dando base ao colonialismo. Nesse ponto, coaduno com a perspectiva pós-colonial do sociólogo Anibal Quijano (1989), ao defender que essa prática de se impor ao mundo verdades universais, se dá pela colonialidade do poder, pois não se limita a ocupar os territórios das colônias, mas a reverberar uma razão colonial que se reinventa ao longo da história, e se conforma em uma lógica racista, classista e cisheteropatriarcal, que tem a hierarquização entre raças como centralidade.

O arquiteto baiano Zulu Araújo<sup>16</sup>, em uma de suas entrevistas, destacou que o povo negro é o único que não sabe de onde vem, referindo-se a importância de identificar as origens africanas dos negros reterritorializados no Brasil. A impossibilidade de conhecer a

---

<sup>16</sup> Zulu Araújo é arquiteto, brasileiro afrodescendente e militante do movimento negro. Entrevista concedida a revista eletrônica BBB Brasil, 'Na África, indaguei rei da minha etnia por que nos venderam como escravos', em 14 jan. 2016.

origem de seu povo, foi um dos maiores crimes cometidos contra essa população, que foi torturada e violentada durante um longo período, e ainda precisa carregar a mó de não saber de onde vem.

Na análise do filme *Raízes*<sup>17</sup> (1977), é possível perceber no personagem Kunta Kinte, um guerreiro Juffure (Gâmbia) sequestrado de sua tribo e levado para a América, a característica que sustenta os africanos reterritorializados no Brasil colonial – a resistência. Kinte é uma das personagens principais da trama – resiste e sofre para manter o seu nome Africano. Resistência diante da imposição violenta de seus —donos, dentre tantas tentativas de subordinação, de retirada de referências e símbolos de um povo. Em *Um Defeito de Cor*<sup>18</sup>, romance brasileiro, é Kehinde quem luta para manter seu nome africano, ambas personagens se apropriam da leitura e da escrita para aproximar-se da língua do colonizador, mas sem perder as raízes e as ligações com a pátria mãe. Entretanto, como disse Darcy Ribeiro (1995) o sistema escravocrata foi a empresa escravista, instituída na —apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, que para se manter exerceu os castigos mais atroz, atuando —como uma mó desumanizadora e desculturadora de eficácia incomparável, é através deste moinho de gastar gente que se forma o povo brasileiro (RIBEIRO, 1995, p. 118, grifos nossos).

A diáspora africana é compreendida como —espaço global, uma teia de abrangência mundial, que se deve tanto pelo continente original, quanto por qualquer lugar no mundo em que seus filhos possam ter sido levados pelas infortunas forças da história (PIMENTEL, 2011, p.2). Uma importante conceituação sobre esse tema vem de Stuart Hall (2008), para quem o conceito de diáspora fundamenta-se na construção de —uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘\_Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora (HALL, 2008, p. 32).

A diáspora africana no Brasil pode ser vista como um processo de desterritorialização e reterritorialização, pois esse é —um processo de saída, chegada e apropriação de algum território. Nessa chegada em terras que não são suas, nesse processo

---

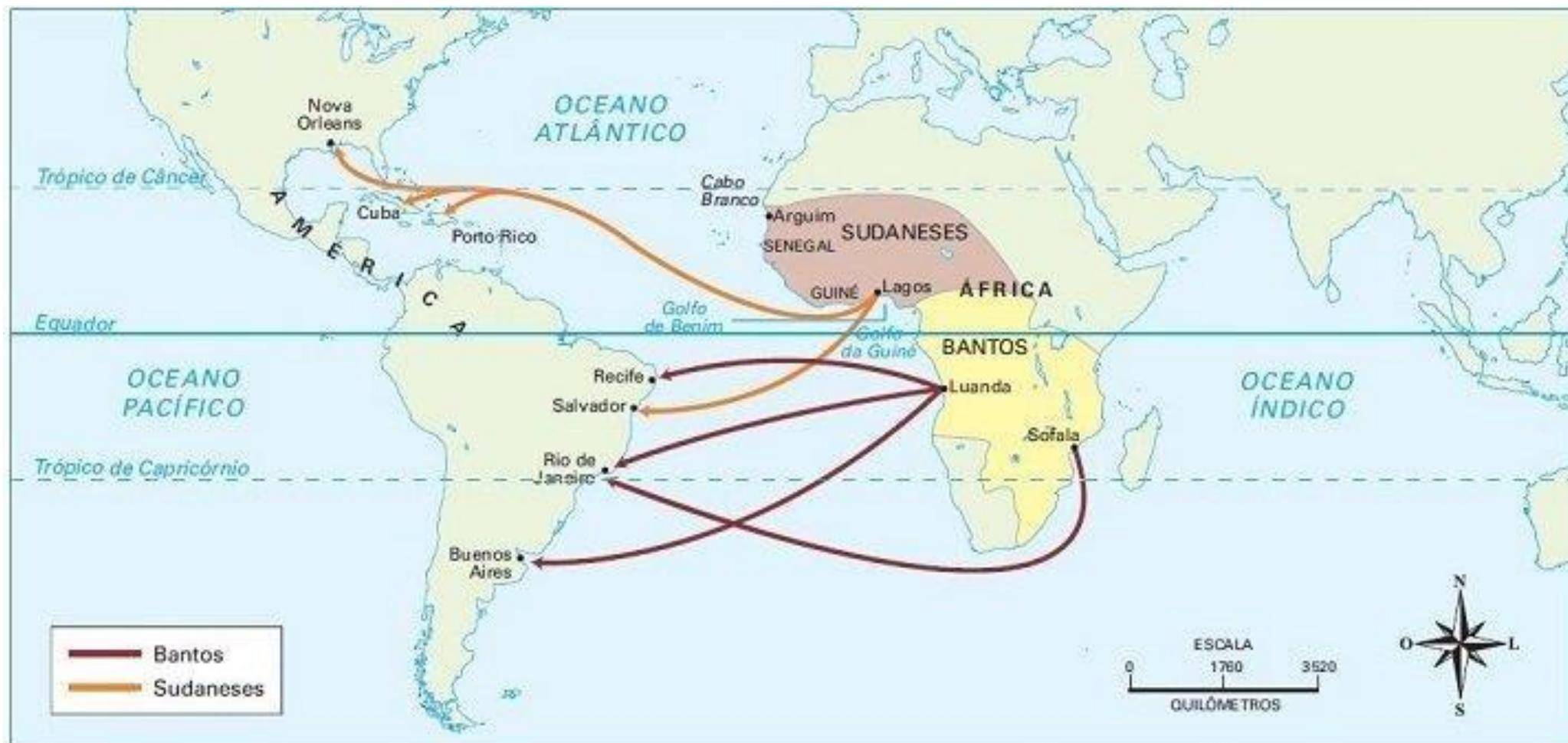
<sup>17</sup> Obra inspirada no romance —*Raízes: A Saga de uma Família Americana*, do autor norte-americano Alex Haley, que relata a história da escravidão de Kunta Kinte, ancestral do autor, e a libertação de seus descendentes.

<sup>18</sup> Baseado em histórias reais e ancorado em fontes primárias de pesquisa, é o segundo livro de Ana Maria Gonçalves. Inspirado em Luísa Mahin, possivelmente mãe do abolicionista Luiz Gama (uma personagem real, mas sobre a qual há pouca história documentada), Kehinde, a personagem principal e narradora do livro, representa o protagonismo de todas as mulheres negras ao longo da nossa história. Acesso em 14 de mar. 2017. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/serendipidades-a-forca-historica-na-construcao-literaria-de-ana-maria-goncalves/#gs.o8jsvgE>

de migração involuntário, são construídas novas formas de viver e existir, novos territórios e territorialidades são desenvolvidos, muitas vezes predominam relações de poder desigual. Tal situação é característica a desterritorialização, onde há perda do controle e domínio dos territórios, exigindo o desenvolvimento de novas territorialidades, influenciando no acesso de indivíduos ou grupos sociais a lugares econômicos e simbólicos, reverberando na maneira como estes acessam a habitação e outros recursos que estruturam identidades e territorialidade (BASTOS, 2015).

Nada mais específico para exemplificar o conceito de desterritorialização, do que o processo experimentado pelos povos africanos nos séculos XVI a XIX, a disporá forçada para os territórios das Américas. Os africanos reterritorializados no Brasil foram sequestrados principalmente da costa ocidental africana, distintos, quanto aos grupos culturais, em três grandes grupos (Figura 3).

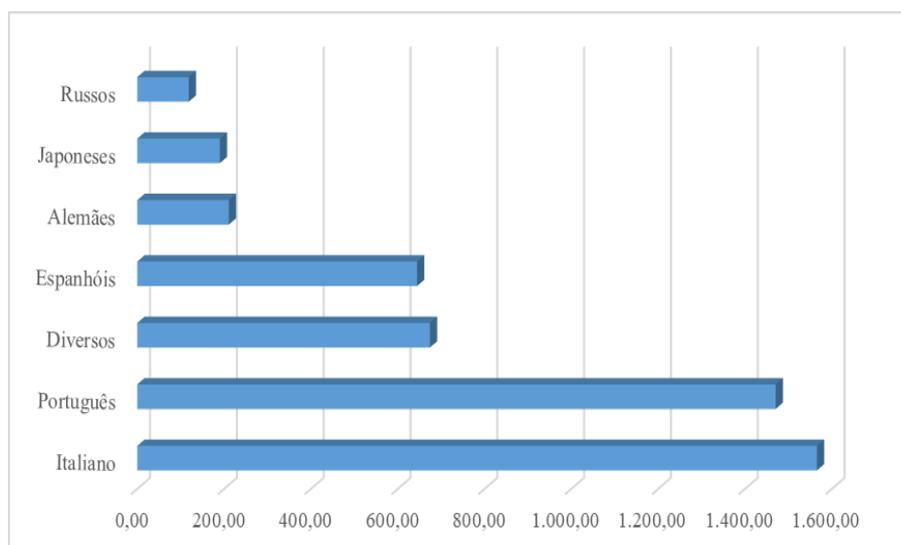
Figura 3 - Fluxo de desterritorialização de África para o Brasil (Séc. XVI a XIX)



Fonte: ATLAS história escolar: Rio de Janeiro: MEC,1996

O primeiro grupo era das culturas sudanesas, o segundo grupo trouxe ao Brasil culturas africanas islamizadas e o terceiro grupo era integrado por tribos Bantu, do grupo congo-angolês (RIBEIRO, 1995). O único registro oficial da população escrava nacional foi feito em 1872, e o número de pessoas escravizadas correspondia a 15,24% do total de 10 milhões de habitantes. Nesse levantamento identificou-se que 58% dos residentes no país se declararam pardos ou pretos, contra 38% que se diziam brancos (Gráfico 3), assim como em Salvador/BA a população negra era maioria.

Gráfico 3 - População Residente no Brasil em 1872



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2007)

Em Salvador (BA) nos dados do censo de 1855, a população era de 86.984 habitantes, 30% desta população era composta por pessoas escravizadas, em termos de raça/cor, o censo indicava que 67% eram pretos e mestiços, sendo assim, eram maioria na cidade (DA COSTA, 1991). Os estrangeiros somavam 3,8%, entre portugueses, alemães, africanos livres e franceses. Os indígenas perfaziam 4% do total dos habitantes (IBGE, 2007).

Destaco que esse censo acontece no momento em que o Brasil passa a sofrer pressão internacional para o fim da escravidão, uma pressão, basicamente, por questões econômicas e não necessariamente por questões humanitárias. A revolução industrial ganhava força na Europa e com isso valorização do trabalho livre era fortalecida, concomitante a esse movimento estava o fortalecimento do movimento abolicionista e dos levantes negros no Brasil. Este momento histórico marca o início de uma tendência brasileira – conceber as transformações políticas, sociais e econômicas, em grande parte,

como resultado de pressões internacionais. Ianni (1987) diz que a necessidade de ajustamento da nação brasileira a outros países colocava em evidência problemas sociais internos, e que poderiam interferir no ajustamento desejado. Ideias subsidiadas pelo advento do trabalho livre e do capitalismo, momento onde as classes sociais desabrocham em sua plenitude, e em um segundo momento funde-se com o patriarcado, que já havia sido incorporado com o racismo (SARDENGERG, 2011).

É nesse bojo, cenário da pós-abolição, que as teorias biologizantes dão base ao ideal do branqueamento, uma ideologia nativa com pretextos racistas. Tal ideologia via a questão étnico-racial brasileira como um problema a ser solucionado pela miscigenação, diante da certeza de que o sangue branco —civilizado‖ iria purificar o sangue negro africano —primitivo‖ (OLIVEIRA, 2008), pensamento que permeia a sociedade até hoje, e legítima violências históricas, fortalecida pela ciência por longos períodos, e que teve adeptos —ilustres‖: Ciência brancocêntrica que não admitia questionamentos e dava *status* de intocáveis àqueles que construam tais conhecimentos.

O médico Nina Rodrigues foi um destes – um conhecido eugenista<sup>19</sup>, que no fim do século XIX excretou todo seu preconceito em forma de livros, balizados pelo racismo científico. Tal base teórica chega ao Brasil, e ganha forma própria, é utilizada para interpretar a realidade através do determinismo biológico humano. Teve seu início em 1870 sendo amplamente aceita pela elite brasileira entre as décadas de 1880 e 1920, no intuito de purificar o povo brasileiro, que nesse ponto era de maioria com descendência africana. Rodrigues (2011) defendia que —os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos‖ (p.114), afirmava que pertenciam a uma fase de desenvolvimento **atrasada** intelectual e moralmente, e que por isso seria uma aberração querer impor a estes a **civilização europeia** (RODRIGUES, 2011, p.114, grifos nossos). Pensamentos como o deste autor e suas referências teóricas, visto que ele se agregava a outras vozes nessa mesma direção – foi o que forjou as relações sociais brasileiras – fazendo da saga de Kunta Kinte e de Kehinde, a história da vida de negros e negras africanos que se reterritorializaram no Brasil.

O movimento abolicionista, em grande medida, dá visibilidade a esses ideários da sociedade brasileira, questionando-os. Entretanto, é preciso situar o caráter liberal desse movimento, é através dele também que o capitalismo no Brasil segue seus primeiros

---

<sup>19</sup> Eugenista: teóricos da eugenia, uma ciência do aprimoramento racial.

passos. Destaco que isso não —desqualifica sua contribuição na luta pela emancipação dos negros no Brasil, já que denunciou o descumprimento legal de uma série de direitos desconhecidos pelos escravos (SILVA, 2013, p.266). É importante salientar, que apesar da pressão internacional ter sido um grande propulsor, houve fatores internos que ratificaram a necessidade de pôr fim a esse sistema, dentre as quais, notadamente, as lutas e resistências por parte dos descendentes de negros africanos reterritorializados no Brasil.

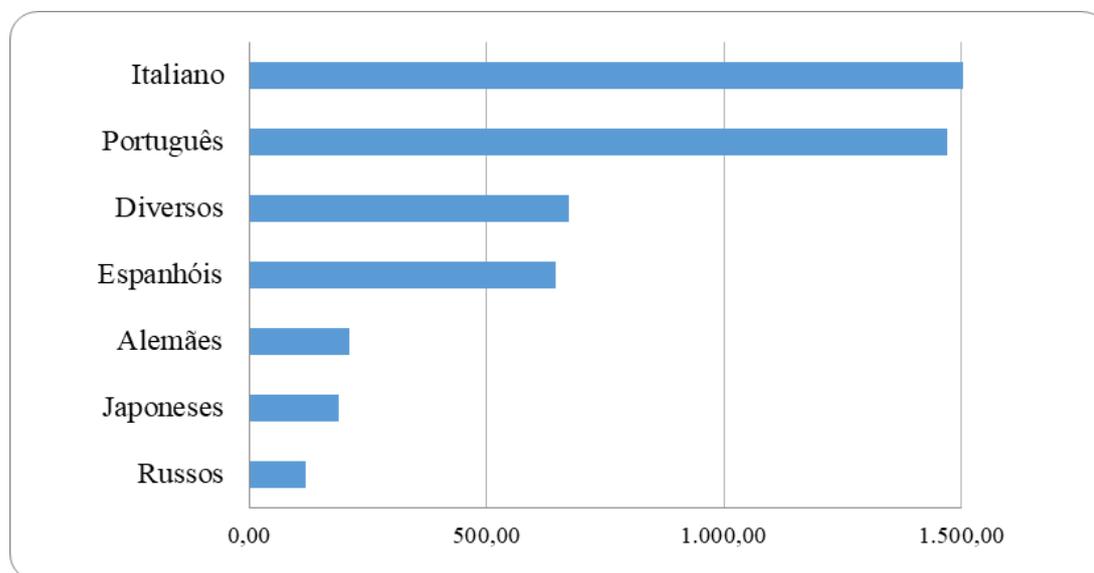
As ações de resistência do povo negro que ocorreram no segundo império, de 1835 a 1855, foram responsáveis por minorar os avanços do sistema escravocrata. Notório destaque à Revolta dos Malês, sendo esta a mais expressiva insurgência negra, resultado da articulação de negros e negras muçulmanos de língua Iorubá; na Bahia nominados nagôs, com os haussás, estes últimos em menor número. O nome male resulta de imalê, que no dialeto Iorubá significa muçulmano. Uma revolta de trabalhadores de rua, que se organizavam nos Cantos, associações de trabalhadores, capitaneadas por um responsável em acertar as tarefas à serem desempenhadas pelo grupo. Era nesta articulação em torno do trabalho diário que se desdobravam as ações políticas, essenciais na mobilização dos revoltosos em 1835 (REIS, 2008).

Aliadas às epidemias que assolaram cidades como Rio de Janeiro e Salvador, revoltas como a dos Malês, impulsionaram a mudança política no Brasil, constituindo apoio e efetiva atuação para a extinção do tráfico negreiro (SILVA, 1993). É preciso pensar que em um país que viveu durante quatro séculos sobre a égide da violência e opressão existiriam pactos que não seriam facilmente destituídos. O que me remete mais uma vez a intelectual Cida Bento (2002) e a expressão —pacto narcísico da branquitude (SILVA, 1993), esse acordo tácito entre indivíduos brancos que se autorizam mutuamente, na medida que hierarquizam as relações com os de fora, desautorizando-os até de existir. Desse modo, o que ocorre é a criação de estratégias que mantenham o *status quo*, a ideia de supremacia branca.

É necessário refletir sobre o dia depois do 13 de maio de 1888, um dia que para muitos nunca acabou, um processo que destituiu a população negra do Brasil de direitos sociais básicos. O destino dos negros reterritorializados no Brasil, e a essa altura de seus descendentes, foi o abandono, sem as necessárias reformas que os integrassem a uma —nova sociedade (SILVA, 1993) com base no trabalho assalariado. Ianni (1987) diz que o negro se viu à margem das atividades produtivas, preterido em relação aos imigrantes no processo de formação do capitalismo no Brasil. Os dados do IBGE (2007) apontam que entre 1871 e 1880, chegam

ao Brasil 219 mil imigrantes, após a abolição legal, o total de imigrantes soma 1,13 milhão, números que se ampliam nos anos seguintes (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Estatístico da entrada de imigrantes no Brasil de 1870 a 1953



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do IBGE (2007)

Para muitos —senhores a abolição foi uma dádiva, livraram-se de obrigações onerosas ou incômodas que os ligavam ao que restava da escravidão. Enquanto, tanto para os negros africanos reterritorializados no Brasil e seus descendentes, ambos escravizados, quanto para os antigos libertos restaram à opção entre trabalhar em condições que se assemelhavam ao trabalho escravizado ou a incorporação dessa massa de desocupados ou semi-desocupados em outros territórios. Tal situação caracteriza a experiência da diáspora africana brasileira. Lélia Gonzalez (1982), importante intelectual negra brasileira, defendeu que no Brasil foi concebido o lugar espacial e social da população negra, e destacou:

As condições de existência material desta população negra remetem a condicionamentos psicológicos que têm que ser atacados e desmascarados. Os diferentes modos de dominação das diferentes formas de produção econômica existentes no Brasil parecem coincidir num mesmo ponto: a reinterpretação da teoria do —lugar natural de Aristóteles. Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados (GONZALEZ, 1982, p.15).

Parafrazeando Douglas Belchior (2016), imagine – e saiba – que teu país, as riquezas que o conformam, existem em função de quatro séculos de escravidão. O excesso da força de trabalho de mulheres e homens; negros+imigrantes faz com que os salários pagos sejam ínfimos, e que muitos nem tenham empregos para receber salário.

O movimento negro costuma afirmar que o dia depois do fim da escravidão é o dia que nunca acabou. O negro, ao ser convertido em cidadão, conheceu de modo brutal a condição alienada da liberdade que lhe ofereciam (IANNI,1987). Alienada em uma perspectiva marxista, onde o conceito de liberdade quando aplicado aos descendentes de africanos reterritorializados no Brasil se perde diante da negação de direitos básicos, e da restrição a forma de existir, que não se dá pelo exercício do livre arbítrio, mas pela construção de controles sociais racializados.

Os descendentes de negros africanos reterritorializados no Brasil foram deixados à própria sorte, livres para morrer na sarjeta, momento em que a rua é reiterada como único lugar possível de moradia e de retirada de sustento, regra mais uma vez instituída pela branquitude brasileira. É possível afirmar que a sociedade brasileira é herança de um escravismo colonial que se perpetua nas esferas políticas, econômicas e individuais, pois no momento que surge as classes sociais, surge também o Estado, a instituição responsável pela manutenção das condições sociais, e pela naturalização da desigualdade social, é também quem legitima o racismo estrutural.

Em 1960, ano de lançamento do livro Quarto de Despejo: diário de uma favelada, a escritora Carolina Maria de Jesus, lançava luz a essas reflexões ao narrar sua experiência de vida, repleta de iniquidades e de violação de direitos sociais básicos. Em 2020, a referida obra completa 60 anos, e se mantém atual ao refletir sobre a condição de mulher negra em uma sociedade de classe racializada. A intelectual, Carolina Maria, escreveu diversos livros, poesias e músicas, uma das mais importantes escritoras do Brasil, traduzida para 13 idiomas, em um dos trechos de seu diário, destaca sua vivência do dia 13 de maio de 1958.

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação. [...] Continua chovendo. Eu tenho só feijão e sal. A chuva está forte. Mesmo assim mandei os meninos para a escola. Estou escrevendo até passar a chuva, para eu ir lá no senhor Manuel vender os ferros. Com o dinheiro dos ferros vou comprar arroz e linguiça. A chuva passou um pouco. Vou sair...Eu tenho tanta dó de meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada: - Viva a mamãe! A manifestação me agrada. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João

pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha. Mandeilhe um bilhete assim: —Dona Ida peço-te se pode me arranjar um pouco de gordura, para eu fazer uma sopa para os meninos. Hoje choveu e eu não pude ir catar papel. Agradeço. Carolinal Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A minha filha Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a dona Alice. Ela deu-me a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual, a fome! (DE JESUS, 1960, p.27)

Carolina de Jesus retrata um pauperismo com raízes históricas, a extrema miséria, realidade de muitos negros e negras. No Brasil, o pauperismo dos assalariados foi garantido pelo estereótipo de vagabundo e preguiçoso dado ao negro, e da importação de mão de obra, com a desculpa de que essas pessoas seriam trabalhadores mais qualificados, dois exemplos do processo higienista comum ao ideário das elites brasileiras. Grada Kilomba (2019) afirma que o colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada, e que por vezes infecta e outra sangra, defendendo que o pauperismo, a condição de vida a qual a população negra no Brasil é condicionada, é parte dessa ferida. Uma ferida sem tratamento, agravada pela estrutura capitalista, onde as desigualdades sociais e a hierarquização de corpos são utilizadas para perpetuar e fortalecer o capital.

A destituição de direitos da população negra pós abolição legal foi construída ao longo da história do escravismo colonial. Esse é o ponto de convergência das acepções teóricas construídas até o momento e o fenômeno População em Situação de Rua. Sendo este, resultado da produção e reprodução de desigualdade social, dialoga com a perspectiva de Haesbaert (2004) que sugere que o conceito de desterritorialização seja usado em relação a fenômenos com efetiva instabilidade ou fragilidade territorial, em especial, quando se refere aos grupos mais excluídos socialmente e/ou profundamente segregados, seja em uma dimensão político-econômica de dominação e/ou de apropriação simbólica de seus hábitos e costumes. A desterritorialização não é uma novidade, pelo contrário, —esta perda de controle dos espaços simbólicos e/ou econômicos e posterior condicionamento das territorialidades de grupos e/ou indivíduos, ocorreu em diferentes momentos e contextos histórico-geográficos (FERNANDES, 2008, p.5), no que tange a população negra do Brasil, tem raízes no escravismo colonial e seus efeitos são vistos e sentidos na atualidade, gerando territorialidades específicas para negros e negras, corpos vilipendiados e destituídos de direitos básicos.

Haesbaert (2004) destaca que —mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo (p1). A desterritorialização e os processos que subsidiam a reterritorialização dos negros africanos no Brasil são a base dos elementos que conformam a população em situação de rua no país, a partir desta base são acrescentados muitos cimentos que dão forma a estrutura racista, classista e cisheteropatriarcal da sociedade brasileira. O capitalismo é um desses cimentos, retroalimenta o racismo e o patriarcado, e dá forma a questão social brasileira, um conceito eurocentrado, forjado para dar nome a pobreza extrema da classe operária do século XIX, mas que é facilmente aplicado à realidade brasileira, pois versa sobre a forma como a riqueza é socialmente produzida e dividida, e as implicações disso nas diversas expressões da desigualdade social.

Carvalho (2016) pontua que a questão social no Brasil emerge da liberação dos negros e negras escravizados(as), que no pós-abolição, diante da emergência do trabalhador livre, são todos expropriados desse trabalho e não são absorvidos pela industrialização. A questão social no Brasil possui diversas expressões, dentre estas, situa-se o fenômeno da população de rua, essa população surge atrelada aos primeiros trabalhadores, homens ex-escravos que carregam o estigma de ter que viver da caridade alheia. A situação descrita incide diretamente no homem negro, que é excluído do mercado formal de trabalho, o que coloca a mulher negra na condição de arrimo da família, sendo penalizada duplamente por assumir responsabilidades dobradas (NAPOMUCENO, 2012). Apesar do desejo de embranquecimento da elite brasileira não ter limite, esbarrava no baixo número de mulheres estrangeiras dispostas a desenvolver os trabalhos ofertados. O que —permitiu que a mulher negra continuasse predominante nos trabalhos domésticos.

A população em situação de rua configura um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema e a quebra dos vínculos familiares. A este grupo direitos fundamentais são negados, tais como saúde, educação, trabalho e lazer. No interior desse grupo encontram-se as mulheres, que são caracterizadas como um dos segmentos mais vulneráveis da sociedade, sendo tal situação, reflexo da estrutura histórica androcêntrica, conseqüentemente, da assimetria entre gêneros e engendrada pelo racismo cotidiano. Sobre isso, Caldwell (2007, p.11) infere que a —negação da existência de racismo no Brasil faz a classificação, categorização e descrição da discriminação racial uma tarefa árdua. Nesse sentido, o território ganha expressividade, pois a soberania advinda da dominação é

exercida nos seus limites e sobre o conjunto da população, através da disciplina dos corpos dos indivíduos e da segurança, de maneira racializada e sexista (FUINI, 2017).

Deste modo, finalizo esse capítulo como comecei – —até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador! (GALEANO, 2008, p.96), pois até pouco tempo, quando me deparava com escritos que tinham na revolução industrial como causa do pauperismo, não conseguia discernir que essa é uma realidade, mas não toda a realidade. No Brasil, muitas questões são peculiares, em decorrência da experiência do escravismo colonial, que teve características específicas como tentei descrever nestas laudas. Um escravismo dos mais perversos, que mesmo tendo fim, conseguiu reproduzir sua lógica ao longo da história. Destaco, que não defendo uma continuidade nos sistemas de opressão, compreendo que com a mudança do modelo produtivo, as tecnologias que conformam as opressões tendem a se ajustar, mas isso não quer dizer que possamos esquecer suas origens.

A filosofia africana, que me orienta, indica através do ideograma Sankofa, que nunca é tarde para voltar e apanhar aquilo que ficou atrás, que é preciso voltar às raízes e construir sobre elas para o desenvolvimento, o progresso e a prosperidade de uma comunidade, em todos os aspectos da realização humana. Naquilo que me forjei, não há possibilidade de resolver iniquidades no tempo presente, se não olharmos para suas causas, uma estratégia para manter a ancestralidade viva apesar das sequelas da diáspora forçada. Sankofa, é a estilização de um pássaro africano que volta a cabeça para trás (Figura 4), um ideograma que pertence ao conjunto de símbolos gráficos do povo Adinkra (DRAVET, et al. 2017).

Figura 4 - Imagem Estilizada Sankofa



Fonte: Pagina Questões de Concursos - História do Brasil

Este ideograma compõe a cultura do povo Akan, da África Ocidental, a antiga Costa do Ouro, hoje Gana, e busca referenciar as culturas africanas autóctones. Segundo a filosofia africana, este pássaro simboliza voltar ao passado para ressignificar o presente – resgatar a memória para continuar fazendo história (DRAVET, et al. 2017).

#### **4. SOTOPOLITANAS NA RUA: De que mulheres estamos falando?**

Nossos passos vêm de longe...Sonhamos para além das cercas  
*Conceição Evaristo*

Neste capítulo busco situar a formação sócio-histórica de Salvador e suas implicações para a vida das mulheres, para tanto, me permito uma digressão para pontuar as condições sanitárias que marcaram o período de modernização desta cidade e correlaciono com o cenário da Pandemia da COVID-19. Em seguida, situo que quando falo de mulheres estou atenta aos riscos da superinclusão, mas demarco a especificidade do ser mulher e negra.

##### **4.1 Cidade do São Salvador?**

Salvador, *locus* de investigação desse estudo, demarca especificidades no processo de modernização, e que por isso guarda peculiaridades no que se refere as territorialidades. O município de Salvador tem a maior população negra afro-brasileira do país – cerca de 80% da população, fazendo jus ao título de —Roma Negral, recebido no fim do século XX (HITA, 2008, tradução nossa).

A especificidade da construção do território de Salvador é evidenciada quando se observa as consequências de ideias higienistas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Devido ao processo modernizador, nessas cidades as —antigas marcas negras são destruídas, enquanto em Salvador não segue a mesma dinâmica. Em São Paulo, são vários os exemplos – dentre esses, a destruição —da antiga igreja do Rosário dos Pretos, localizada na Ladeira do Acú, atual Praça Antônio Prado, no centro velho da cidade, e da Igreja dos Remédios, um dos símbolos da luta contra a escravidão (DE MATTOS, 2008, p.51). No Rio de Janeiro a situação não é muito diferente de São Paulo, a expulsão da população

negra resulta em ocupações verticalizadas, não muito distantes do centro da cidade – morros e encostas passam a ser ocupados como moradia. O resultado desse movimento de desterritorializar a população negra, é o distanciamento do centro da cidade, e/ou a constituição de verdadeiros bairros negros e periféricos.

A peculiaridade de Salvador consiste em que a população negra, em grande medida, permanece no centro da cidade, a elite é quem sai do centro e busca novos territórios, que passam a ser considerados os bairros nobres da cidade. Uriarte (2019) destaca que a disciplinarização do uso dos espaços públicos em Salvador está estritamente ligada ao fim da escravidão, pois um contingente significativo de pessoas escravizadas migrou a procura de trabalho, e a rua que já era local de sobrevivência de alguns, torna-se local de acolhida para os recém-libertos e recém-chegados. Relatos de viajantes que estiveram em Salvador no século XIX, narram que a rua era um espaço quase que exclusivamente ocupado pelas populações negras, destacaram que —tudo que corre, grita, trabalha, tudo que transporta e carrega é negro||, assim como, —tudo parece negro: negros na praia, negros na cidade, negros na parte baixa, negros nos bairros altos|| (DE MATTOS, 2008, p.51). Essa narrativa corrobora com o projeto higienista-republicano, onde tais comportamentos eram tratados como desvios ou criminalizados.

Diacronicamente às consequências diretas dos acordos sociais e das territorialidades construídas pela população negra soteropolitana, resultam na percepção de que Salvador é uma cidade atrasada, e mais próxima dos padrões coloniais do que dos de modernidade industrial que outras cidades experienciaram.

Na busca incessante de sair desse lugar de atraso, nos governos de José Joaquim Seabra (1912- 1916), quem empresta o nome ao território *locus* deste estudo, e no governo de Francisco Marques de Góes Calmon (1924- 1928) estrutura-se a intervenção sanitarista, como uma nova tentativa de **higienizar** Salvador – ou seja **desafricaniza-la**, um conceito cunhado por Ferreira Filho (1999) na intenção de destacar que o processo de higienização soteropolitano, estava diretamente ligado, ao apagamento das referências africanas. A perspectiva higienista proposta, tinha foco em mudanças na estética da cidade, alargamento de ruas e construção de avenidas, deixando o saneamento, a limpeza pública e a oferta de água a população mais pobre em segundo plano. Tais medidas, para além do objetivo de melhorar a qualidade de vida da população mais abastada, sustentavam-se em **fortes bases ideológicas e morais** (FERREIRA FILHO, 1999, p.239, grifos nossos). É importante situar que a branquitude da época defendia que o grande número de negros que compunham a

sociedade soteropolitana, somado aos costumes africanizados largamente difundidos, e o que conceituaram de licenciosidade das mulheres pobres, dificultava a reforma da cidade. Ferreira Filho (1999) alerta que o objetivo de Seabra e Calmon era preparar o —espaço público para o livre tráfego das famílias, uma vez que estas eram elementos fundamentais na produção de cidadãos saudáveis, cômicos das suas obrigações patrióticas (FERREIRA FILHO, 1999, p.243).

Nesse ponto é preciso pensar no estado de conservação e higiene das ruas de Salvador, que para além de via pública, era local de moradia e de retirada de sustento de grande parte da população negra que residia na cidade. Espaço para o trabalho informal exercido pela população negra de Salvador, a rua se transmutava em espaço de luta, trabalho e opressões, assim como de moradia, alegria e até mesmo um sentido de liberdade. Dentre os trabalhos que eram desenvolvidos pela população negra estão os ofícios de ganho, enquanto ganhadores, ganhadeiras e ambulantes, que desempenhavam funções de transporte de mercadorias, objetos e pessoas, além da comercialização de produtos e iguarias africanas e alimentos em geral (BATISTOTI, 2019).

O ponto de partida para iniciar essa reflexão é entender as estratégias de saneamento e o histórico de doenças que dizimaram populações no mundo, e que foram importadas para formação sócio-histórica de Salvador. Um conjunto de enfermidades que tinham ligação direta com as condições sanitárias e de higiene, assolaram a população de Salvador ao longo dos séculos XIX e permaneceram no século XX, pois pouco foi feito pelas autoridades políticas para melhorar a qualidade de vida da população. A qualidade da saúde pública da cidade à época, tinha relação com a construção de estratégias de saneamento em territórios específicos, enquanto outros eram abandonados.

No Brasil as ações que buscavam melhoramento sanitários, esbarravam em moradias precárias, superlotadas e com condições sanitárias inadequadas. Em Salvador, no início de século XX, após 12 anos da abolição legal, observa-se a distribuição geográfica racializada. A pesquisadora Wlamyra de Albuquerque (2009) infere que esses territórios eram bem demarcados por supostas fronteiras raciais, com função de separar e reconhecer grupos sociais, os territórios eram identificados através de nome, endereço, características físicas, comportamentais e zonas de convívio, onde se construíam territorialidades específicas diante dos jogos de poder que caracterizam sua dinâmica de ocupação.

Notadamente a passagem do escravismo colonial para a República precisa ser entendida a partir das relações sociais que se estruturam nessa transformação não linear de

modos de existir socialmente. Nesse processo, os senhores de pessoas escravizadas, passa a atuar como capitalistas, concentradores de riqueza, e as pessoas escravizadas passam a trabalhadores e trabalhadoras, com salários ínfimos, habitando lugares insalubres e a mercê de diversas doenças. Um cenário que fez do século XIX, um século de pandemias e doenças que assolaram o mundo, tais como malária, peste, varíola, febre amarela, tuberculose e gripe espanhola. Entretanto, as gripes devastam populações, desde muito tempo,

Ao longo do Oitocentos houve várias pandemias de gripe. Entre 1830 e 1833, uma onda de gripe varreu o mundo provocando devastação superior à da epidemia de cólera sucedida em 1832 (Mordant, oct. 2005, p.25). Em 1847-1848, outro surto de gripe se disseminou pelo planeta, atingindo também o Brasil (Beveridge, 1977, p.29-30). Em 1889, outra onda pandêmica originada na Europa espalhou-se por todo o mundo: Índia, Austrália, América do Norte e do Sul até chegar novamente ao Brasil em 1890 (SOUZA, 2008, p.947)

Souza (2009), no estudo A —espanhola em Salvador. O cotidiano da cidade doente, destaca que havia uma crise na habitação soteropolitana, que levou os pobres a viverem amontoados e espremidos, o que favorecia a proliferação de doenças, que se espalharam por casas, ruas e bairros. É importante destacar que este processo, essa forma de aglomeração habitacional, demarca o início da favelização, e está intrinsecamente ligado às questões raciais do Brasil. O conceito —favela é inicialmente consagrada para identificar, no final do século XIX, habitações populares construídas por pessoas que foram escravizadas, e que antes viviam em cortiços (COSTA; AZEVEDO 2016). A urbanização de Salvador, constitui também a favelização de pontos da cidade, verdadeiros aglomerados que expressam a segregação social resultado da concentração de riqueza no país.

Proponho uma digressão para fazer um paralelo entre a —espanhola e a pandemia do COVID-19 que assolou a humanidade no início de 2020. Este é o nome dado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a doença causada pelo novo coronavírus. COVID significa Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus), enquanto o —19 se refere a 2019, quando os primeiros casos em Wuhan, na China, foram divulgados publicamente pelo governo chinês no final de dezembro deste mesmo ano. Um vírus com alta letalidade e capacidade de proliferação absurda, que causa infecções respiratórias que podem variar de um resfriado comum a doenças mais graves como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). A partir desta descrição é possível observar que apesar da distância temporal, ambas têm na vulnerabilização social a mola propulsora para expansão e letalidade de seus

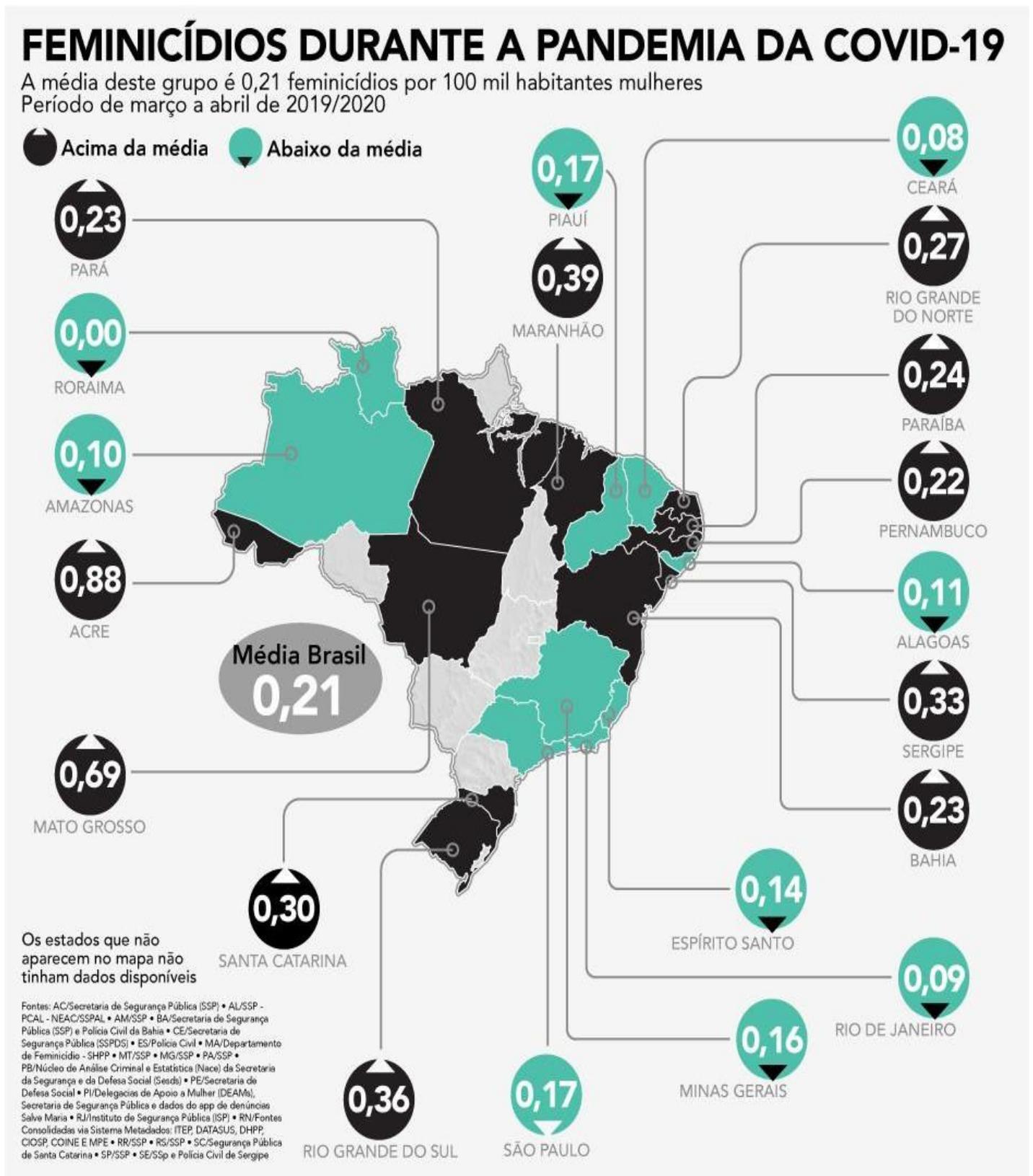
efeitos na humanidade, pois no Brasil de hoje e no de 102 dois anos atrás, boa parte da população vive/vivia sem condições ou com condições precárias de saúde e infraestrutura. O cenário construído por pandemias como a —espanholal e a COVID-19, para as quais as medidas de controle são muito semelhantes, como distanciamento social e higiene das mãos, pergunto-me quem tem condição para tal? Certamente não é a população vulnerabilizada sobre a qual venho tratando neste estudo, em grande medida esta é a população que mais sofre em cenário de pandemia, pois apesar do vírus acometer a população de maneira democrática, as condições de vida demarcam a letalidade, ou seja, quem morre e quem vive está relacionado a quem pode manter isolamento social, ter acesso a água e a sabão, além de acesso à saúde de qualidade.

Um ponto importante, que situa a perspectiva de olhares distintos a cada situação, é que o isolamento social, principal estratégia de controle a disseminação das pandemias em destaque, atinge as mulheres com especificidades. No que tange a COVID-19, os dados de violência doméstica e familiar são uma preocupação em tempos de isolamento social, pois os dados apontam que entre os meses de abril e março houve um aumento de 54% dos casos de feminicídios em relação ao mesmo período de 2019, em pelo menos 20 estados brasileiros<sup>20</sup> (Figura 5).

---

<sup>20</sup>Dados levantados pelo monitoramento quadrimestral da série de reportagens —Um vírus e duas guerras!, que será publicada ao longo de 2020. Trabalho fruto de parceria colaborativa entre as mídias independentes Amazônia Real, sediada no Amazonas; Agência Eco Nordeste, no Ceará; #Colabora, no Rio de Janeiro; Portal Catarinas, em Santa Catarina; e Ponte Jornalismo, em São Paulo.

Figura 5 - Femicídios Durante a Pandemia da COVID-19 (2020)



Fonte: Página do Monitoramento quadrimestral da série de reportagens —Um vírus e duas guerras—

#### 4.1.1. Soteropolitanas na Rua

Neste estudo busco discutir a perspectiva de soteropolitanas na rua, mas mantenho a atenção aos riscos de superinclusão, um termo que busca dar conta de um problema ou condição imposta a um subgrupo de —mulheres| como sendo um problema das —mulheres|. Desse modo, uma questão que deveria ser interseccional é absorvida pela estrutura de gênero, sem que seja dada a devida importância ao papel do racismo ou a qualquer outra forma de discriminação para a estruturação desta ou de qualquer outra opressão (CRENSHAW, 2004).

Sigo atenta, não tenho pretensão de dar conta de todas as realidades, pois aprendi que quando se fala de demandas das —mulheres| – são demandas diversas, que ser —mulher| compreende uma condição plural, e essa multiplicidade de causas se articulam e retroalimentam-se, e dependem de diversas condicionantes, dentre elas o território. Sigamos!

Faz-se necessário um exercício contínuo para compreender a realidade presente, sendo imprescindível interligar fatores históricos para alcançar esse objetivo. No que tange ao gênero, historicizar de maneira crítica permite compreender sua interligação com raça e patriarcado, como atuam e são influenciados em uma sociedade capitalista (ALMEIDA, 2010).

As relações patriarcais se articulam com diversos marcadores sociais, a depender do contexto histórico, os conceitos de capitalismo e patriarcado não são independentes, por isso quando refletimos sobre capitalismo, é preciso refletir sobre patriarcado. As relações capitalistas são patriarcais, e possuem diversas formas a depender do contexto (BRAH, 2011). Diante disso, sugere que as estruturas de classe, raça e gênero não podem ser tratadas como variáveis independentes, porque as opressões relacionadas a cada uma destas, estão inscritas umas nas outras. Estes marcadores corroboram para recrudescer dos processos de dominação/exploração do homem sobre a mulher, quando adicionamos o marcador racial a essa reflexão, é possível inferir que essa dominação/exploração experimenta especificidades, pois as mulheres negras são colocadas em posição de vulnerabilidade específica, pois além de lidar com homens negros, precisam lidar com homens e mulheres brancos no intuito de romper com a lógica desse processo.

Segundo Cunha (2014), o patriarcado é um jovem se comparado à humanidade. Desta maneira, Saffioti (2015) lembra que o conceito de gênero pode ser novo, mas sempre

esteve presente, dando significado ao masculino e ao feminino – ou seja, anterior ao patriarcado. As duas reflexões são feitas a partir de uma análise da realidade europeia, pois há registros de comunidades que não se constroem em torno dessa perspectiva binária de performance dos sexos. Almeida (2010) alerta que a maioria das acepções sobre gênero situa o conceito de maneira isolada e (a)histórica, o que acarreta na perda da capacidade de transformação das relações de dominação/exploração ao qual este conceito deveria se propor. Desse modo, não é possível compreender gênero de forma isolada, como mera classificação das identidades do feminino e do masculino. É preciso situá-lo no contexto das relações de dominação/exploração – ou seja, uma abordagem das relações de gênero em uma sociedade racista, patriarcal e capitalista.

Patriarcado foi concebido, inicialmente, para definir o poder irrestrito da figura do pai em uma família, mas também foi utilizado para determinar o poder que os proprietários de terras (coronéis, latifundiários etc.) possuíam sobre todos que residiam em sua propriedade. Tal enquadramento foi responsável pela definição de funções e posições na sociedade, que dependiam/dependem dos papéis sociais concebidos historicamente para o feminino e para o masculino, com forte influência do grupo social ao qual pertenciam. Tal enquadramento foi introjetado com maestria no ideário social brasileiro, naturalizando a forma que conhecemos os papéis sociais, que para além do que se espera das performances de gênero, tem a ver também com o que se espera da raça, visto que, fenótipo e aparência física ditam as relações sociais.

Naturalizar é um subterfúgio para invisibilizar um fenômeno, um estratagema para que continue presente na sociedade, mas não seja discutido ou percebido como problemático, essa é uma forma de mascarar as contradições inerentes à sociedade. A naturalização do patriarcado garante a manutenção da ordem de gênero instituída socialmente – a legitimidade que foi dada ao patriarcado decorre de sua naturalização.

Saffioti (2014) reitera que não é preciso a presença do patriarcado para mover a máquina em que está inserido, pois ele foi dado como natural, que não há questionamento. Entretanto, ao longo da história da humanidade muitos paradigmas se alteraram de acordo com as necessidades do sistema sócio-político-religioso de cada época (LEMES, 2013). No que concerne ao significado do feminino e o do masculino não é diferente. Segundo Reis (2011), ao se falar de masculinidade e feminilidade se está designando configurações e práticas de gênero, pensamento alinhado com Bourdieu (2016), ao afirmar que a definição social dos órgãos sexuais não é um simples registro de propriedades naturais, mas sim

produto de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas. Sendo estas orientadas pela acentuação de diferenças e a supressão de semelhanças.

O significado do feminino e o do masculino passa por diversas transformações ao longo do contexto histórico em que estão inseridos, e principalmente, no que tange as categorias de raça, classe, geração, dentre outras. Desse modo, pensar sobre tais categorias na sociedade brasileira, é considerar membros da diáspora africana que vivenciam de —alguma forma a marginalidade social e psicológica na interação social cotidiana com a cultura europeia majoritária (NASCIMENTO, 2009, p. 153). O racismo e o sexismo, como conjunto de gestão sistêmica – se organizam e se desenvolvem, assim como opera por meio de estruturas: social, econômica, cultural, política, e ambiental – —o que define o lugar de pessoas, grupos e povos, de acordo com a cor de sua pele, com a identidade de gênero, com a geração, com a situação socioeconômica, entre outros atributos (VAZ, 2013, p.1).

A posição de uma pessoa em sociedade, é estabelecida pelo seu pertencimento a determinados grupos sociais, e pelas características destes grupos. Tal dinâmica possibilita a construção de territorialidades específicas, capaz de ressignificar espaços para reprodução da vida, construindo lutas e possibilitando novas relações e formas de existir. O racismo e o sexismo, possuem três dimensões: a epistêmica, a institucional e a pessoal. A primeira está relacionada a discursos e saberes, mas também contém acepções sobre símbolos e imagens. A segunda, a arranjos institucionais que produzem formas estruturais de hierarquização e de discriminação. A terceira agrupa questões de atitudes, identidade e subjetividade de pessoas — —tanto daquelas que pertencem a grupos sociais com status de maioria no que se refere ao racismo e ao sexismo, quanto daquelas que podemos atribuir a grupos minoritários (KERNER, 2012, p.56). Em todos os casos estão descritas relações hierarquizadas de poder, o que nos remete a **matriz de dominação**, conceito cunhado por Patrícia Collins, caracterizado por sistemas sobrepostos de opressão, e por organização de esferas de poder distintas que conformam a estrutura de dominação/exploração em sociedade.

Kerner (2012) se inspira em Collins (1991) para desenvolver sua concepção sobre as intersecções entre racismo e sexismo, propondo abarcar as três referidas dimensões. Nesse ponto, dialoga com o conceito de matriz de dominação, pois a partir de tal reflexão é possível inferir que a dimensão epistêmica lida com gênero e com o sexo de maneira racializada, o primeiro em relação às normas e o segundo a partir de representações e

atribuições – ou seja, —estereótipos e atributos da feminilidade negra se diferenciam, por exemplo, de normas de gênero concernentes a mulheres brancas ou asiáticas (KERNER, 2012, p.57). No que está relacionado a dimensão institucional, o resultado é o —entrelaçamento entre diferentes estruturas institucionais — um entrelaçamento entre, por exemplo, condições de acesso e permanência no mercado de trabalho, estruturas familiares e a concreta situação da política educacional (KERNER, 2012, p.57).

Dialogando com essa afirmativa, Jurema Werneck (2009), expoente do feminismo negro brasileiro, afirma que a sociedade brasileira tem, ao longo do tempo, desenvolvido diferentes narrativas para descrever ou classificar as mulheres negras. Pimentel (2011) refere que —a mulher autóctone africana foi tão violada como sua terra e, até os dias de hoje, sofre as implicações dessa violência, que a limita entre muros sociais e a estagna em estereótipos (PIMENTEL, 2011, p.3). No Brasil, o período da escravidão e o pós-abolição garantiram grandes transformações nas narrativas e classificações sobre as mulheres, especificamente sobre as mulheres negras, muitas dessas classificações mantêm-se inabaladas. Na escravidão, as mulheres negras eram minoria, pois tendiam a não resistir ao processo de travessia, os números chegavam a ser 30% menores do que o de escravos homens. Dias (2012) afirma que —as sobreviventes jamais esqueceriam as experiências traumáticas desses dias de terror, que associaram a Olodum, o deus da morte (DIAS, 2012, p.361). Isto, porque muitas mulheres no processo de travessia passavam por períodos de gestação, que quando não as levava a morte, condicionaram-nas a memórias traumáticas decorrentes de complicações na gravidez.

As determinações cisheteropatriarcais impactaram, de maneira distinta, na vida das mulheres a depender da classe e da raça a que pertenciam. Essa —civilização (que se conforma no período colonial, estruturou diversas formas de perceber as mulheres não brancas. Davis (2013) faz referência à escravidão estadunidense e lembra que mulher se tornou um sinônimo de mãe e dona de casa, mas que entre as escravas negras, este significado não tinha lugar. Em verdade, era exigido a esta mulher certa —masculinidade na execução de seus trabalhos, o que de algum modo deve ter afetado suas experiências de vida. Resultando em uma natureza feminina diferente e muitas vezes consideradas tabus pela ideologia do século XIX. Observa-se semelhanças com a ordem patriarcal de gênero do Brasil, que possui minimamente duas formas de atuar, e se diferencia diante da classe e da raça a que esse feminino pertença.

Nascimento (2008) diz que o —corpo negro|| ao longo do período escravocrata incorporou diversos avatares, dependendo do ‘uso’ a que se propunha e da forma que se colocava em sociedade. Para a referida autora estes avatares passarão sempre pela isotopia do corpo ligado à sexualidade. Visto que, a representação da mulher negra é inferiorizada e desqualificada, desde que chegou em terras brasileiras, e são definidores de sua sujeição, o que impôs às mulheres negras múltiplos desafios, dentre estes, ser mulher e negra nessa ‘civilização’. É preciso refletir, que as mulheres mais humildes não podiam ‘desfrutar’ do papel social que via como ideal para a mulher a vida reclusa em seu lar. A submissão vivida pelas mulheres negras não era a mesma experimentada pelas mulheres brancas. Para o primeiro grupo não era possível atuar apenas no espaço privado, este era lugar das mulheres bem-nascidas (as brancas), as mulheres não-brancas precisaram desenvolver estratégias para sobreviver e fazer frente aos habituais desafios, diante de tamanha pobreza e discriminação (NAPOMUCENO, 2012).

A sociedade de um modo geral esperava das mulheres brancas, em razão do feminino, a submissão, a recepção de ordens sem questionar, sem reações emotivas e a sua permanência no lar. Para essas mulheres a passagem pelo espaço público teria que está relacionada com a igreja, como missas, novenas e procissões (SOUZA, 2007). Enquanto isso, as mulheres negras não só circulavam, como marcavam sua presença nos espaços públicos, contrapondo o que estava prescrito as demais (NAPOMUCENO, 2012). Tal situação ganha novos contornos com a passagem do escravismo colonial para o capitalismo, um processo que representa grande mudança, sobretudo, em relação à mão de obra. No entanto, mantém-se a atmosfera política e econômica complexa, com expressivas alterações que interferem não só na paisagem física, mas também na dinâmica social do país. A ideia modernizadora faz referência aos processos mais estruturais de mudanças ocorridas, praticamente em todas as grandes cidades brasileiras no século XIX, um processo de modernização que incide de maneira distinta a depender do território e das territorialidades que se constituem.

### **4.3 CIDADE DAS SENHORAS QUE SALVAM DA DOR: De que mulheres estamos falando?**

O início do processo de urbanização de Salvador é demarcado por uma cosmovisão republicana, que além de racista, era cisheteropatriarcal, ser mulher não era simples, e ser

mulher negra era ainda mais complicado. É possível inferir sobre uma territorialidade específica, já que estava atrelada a população negra, descendentes de africanos reterritorializados no Brasil, que em grande medida, era uma população marginalizada. Na mesma medida, é possível posicionar um olhar opositor, e compreender que são construídos verdadeiros territórios de resistência a partir dessa desterritorialização.

Diante dessa cosmovisão republicana, a inserção das mulheres negras nos espaços públicos de Salvador é diferenciada. Nas palavras de Werneck (2002), a mulher negra sempre assumiu o papel de aglutinadora e provedora da família, resultado de uma sociedade que matava, mutilava e separava famílias inteiras, mas em Salvador isso se deu nos territórios centrais da cidade, fato que suscita o questionamento sobre quais são as implicações disso para a construção de novas territorialidades? É o que se busca apreender nesse estudo.

As mulheres negras do Brasil ocupavam os espaços públicos e privados, precisavam trabalhar, desta forma adentravam ao espaço público, reservado aos homens, pois, o sustento da família em muitos casos era tarefa delas (REIS; FREITAS, 2010). Sendo esta, uma das características de mulheres africanas, que foi reconstruída no Brasil, no período do escravismo colonial e se manteve durante toda a história de grande parte das mulheres negras brasileiras. Tal situação demarca que o processo de reterritorialização do povo negro africano no Brasil, teve aspectos de sobreposição de hábitos e costumes, mas também de manutenção e resistência destes.

Parafraseando Davis (1981), as bases sobre as quais as mulheres negras se constituíram afirmavam sua condição de igualdade nas relações sociais, igualdade concebida nos tempos de escravidão – destaque a importância de compreender a distinção de igualdade e equidade, pois para essas mulheres a igualdade concebida era no trabalho braçal e no açoitado. As mulheres negras eram iguais aos seus companheiros na opressão que sofriam e foram levadas a resistir a esse processo com o mesmo afincado.

Dias (2013) reitera que —quando tudo conspirava contra suas vidas, abriram caminhos, combateram preconceitos e afirmaram posições conquistadas (p.379), uma territorialidade construída em uma correlação de forças que se espalhou por todas as dimensões sociais, mas principalmente —na economia de subsistência, nas feiras e no mercado interno de abastecimento das várias e diferentes regiões do país (p.379).

O território onde estas territorialidades eram construídas eram chamados de Cantos. Conhecidos como aro entre os Iorubás, os cantos seriam inspirações dos grupos de trabalho voluntários da África Ocidental. No Brasil ganharam outra dimensão, mais do que estação

de trabalho passam a lugar de luta e resistência, pois subsidiavam redes de articulação entre negros e negras de distintas religiões, capoeiras e redes de parentescos. Tais características fizeram dos Cantos locais estratégicos, conhecidos como territórios negros, assim como as lojas (COSTA,1991). Diacronicamente, é este o sentido de Malocas, são territórios e territorialidades, nominados pela PSR, com forma de situar onde e como vivem, demarcando peculiaridade de re(existir) e de estar nas ruas.

No que tange a sociedade soteropolitana, De Mattos (2008)<sup>21</sup> destaca a atuação e a importância que tiveram as ganhadeiras e quitandeiras:

Dos relatos dos vários viajantes que estiveram na Bahia, ao longo do século XIX, até a bibliografia contemporânea sobre a escravidão baiana, não há quem deixe de observar a importância que tiveram as mulheres ganhadeiras e quitandeiras - na grande maioria, negras-, sob qualquer ponto de vista em que se analise a dinâmica de funcionamento da escravidão soteropolitana (SOARES, 1996 apud DE MATTOS, 2008, p.48).

Como herança do período escravocrata, o que perdurou foi uma visão deturpada das mulheres negras, o que interessava aos senhores era explorar a força produtiva de seus escravos, sem se importar se era homem ou mulher, o que importava era o produto do trabalho de ambos (SILVA, 2003). A paisagem montada, destacava o território de cada segmento, conformando a geografia da cidade, dividida, entre pobres e pretos, homens e mulheres, libertos e cativos, mendigos e vadios – num sistema cíclico de reconhecimento e diferenciação, que ditava as territorialidades da época. A sociedade escravista era estruturada com hierarquia rígida, onde a cor da pele era requisito primordial para definição da estrutura social.

Destaco a peculiaridade geomorfológica de Salvador, separada por uma falha geológica que divide a cidade em alta e baixa. No século XIX essa divisão demarcava territorialidade específicas, na cidade alta encontravam-se ruas largas e movimentadas, com melhores condições físicas e sociais (SANTOS, 2008) desse modo era onde residiam a população com maior poder aquisitivo, ou seja, a população não negra. Enquanto a cidade baixa era o coração dos negócios de Salvador, com movimentação intensa de comércio de

---

<sup>21</sup>No trabalho intitulado: Negro Contra a Ordem: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850 - 1888).

mercadorias, com ruas estreitas, sem infraestrutura, e com forte presença da população negra (BATISTOTI, 2019).

O comércio como trabalho era a principal atividade de mulheres em África, as feiras como local de subsistência era uma tradição entre muitas famílias, configurando tais mulheres como grandes comerciantes. Estas atividades são recriadas no Brasil ainda na época do escravismo colonial, permitindo que algumas mulheres acumulem recurso suficiente para garantir a própria alforria. Mulheres vanguardistas, pois já estavam no mercado de trabalho, mesmo que por necessidade, aprendendo desde cedo a dar conta da própria vida (LESSA, 2012).

Entretanto, Ferreira Filho<sup>22</sup>(1994) apresentou a narrativa que a sociedade soteropolitana na República, construiu sobre as mulheres pobres desta cidade, uma narrativa que se transforma na cosmovisão sobre as mulheres negras, pelo menos para a branquitude da época. Nessa cosmovisão, —as mulheres pobres e trabalhadoras de Salvador não cabiam na imagem da *Belle Époque*”(p.99) – ou seja, não cabiam nos estereótipos aceitáveis para uma mulher da —boa família soteropolitana, pois atentavam contra a moral, com seus corpos,

[...]vestindo saias de decência suspeita e camisas com decotes —desguelados, majoritariamente pretas, sem chapéu ou espartilhos, comercializando comidas —pouco saudáveis, entrando e saindo em mercados, botequins e armazéns, habitando as ruas com seus filhos raquíticos, atentando contra a moral com palavras de baixo calão, proferidas em condenável português, —cuspindo saliva de fumo ou axál, as mulheres pobres e trabalhadoras de Salvador não cabiam na imagem *Belle Époque* [...] (FERREIRA FILHO, 1994, p. 99-100).

O que se esperava era que a —moça e a "senhora de família" seriam os novos modelos de mulher que passariam a compor o cenário urbano republicano (FERREIRA FILHO, 1999). Depreende-se que a perspectiva do masculino e do feminino sofre grandes transformações na sociedade soteropolitana. De Mattos (2008) descreve um estudo sobre o cotidiano das ganhadeiras, em Salvador do século XIX, para situar que a ação de controle das autoridades públicas recai sobre as mulheres negras, diante do receio de que estas mulheres pudessem aproximar uma população considerada perigosa pelas elites – a população negra. Nesse contexto, pensando uma pirâmide de estrutura social, as mulheres

---

<sup>22</sup>Ferreira Filho (1994) na obra intitulada: Desafrikanizar as ruas: Elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador (1890-1937).

negras estavam na base, pois diante dos sistemas de opressão, sofriam por ser escravas, eram escravas por serem negras, e enfrentavam as violências sexistas e misóginas por serem mulheres. Tal situação se mantém na atualidade, pois ao refletir sobre a pirâmide de estrutura social, a maioria das mulheres negras continuam em sua base, por serem mulheres e negras, enfrentando sistemas de opressão que se reinventaram ao longo do tempo, mas que as mantêm em condição de vulnerabilidade social.

O sofrimento e as lutas em comum uniram homens e mulheres negros em Salvador, constituindo novas sociabilidades, no intuito de garantir a sobrevivência, através de reterritorialização e novas territorialidades. Essas novas sociabilidades, caracterizam-se pela possibilidade de aquilombar-se<sup>23</sup>, como faziam mulheres negras, —[...]ganhadeiras no exercício do pequeno comércio, venda de alimentos e outras atividades de igual natureza contribuíram para a aproximação entre africanos de várias —nações, e entre esses africanos e os negros nascidos no Brasil (DE MATTOS, 2008, p.84).

Ferreira Filho (1999, p.99) afirma que —foram às mulheres pobres e trabalhadoras, na República, um alvo privilegiado das políticas de ordenação e disciplinarização de um sedimentado e resistente mundo das ruas. Essas mulheres – pobres e de rua – foram responsáveis por uma —gama de relações, hábitos, valores e significados próprios de uma cultura popular que se desenvolvia desde a colônia (p. 99), apresentada de maneira marcante na sociedade soteropolitana. O comportamento moral das mulheres era motivo de atenção da imprensa local. Responsáveis por brigas, discussões e —bate-bocas de ruas, elas ocupavam costumeiramente as páginas dos periódicos locais (p.100), e recebiam a alcunha de desordeiras, arrelentas, desbocadas – uma ameaça a moral com seus **comportamentos injuriosos**. A mídia da época tratava de difundir e naturalizar esses perfis indicados à mulheres negras, como podemos ver no jornal A tarde (1916), Maria Ignez Conceição é tratada como preta quitandeira, tipo perfeito de vizinha, arrelenta e desbocada. Nesse mesmo periódico, em notícia de 1914, Alexandrina, é também a fateira estabelecida à Baixa dos Sapateiros, comparada a um monstro por ter matado sua companheira com uma faca de trabalho (FERREIRA FILHO, 1999). Apelidar o povo negro é um costume do racismo no Brasil, parafraseando a intelectual Lélia Gonzalez, é preciso que o negro(a) no Brasil tenha

---

<sup>23</sup> Utilizo aquilombar-se a partir do conceito de aquilombamento, onde mulheres e homens negras/os ocuparam territórios buscando a garantia de direito historicamente negados. Tomo como referência os quilombos que foram territórios onde eram possíveis existir em contraposição a lógica do escravismo colonial, e construir existência a partir de uma cosmovisão africana, uma perspectiva de resistência que é construída coletivamente.

nome e sobrenome, porque se deixar a branquitude coloca o nome que quiser, e certamente será para reiterar sua visão deturpada e homogeneizante.

As mulheres negras —além de estarem em posição inferior na pirâmide social, [...] tem que arcar com o ônus de terem seus corpos, a sedimentação de um estereótipol (FERREIRA FILHO, 1999, p.202). Estereótipos relacionados à condição de escrava, que naturalizam os papéis sociais como adequados a partir dessa ótica. Nota-se que em Salvador, a —autonomia espacial ou mesmo uma gerência mais autônoma da vida pessoal das mulheres pobres não lhes garantiram uma maior simetria nas relações de gênero (FERREIRA FILHO, 1999, p. 202). A sociedade baiana era feminina em sua expressão, mas não deixou de ser masculina em seus propósitos. Diante do exposto, é possível afirmar que as mulheres negras soteropolitanas são marcadas pelo estigma da escravidão, e pela condição de propriedade privada na sociedade patriarcal. Sendo assim, —a elas permanecem destinados os trabalhos sem qualificação, trabalhos que dispensam inclusive a educação e a instrução, sobre elas pesa, além das diferenças de gênero, também as de raça (FERREIRA FILHO, 1999, p. 202).

Longe de tornar inerte ou estereotipada a definição de mulher soteropolitana, é importante situar as heranças que possibilitam a constituição dessa identidade – o que certamente reverbera em um caleidoscópio de possibilidades, entretanto sustentada em uma base específica – o escravismo colonial. Percebi a partir da apreensão da experiência histórica de mulheres negras, que o território da rua além de demarcar os limites dos corpos, a vida social em movimento, passa a ser *locus* da luta por garantia de direitos, da construção de novas identidades, construindo novas formas de resistência e organização social.

## **5. A RUA: Território, Territorialidade e garantia de direitos**

O tempo de cobertor e papelão passou, o que nós queremos  
agora é Políticas Públicas  
Maria Lúcia MNPR (2014)

Busquei situar o território a partir dos processos que o constituem, e das correlações de forças que estão envolvidas neste dinamismo, pois o território é composto pelas características físicas de determinada área, mas também das marcas que a sociedade fixa neles. Para tanto, assimilei como raça, gênero e classe social, mas especificamente a

intersecção entre tais condicionantes de opressão, se articulam na construção das estruturas sociais no Brasil. Recorri a este caminho, pois como destacou o professor Milton Santos (2002) o território é a combinação entre técnica e política, defendendo a necessidade de ampliar o olhar sobre as implicações desta técnica e desta política nas relações da sociedade soteropolitana. Falar de estrutura social, é falar também do aparato político institucionalizado, utilizado para garantir ou não direitos sociais.

Este tópico faz a confluência entre território e política pública social, pois operacionalizar política pública é também ofertar serviços e equipamentos que se realizam em territórios, e diante de territorialidades, aparatos do exercício da proteção social. O território é mais do que o chão onde se vive, ele é movimento, dinâmico, histórico e se conforma a partir de territorialidades dos grupos que o ocupam. É no território que as políticas sociais são operacionalizadas, isso é possível através da implantação de seus serviços; é nessa dinâmica de atenção que acontece o diálogo e as trocas cotidianas entre os/as usuários/as de políticas sociais (SPOSSATI, 2013).

Tal dinâmica aponta a capacidade de se pensar o território para uma finalidade, que pode se desenvolver por equivalência, decorrente de pluralidade espacial, ou pela relação de espaço e contra-espaço (MOREIRA, 2006). Defendo que a rua, espaço de sobre(viver) e re(existir) se organiza a partir desse último, pois se coloca como alternativa aos espaços hegemonicamente construídos, possibilitando a reflexão sobre como as políticas públicas são pensadas, operacionalizadas, e quais as estratégias devem desenvolver para atender a sociedade em suas especificidades.

### **5.1 Política Pública: garantindo direitos?**

A pobreza econômica está relacionada diretamente a liberdade, pois liberdades são negadas a um grande número de pessoas a partir do critério de posse ou não de riqueza, o que em grande medida reverbera na carência de serviços públicos e da assistência social. Visto que, é possível pensar, para quem construir subsídios para garantir direitos a quem nem mesmo é visto como sujeito de direito? (LOPES, 2005, p.13). Questionamento que corrobora com o professor Milton Santos (2000), quando afirma que a pobreza não está ligada apenas a falta de recursos financeiros, mas também a uma cidadania abstrata, condição esta que foi imposta a população negra e indígena no Brasil. Neste ponto, destaco o esforço deste estudo em apresentar o fenômeno da pobreza de maneira histórica, e

imbricada com a dinâmica racial, pois em uma sociedade onde muitos precisam trabalhar para garantir a sobrevivência de todos, e o excedente dessa produção é exclusividade de poucos, precisamos pensar como esse cenário é construído se adicionarmos o dispositivo racialidade e gênero.

Parto da consideração supracitada, para propor uma reflexão ampliada sobre políticas públicas, e pensar sua gênese a partir da cosmovisão utilizada nos tópicos anteriores. Busco refletir sobre a etapa anterior à construção das políticas públicas, e a complexidade que envolve sua elaboração e operacionalização – ou seja, a atenção é voltada para a construção e materialização das políticas públicas, interseccionando o dispositivo de racialidade, de gênero e de classe. O desafio é superar a análise das políticas sociais brasileira a partir de sua expressão imediata como fato social isolado, e incidir um olhar opositor situando as políticas sociais como expressão contraditória da realidade ((BEHRING, et al, 2009, p. 35).

A política pública, é resultado de um projeto de sociedade que em grande medida é fruto da escolha de elementos epistêmicos, culturais e perspectivas ideológicas. A construção de política social é permeada por iniquidades, que corroboram com a dificuldade de acesso e como são ofertadas oportunidades para uma parcela da população. A peculiaridade da formação sócio-histórica brasileira, adiciona o dispositivo racialidade a correlação de forças comum a uma sociedade, o que faz com que a forma como a política pública é pensada e operacionalizada no Brasil não varie, pois se forma a partir de bases escravista e colonial. A elite brasileira é composta basicamente por famílias oligarcas, tradicionalmente inseridas na política do país como forma de manter privilégios, e assegurar velhas práticas que conduzem o país para o recrudescer das desigualdades.

Boneti (2007) pressupõe que a tomada de decisão que resulta numa política pública envolve alguns condicionamentos básicos dependendo do momento histórico. Sendo assim, destaca a transformação das características da correlação de força no Brasil – que tradicionalmente envolvia apenas o contexto nacional, e que nas últimas décadas passou a envolver três instâncias – sendo elas, a global, a nacional e a local.

Para tanto, o referido autor demarca fatores preponderantes para a elaboração e estabelecimento de políticas públicas na atualidade – o primeiro são os interesses do capitalismo internacional e o segundo diz respeito aos interesses nacionais, caracterizado pelos desejos das classes dominantes e dos vários segmentos que compõem a sociedade civil. É importante destacar esses pontos, para que se desperte para a ideia de que ter

política pública por si só não garante direitos, é preciso um processo contínuo de avaliação e acompanhamento para monitorar a quem tais políticas estão servindo, e se com isso proporcionam mudança social.

Neste ponto, proponho uma reflexão, será que a burguesia brasileira efetivamente é uma burguesia —nacionall? Faço este destaque, colocando o nacional entre aspas, porque no Brasil o nacional não está ligado aos desejos e anseios das camadas populares, pois se fosse o caso, a burguesia tida como nacional, seria responsável por formular e sistematizar os sentimentos e aspirações de toda população, mas não é o que acontece, a burguesia brasileira governa para si, atendendo o anseio de poucos em detrimento de muitos. Apresento a referida reflexão, pois defendo que no Brasil existe uma burguesia interna, caracterizada por Poulantzas *apud* Martuscelli (2014) como um tipo de burguesia que

possui base própria de acumulação, está interessada na intervenção estatal, especialmente quando essa intervenção lhe garante maior controle sobre determinados ramos econômicos no país, competitividade perante o capital estrangeiro e financia o desenvolvimento econômico voltado para o mercado externo –o qual está mais inclinada a apoiar. Em relação ao mercado interno, defende apenas pequenas elevações do poder de compra e de consumo das massas, o que atesta o caráter socialmente conservador de seu posicionamento político (MARTUSCELLI, 2014, p. 121).

A ideia de identidade —nacionall é frágil, porque no Brasil, o que existe são identidades forjadas a partir de referenciais geográficos, raciais/étnicos, de gênero e econômicos, características que fazem com que boa parte da população brasileira se sinta como —os de forall, constituindo uma disputa de projetos societários a partir de corpos dissidentes.

Pressuponho que na dinâmica do capitalismo globalizado, fator importante para a elaboração de políticas públicas, e que aponta uma tendência brasileira em conceber as transformações políticas, sociais e econômicas, em grande parte, como resultado de pressões internacionais, é impossível distinguir o que são interesses da elite nacional, do que são interesses da elite global. Qual a pertinência disto? É Boneti (2007) quem responde, ao situar que sejam os agentes de poder, nacional ou global, o que está em jogo é a —disputa de interesses pela apropriação de recursos, ou em relação aos resultados da ação de intervenção do Estado na realidade socialll (BONETI, 2007, p.60) – ou seja, há uma disputa

de projetos societários, onde quem paga a banda escolhe as músicas no melhor idioma para o momento.

Tal situação organiza a dinâmica de formação dos territórios brasileiros, que se dá prioritariamente pela dinâmica das relações econômicas, a partir de uma cultura geofinanceira. Egreja (2017) afirma que essa cultura é —um conjunto de valores, práticas e símbolos que se perpetuam no tempo e que dão coerência aos atores do sistema financeiro que a desenvolvem, ajudando à percepção de identidade e posicionamento da indústria financeira (EGREJA, 2017, p.126). Tais elementos são responsáveis por homogeneizar a agenda internacional, que é construída a partir de imaginação, pensamento e narrativa geofinanceira, configurando-se em expressões dessa cultura. Uma característica que estrutura o Estado brasileiro, pois influencia na construção de território do país; a cultura geofinanceira se apresenta através da relação entre o mercado financeiro, e o mercado imobiliário ditando as regras para a formação do território no país.

É nesse contexto de apropriação territorial que o espaço é ocupado para operacionalizar políticas públicas, o que possibilita questionar o padrão de proteção social, buscando identificar quais necessidades são levadas em conta para demarcar onde os equipamento e serviços serão instalados. Entendo que há uma lógica de setorização, que recorta o social em partes, o que demanda uma articulação para encontrar soluções para as expressões da questão social que superam a perspectiva conjuntural (YAZBEK, 2004). Deste modo é preciso ampliar o olhar, e analisar as políticas sociais como uma solução a um problema estrutural que conforma as expressões da questão social, superando a falta de articulação entre tais políticas, muitas vezes as metodologias inadequadas dos programas, e a falta de capacitação dos servidores públicos, que interfere na capacidade destes para atender as demandas sociais.

As políticas públicas também podem ser definidas como ações do governo na intervenção de problemas sociais através de programas e serviços na proteção social. Estas ações são desenvolvidas considerando o público alvo e suas necessidades. Diante do conteúdo em estudo, pode-se destacar a política de assistência social, como aquela indispensável na construção de uma sociedade que traz na sua história a desigualdade social em evidência ao longo de sua trajetória (STOPA, 2012).

Defendo que ao pensar em políticas públicas pensemos em reparação da violência histórica sofrida pelos(as) negros(as), porque assim será possível apontar construções factíveis para incidir nas expressões da questão social, opressões que são recrudescidas a

partir da questão racial, pois no Brasil a cor da pele informa a possível trajetória dos sujeitos.

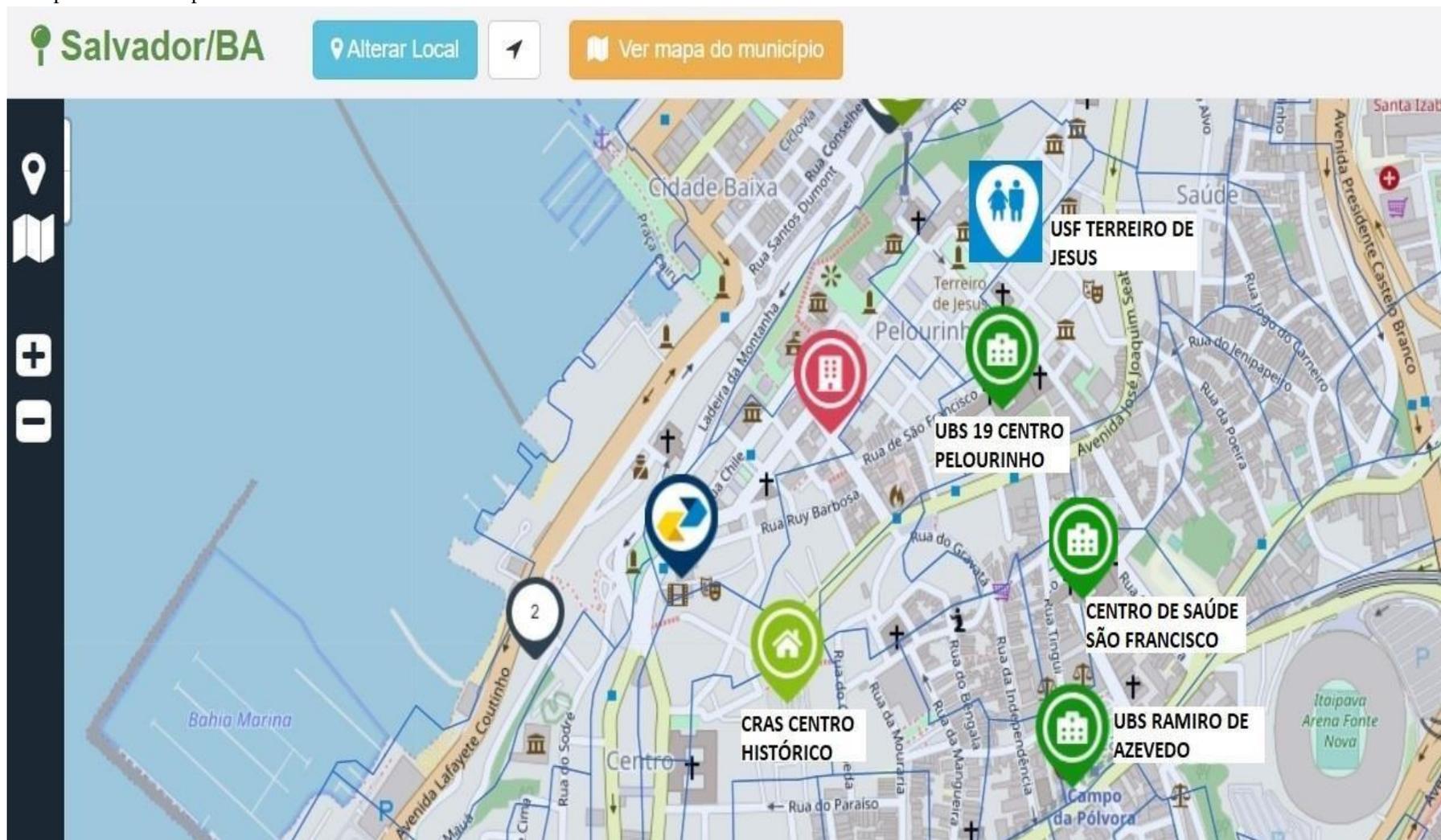
O histórico da construção dos serviços voltados a PSR em Salvador está ligado a criação da Política Municipal para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, em 2013 através do decreto municipal nº 23.836/2013. A partir deste marco legal o município passa a receber repasses financeiros para implementação de serviços e equipamentos voltados a PSR. Dentre estes, estão os Centro Pop - Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua os Serviços Especializados em Abordagem Social e as Unidades de Abrigamento Institucional (UAI) (MIRANDA, 2015).

Ressalto que é apenas em 2015, que a estratégia de saúde Consultório na Rua (eCR), passa a funcionar efetivamente em Salvador, uma modalidade de atendimento em saúde extramuros, que ofertam cuidados em saúde aos usuários em seus próprios contextos de vida (MIRANDA, 2015). Um serviço essencial a PSR, mas que possui limitações, sendo necessário ampliar o acesso da população em situação de rua aos demais equipamentos de saúde do município para um atendimento integral de suas demandas. No território de estudo existe uma equipe de Consultório na Rua, vinculada ao Distrito Sanitário<sup>24</sup> do Centro Histórico. Este conjunto de equipamentos e serviços, juntos à sociedade civil organizada como no Movimento de População em Situação de Rua e a RENFA, conformam a rede de enfrentamento a vulnerabilização a que são expostas a PSR, composta por serviços socioassistenciais, e serviços de políticas públicas setoriais. Tais serviços e redes de apoio são de importantes na luta pela garantia de direitos à população em situação de rua. Diante do exposto, proponho indicar geograficamente qual a cobertura territorial de equipamentos e serviços de políticas públicas que são ofertados no território que constitui o interesse de investigação deste estudo (Mapa 2), a saber: a Baixa dos Sapateiros, que é composta por parte do Centro Histórico, a região do terminal de ônibus do Aquidabã. Identificamos no território apenas unidades de saúde e um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o território não possui Centro Pop ou unidades de acolhimento.

---

<sup>24</sup> Distrito Sanitário é o conceito aplicado a estratégia de construção do SUS no município, que envolve elementos conceituais e operacionalmente importantes; e se refere também à menor unidade de território ou de população, a ser apropriada para o processo de planejamento e gestão

Mapa 2 - Rede de apoio institucional PSR



Fonte: elaborado pela autora a partir de informações do Site do Mapa de Oportunidades e Serviços Públicos (MOPS) e do site da Secretária de Saúde da Bahia (SESAB) (2020).

O território em questão foi identificado pela pesquisa referente à PSR em Salvador, como de maior incidência da população em situação de rua neste município, sendo este território a junção do Centro Histórico e do Centro, conforme descrito na tabela 1.

Tabela 1 - Incidência da PSR no município de Salvador (2010)

Áreas de Salvador	População	%
[1]-Centro histórico: Pelourinho, Baixa dos Sapateiros, Barroquinha, Nazaré, Barbalho <sup>a</sup>	487	24,2
[2]-Cidade Baixa: Comércio, Mares, Calçada, Roma, Bonfim, Massaranduba, Boa Viagem <sup>b</sup>	620	30,8
[3]-Centro: Av. Sete, Piedade, Carlos Gomes, Rua Chile, Dois de Julho, Gamboa, Largo dos Aflitos <sup>c</sup>	321	16,0
[4]-Barra até Pituba, Itaigara, Iguatemi até Costa Azul	212	10,5
[5]-Centro: Campo Grande, Canela, Centenário, Vitória, Garcia	100	5,0
[6]-Imbui, Mussurunga, São Cristovão, Itapuã, Aeroporto e Stella Maris	71	3,5
[7]-Federação, Vasco da Gama, Ogunjá, Bonocô e Brotas	53	2,6
[8]-Baixa do Fiscal, Suburbana e Base Naval	20	1,0
[9]-Cabula, Pernambucoés, Rótula do Abacaxi, Liberdade, Pero Vaz, Pau Miúdo, IAPI, Caixa d'Água <sup>d</sup>	68	3,4
[10]-Pirajá, São Caetano, Faz Grande, Marechal Rondon, Largo do Tanque	51	2,5
[11]-São Rafael, Pau da Lima, São Marcos, Cajazeiras, Águas Claras e Boca da Mata	7	0,3
Total	2010	100

Demais locais: <sup>a</sup> Santo Antônio, Fonte Nova, Jardim Baiano; <sup>b</sup> São Joaquim, Ribeira e Uruguai; <sup>c</sup> Politeama; <sup>d</sup> San Martin.

Fonte: elaborada pela autora a partir de informações do Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-BA (2010).

Esta rede de enfrentamento pode ser definida como um conjunto de articulação entre diversos profissionais, órgãos, instituições e sociedade civil organizada como forma de trabalho em conjunto, com o propósito de desenvolver ações e estratégias que solucionem problemas sociais. Identificar essa rede, ou até mesmo sua ausência, possibilita mapear as áreas do município que mais necessitam de intervenção social, e serve também como apoio aos gestores e técnicos da Política de Assistência Social na orientação da população vulnerabilizada e no atendimento de suas demandas por serviços públicos e acesso aos direitos sociais.

A Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR) tem como um dos seus objetivos, a criação de meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS) no intuito de qualificar a oferta de serviços a PSR. Nos próximos dois pontos, citarei essas duas políticas por entender que quando pensamos estratégias para a população em situação, precisamos reforçar o referido objetivo da PNPSR. Contudo, o propósito não é apresentar um descritivo, pois muitos dos trabalhos que tratam das referidas políticas, apontam o que elas deveriam ser, e não que são de verdade.

## 5.2 Política de Assistência Social

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988 (CF/88), surge um novo modelo de proteção social, que representou um avanço significativo no que se refere ao padrão brasileiro de proteção social vigente até então, possibilitando a criação de diversas políticas públicas, dentre estas, as voltadas para a população em situação de rua, em resposta a organização coletiva de pessoas que viviam nas ruas e se articularam na busca de garantia de direitos. Em 1993 foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta o que já tinha sido sinalizado na CF/88 e estabelece normas e critérios para organização da assistência social, uma política que se articula com outras leis, normas e critérios objetivos para abarcar as singularidades dos indivíduos previstas por esse modelo de proteção social. A referida proteção é definida como um conjunto de serviços públicos voltados para parte da sociedade, ou estatalmente regulados para o suprimento de serviços e benefícios sociais visando o enfrentamento de situações de risco social ou de privações sociais (SPOSATI, 2013).

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) é responsável por regular a organização em âmbito nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que ocorre de forma descentralizada, participativa e articulada com as demais políticas setoriais.

Com base na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) regulou a organização em âmbito nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de forma descentralizada, participativa e articulada com as demais políticas setoriais. Definiu ainda os serviços e programas em níveis de proteção, a partir disso, foram criados dois órgãos públicos voltados ao atendimento dos usuários do SUAS. São eles, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O primeiro é responsável pelo atendimento de famílias e indivíduos no intuito de prevenir vulnerabilização social e/ou risco. O segundo é um serviço especializado, voltado para famílias e indivíduos, no intuito de dirimir a vulnerabilização social e/ou risco, que já estão instalados.

No Brasil, as políticas voltadas ao grupo populacional em questão, foram fortalecidas a partir da Política Nacional para População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053 de 23/12/2009). Um marco para dar maior visibilidade a essa população, com o

objetivo de assegurar as direções de um acesso amplo e seguro aos serviços e programas que compõem as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, dentre outras.

A principal legislação brasileira direcionada à atenção à saúde desse grupo é a Política Nacional para a População em Situação de rua (PNPSR), essa política tem como princípios o respeito à dignidade da pessoa humana, o atendimento humanizado e o respeito às condições sociais, que caracteriza um avanço na garantia de direitos a PSR, pois subsidiou normativas e portarias nacionais, que visibilizam os problemas e ampliam as possibilidades de atuar sobre estes problemas.

Falar de proteção social refere-se a uma expressão territorial, pois a proteção social é direito de quem necessitar, mas será que os aparatos responsáveis por suprir tal proteção existem onde esse grupo está? Qual a lógica utilizada para se distribuir essa proteção? O território é pensado na distribuição? Parafraseando Koga (2003), o território é o chão das políticas públicas, quando nos propomos a fazer uma reflexão das dimensões do território de vidas e territórios vividos.

### **5.3 Política de Saúde**

O acesso às ações e aos serviços de saúde, são um dos grandes desafios para a população em situação de rua, devido a uma série de entraves, como a exigência de comprovação de residência, o despreparo de profissionais envolvidos na prestação desse serviço, e os tipos de tratamentos que não levam em consideração a vida em situação de rua (DA SILVA, 2013). A população em situação de rua é condicionada a viver em estado de vulnerabilidade, essa condição se apresenta na falta de documentação, emprego e moradia, o que dificulta o acesso à educação e até mesmo em receber cuidados em saúde. A vulnerabilidade aqui descrita, deriva do latim *vulnus*, cujo significado é ferida, que possui duas perspectivas, sendo uma física e outra social. É possível dizer que a vida na rua possui diversos aspectos que agravam a situação de vulnerabilidade, um desses aspectos é a influência na condição de saúde dessas pessoas que condiciona múltiplas necessidades. Tais influências caracterizam-se na determinação social da saúde, ou seja, fatores sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que imprimem problemas de saúde e seus fatores de risco na população (BARATA, 2009).

Ao considerar a atenção a saúde de determinados grupos, como as pessoas em situação de rua, verifica-se suas reais dificuldades e a contradição entre o discurso e a prática. Ao viver em condições extremamente adversas, a população em situação de rua está sujeita a agravos físicos e psicológicos que afetam negativamente sua condição de saúde e ameaçam sua própria sobrevivência, sem que encontrem por parte do Estado e dos serviços uma atenção eficaz à saúde (CARVALHO, 2016). O acesso aos serviços de saúde é difícil para a maioria da população brasileira, e quando se trata desta população essa dificuldade é acentuada, pois a PSR cotidianamente tem seus direitos negados.

No Brasil, à saúde é vista por alguns como uma política voltada para uma minoria privilegiada, o que a torna supressora e discriminatória, por não abranger toda a população, indo de encontro com as premissas do Sistema Único de Saúde (SUS), que atendendo as prerrogativas da CF/88 propõem garantir saúde a todos que precisam (CARVALHO, 2016, p.109). Nesse sentido, foram construídas alternativas, através de políticas de saúde que buscam romper com essa visão supressora e discriminatória, para atender as pessoas mais vulneráveis, como a PSR, buscando viabilizar o acesso aos serviços de saúde, contemplando diferenças econômicas, sociais, culturais e de gênero (DE SOUZA, 2018).

Paiva (2015) alerta que —apesar de a Constituição Federal assegurar saúde como direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas econômicas e sociais, em termos práticos, não se vê a extensão desses direitos à PSR (PAIVA, 2015, p.8). Isto, pois apesar dos avanços no marco regulatório na área de saúde para PSR, esses passam a conviver com o que Da Silva (2013) chamou de —enquadre institucional medicalizante e hegemônico.

Nesse sentido, é instituído o Comitê Técnico de Saúde da População em Situação de Rua, que tem como membros diversas secretarias do Ministério da Saúde e Conselhos de Saúde. A Implementação do Plano Operativo para Implementação de Ações em Saúde da População em Situação de Rua, por meio da resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013, foi um ponto importante, definindo as diretrizes e estratégias para o enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde da PSR no âmbito do SUS. Um dos objetivos desse plano é atender as necessidades de saúde e garantir o acesso da PSR às ações e serviços de saúde, reduzir os riscos à saúde decorrentes dos processos de desigualdades em saúde no âmbito do SUS. Assim, o Departamento Nacional de Atenção Básica delibera pela criação de equipes de atenção básica para populações específicas, que tem como objetivo ampliar o acesso da referida população à rede de saúde. A partir do diálogo, e da atuação da

Estratégia de Saúde da Família e dos consultórios de Rua junto ao Movimento de População de Rua, são instituídas as equipes de Consultórios na Rua (CnaR), a principal estratégia de saúde para esse grupo (DA SILVA, 2013).

O Consultório na Rua (CnaR) representa um avanço no cuidado à saúde da PSR, propiciando novas configurações de redes assistenciais buscando novos desafios à concretização do SUS, assim tem promovido boas práticas de Saúde Coletiva deslocando os profissionais da própria estrutura para um cuidado domiciliar através da busca ativa com novas práticas assistenciais que são moldadas às necessidades e demandas das pessoas em situação de rua, tem suas diretrizes de funcionamento e organização definidas pela Portaria nº 122, /2001, e pela Portaria nº 123/2012. Ressaltando que o Consultório na Rua, não é a única porta de entrada da PSR no SUS, o acesso pode se dar através das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e por Unidades de Pronto Atendimento (UPAs).

Refletir sobre as necessidades de saúde da PSR exige uma contínua contestação, principalmente no que se refere às políticas sociais e as políticas de saúde, visto que, é preciso compreender a incessante construção de tais necessidades. A partir dessa perspectiva, é preciso adotar propostas que se baseiam no princípio da equidade, estratégias que para serem coerentes devem considerar que as necessidades são diferentes e, portanto, requerem recursos também diferenciados para sua satisfação.

A atual conjuntura brasileira aponta longos períodos de construção de luta coletiva e resistência. Situação que vêm sendo desenhada desde 2016 diante da crise econômica, do golpe político que foi o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e da Emenda Constitucional 95/2016, com o congelamento de gastos na educação e na saúde pública. A aprovação da Emenda Constitucional denominada PEC/95, demarca que desde 15 de dezembro de 2016 fica instituído o Novo Regime no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros. O que significa o congelamento dos gastos públicos na saúde, educação, assistência social e habitação durante vinte anos.

A sociedade brasileira tem vivenciado a problemática do retrocesso dos direitos sociais conquistados ao longo de décadas. A exemplo da reforma trabalhista que de modo geral trouxe elementos que precariza a vida do trabalhador brasileiro, formas de contratação mais precárias e atípicas flexibilização da jornada de trabalho, rebaixamento da remuneração, alteração nas normas de saúde e segurança do trabalho, fragilização sindical e mudanças na negociação coletiva limitação do acesso à Justiça do Trabalho (OLIVEIRA, et

al. 2017). Diante de tantas mudanças em uma legislação há de entender que terá reflexos futuros nas políticas sociais que dão suporte a população vulnerabilizada no Brasil.

## 6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 6.1 Nos caminhos da pesquisa

São muitos os caminhos até chegar nesse ponto do estudo, os primeiros passos foram dados com a realização de entrevistas informais, a partir do encontro com as interlocutoras na sede do MNPR em Salvador e nos seus territórios. A proposta inicial era apresentar a pesquisa ao colegiado do Movimento, e em seguida propor uma roda de conversa com as mulheres para a apresentação do projeto de maneira mais detalhada, porque sempre que eu tinha oportunidade dialogava com elas sobre a proposta de pesquisa, por isso digo que os ajustes feitos desde o projeto do mestrado até aqui, são frutos desses momentos de diálogos com as interlocutoras.

Com o desenvolvimento da pesquisa entendi que a construção e levantamento dos dados foi iniciado a partir do momento que eu defini o objeto de investigação, inicialmente centrado em identificar as estratégias de sobrevivência de mulheres em situação de rua no Centro Histórico de Salvador. Cheguei nesse entendimento, após revisar as anotações de um diário de Campo, no bloco de notas do celular, onde passei registrar pontos importantes dos encontros com as interlocutoras. Uma estratégia para fugir dos registros em vídeo e áudio comuns a pesquisa, mas que nos espaços da rua pode reverberar em quebra de vínculos. Lembro de uma conversa com D. Conceição, onde ela me disse que as **pessoas da rua** só querem ser ouvidas, que o povo da **academia** vem, colhe e vai embora (sic). Com a parceira de militância, Luana Malheiro, aprendi que a assinatura de **termos**, também pode significar uma quebra de vínculo importante (MALHEIRO, 2018).

O primeiro registro, das minhas impressões no campo, diz respeito à articulação para a inserção da pesquisadora Anne Larissa ao território da rua, a referida intelectual investigou a histórias de vida de mulheres em situação e/ou com trajetória de rua, estudo desenvolvido para obtenção do título de Mestra no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia. Na oportunidade a pesquisadora entrevistou Sheila Maloca, D. Heloína e Sueli Sobral (Vice-Coordenadora Municipal do MPR-SSA à época), das três interlocutoras

do estudo de Anne, duas são interlocutoras de minha pesquisa. Anne Larissa foi minha professora no curso de Serviço Social, e acompanhou meu processo de construção acadêmico e pessoal nas ruas de Salvador, no acompanhamento e transcrição de suas entrevistas junto às interlocutoras percebi que uma pergunta subsidiava nossos estudos, a saber: Como era ser mulher na rua?

O primeiro encontro foi realizado em setembro de 2018, e dialogamos com Sheila Maloca, no local escolhido por ela, na frente do CAPS Gregório de Mattos, localizado no Pelourinho, local que compõe o Centro Histórico de Salvador. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), são unidades especializadas em saúde mental destinados a pessoas com necessidades de tratamento e cuidados específicos em saúde mental, se constituem em uma das estratégias da Política Nacional de Saúde Mental.

Na segunda oportunidade a conversa foi com D. Heloína na Defensoria Pública do Estado da Bahia. Em ambas as oportunidades destaquei às interlocutoras o caminho de investigação ao qual me propunha, e a importância de pesquisas como a que desenvolvemos para fortalecer o debate sobre mulheres em situação de rua em Salvador. Demarco que saio afetada por esses dois encontros, prevendo que pesquisar em um cenário como a Rua, não seria tarefa fácil. A nota que fiz sobre o encontro com Sheila, diz respeito ao impacto que tive quanto a resposta da pergunta de como era ser mulher na rua? —Sem ninguém para me defender, virei mulher entendida, se eu ficar entendida, parecendo um homem, vou eu mesmo me defender|. Neste ponto, questiono se o —tornar-se entendida| poderia ser uma estratégia de resistência às violências de gênero das ruas.

Os registros que seguem no bloco de anotação de campo, apresentam impressões dos encontros com as mulheres nas reuniões da RENFA (Figura 6). Momentos de aprendizado e trocas de experiências, onde percebo que a inserção nos espaços de incidência política como o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS-BA) e o Conselho Municipal de Saúde de Salvador (CMS/SSA) são percebidos pela sociedade civil organizada que apoia a luta de mulheres em situação de rua, como estratégias de sobrevivência e superação das dificuldades da Rua. Entretanto, percebo que a mulheres em situação de rua têm demandas emergenciais e o tempo que a articulação política demanda para encontrar respostas a essas necessidades afasta estas mulheres destes espaços.

Figura 6 - Reuniões da RENFA no terminal Aquidabã



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

A rua é dinâmica e precisei me adaptar ao momento, quando iniciei essa fase do estudo, o MNPR Salvador iniciou uma reforma em sua sede, com isso, eu perdi o único local que garantiria o encontro periódico entre as interlocutoras, ou pelos menos da maioria delas. Diante disso, passei a encontrá-las apenas em seus territórios e nos espaços formativos ofertados pela RENFA, organização que é construída por mulheres acadêmicas, e em situação de rua ou com trajetória de rua. Tal situação impossibilitou que a apresentação do projeto fosse feita com todas ao mesmo tempo, precisei encontrá-las respeitando o tempo dos corres de cada uma. Os encontros para apresentação —oficiall do projeto as interlocutoras, começou a acontecer em março de 2019, destes apenas um foi com mais de uma mulher.

O encontro com Neguinha, aconteceu em frente à sede do MNPR, localizada na rua 20 de setembro no Pelourinho, Centro Histórico de Salvador (Figura 7) e seguimos até a escola de um dos filhos dela, porque segundo ela o dia estava corrido, e precisaria dar corres para a alimentação dela e do filho mais jovem, já que o mais velho se alimentava na escola. Esta é uma das estratégias de sobrevivência para quem vive na rua, mapear os locais e horários para —pegar a larical.

Figura 7 - Placa externa e parte interna da sede do MPR-SSA



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

No encontro com D. Júlia, ela informou as dificuldades de construir a pesquisa, por conta das demandas em saúde, que estavam limitando suas idas ao Centro Histórico, já que ela não vivia mais na rua, pois adquiriu um imóvel pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e estava morando no Parque das Bromélias, um bairro localizado distante do território do Centro Histórico.

Nesse ponto, iniciei a busca por outra interlocutora, em uma das reuniões da RENFA, aproveitei para falar com as mulheres sobre a pesquisa que estava desenvolvendo, a partir daí iniciei o diálogo com Grasi (Juninho), marcamos uma conversa em outro momento. Vivenciei processo semelhante com Néia, que no contato inicial estava em processo de acolhimento em uma Unidade de Acolhimento Institucional (UAI), no bairro Barbalho, tais unidades compõem a política de Assistência Social do município de Salvador. No caso de Néia, em uma das idas ao território onde residia, o viaduto do terminal de ônibus do Aquidabã, foi violentamente agredida por um dos homens que ocupavam o local, ela ficou muito machucada e preferiu se afastar do território por um tempo, o que dificultou nossos encontros. Decidi manter a tentativa de diálogo com ela, entretanto inseri uma interlocutora a mais. Nesse momento, iniciei o diálogo com D. Conceição, um dos quadros<sup>25</sup> do MPR-SSA, a partir desse ponto realizei o quarto encontro de apresentação do projeto com Grasi (Juninho) e D. Conceição que ocorreu no Casarão da Diversidade no Pelourinho (Figura 8).

Figura 8 - Encontro de apresentação do projeto às interlocutoras.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

Em novembro de 2019 conseguimos nos reunir, ainda que não estivessem todas presentes. Nos dias 12 e 13 de novembro no Hotel Fiesta, localizado no bairro do Itaipara

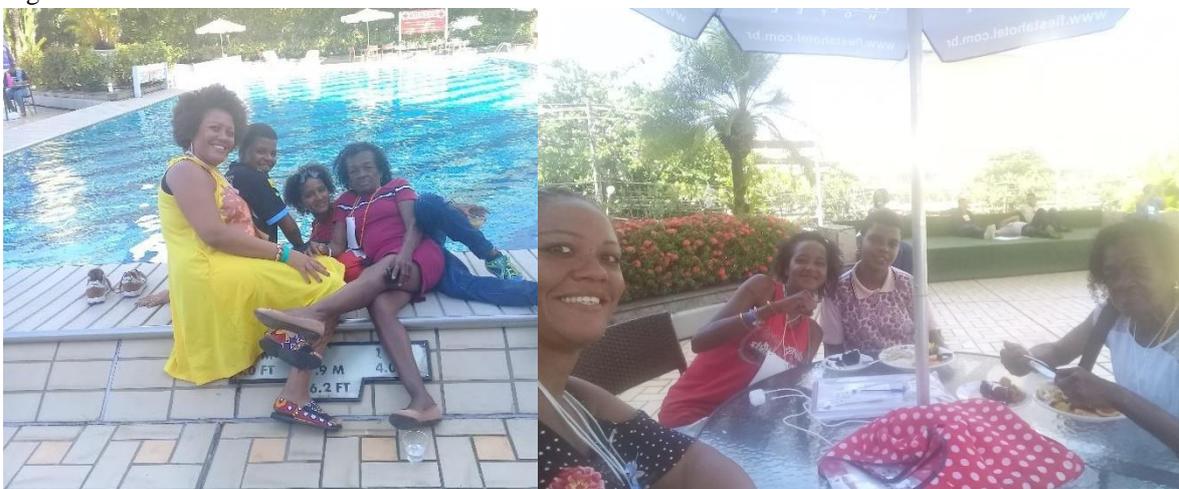
---

<sup>25</sup>Segundo Ademar Bogo, o quadro é a coluna vertebral de uma organização política, alguém que constrói as ações no cotidiano, se qualificando para qualificar a tomada de decisões. Disponível em Bogo, Ademar. A formação de quadros: desafios e necessidades. ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. A política de formação de quadros. Guararema, SP: ENFF, 2007.

em Salvador, aconteceu a XII Conferência Estadual de Assistência Social, que teve como tema: —Assistência Social: Direito do Povo, com Financiamento Público e Participação Social. Estiveram reunidos/as representantes da Sociedade Civil e do Poder Público dos 27 Territórios de Identidade do Estado da Bahia, dentre estes representantes da Sociedade Civil estavam três das interlocutoras deste estudo, a saber: Heloína, Grasi e Sheila.

Através da representação da RENFA no Conselho Estadual de Assistência Social da Bahia (CEAS/BA), participei da construção deste evento, e estive como coordenadora em um dos três Grupos de Trabalho (GT), conduzindo o Eixo III – Democracia e Participação Popular. Este foi um importante espaço de participação popular, as Conferências de Políticas Públicas são espaços amplos e democráticos de discussão, reúnem representações diversas da sociedade civil e do governo para discutir as prioridades da política em questão, para os próximos anos. As interlocutoras estiveram na conferência compondo a representação de usuários, aproveitamos a oportunidade e durante os intervalos das atividades, realizamos dois encontros (Figura 9), a fim de conferir e avaliar o que as mesmas perceberam como contribuição da Política de Assistência Social para a vida de mulheres em situação de rua.

Figura 9 - Encontro realizados na XII Conferência Estadual de Assistência Social da Bahia



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

### 6.1.1 ENCRUZILHADAS: Caracterização sociodemográfica

—Quando uma mulher negra se movimenta,  
toda estrutura social se move com ela  
*Angela Davis*

Carla Akotirene (2018) nos lembra que é Exu, divindade africana da comunicação, que é senhor da encruzilhada, é senhor também do que ela definiu de socorro epistêmico –

a interseccionalidade. Uma encruzilhada que possibilita ampliar a visão sobre os acidentes causados pelas colisões das estruturas de opressão. A intelectual afirma que é preciso entender que há uma matriz colonial moderna, responsável por relações de poder interligadas por múltiplas estruturas, sendo preciso atenção política para tais questões. É esse socorro que me amparo para compreender que em um cenário de tantos não, que reverberam em muitas disparidades, apresentar a caracterização sociodemográfica do público alvo deste estudo, vai além de dados numéricos, constitui ferramenta para visibilizar as colisões das estruturas de opressão, e conseqüentemente, os acidentes que estas condicionam à vida das interlocutoras.

Os dados levantados evidenciaram a polissemia das mulheres que compõem a população em situação de rua, mesmo diante de uma amostra reduzida. Na construção de qualquer trabalho, sobre as pessoas em situação de rua, faz-se necessário refletir sobre a invisibilidade desses indivíduos para a sociedade, sendo este o fator preponderante para a dificuldade que se tem em caracterizar esse grupo social. Como destacar as peculiaridades do que não se vê, e não se percebe? Pensar a construção de territorialidades antevêm compreender e caracterizar quem são essas pessoas, como elas vivem e quais são suas relações com o espaço, com os demais sujeitos e com os serviços institucionais.

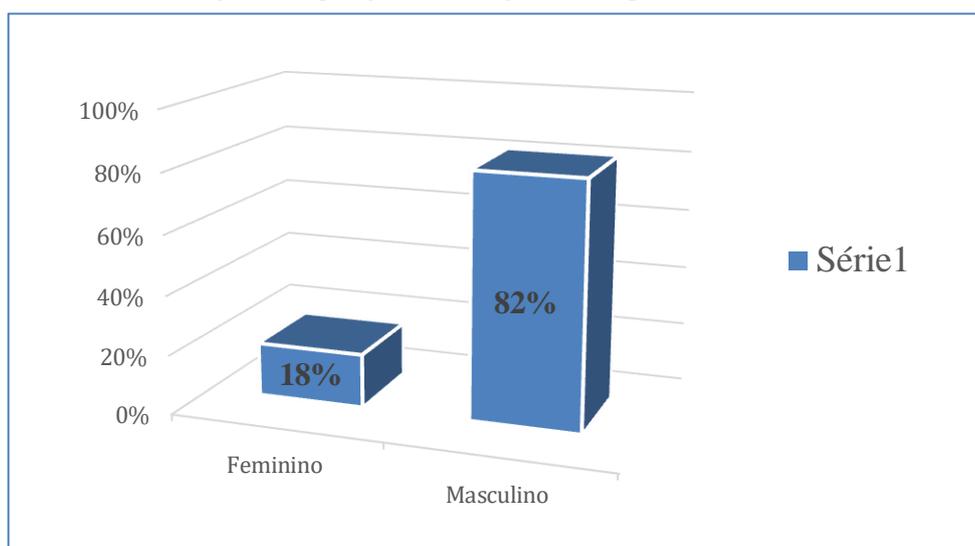
As opiniões sobre o conceito de população em situação de rua (PSR) são bem divergentes, dificultando a identificação dos sujeitos que compõem esse grupo populacional. O conceito aplicado a essa população varia muito no Brasil, e depende do tipo de pesquisa; o mais utilizado é o apresentado pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que os define como um grupo populacional heterogêneo, de pobreza extrema e vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, que não possui moradia convencional regular, e que utiliza os espaços públicos e as áreas degradadas como moradia e retirada de sustento.

O público alvo da pesquisa foi composto por seis mulheres em situação de rua ou com trajetória de rua que ajudam a construir o Movimento de População em Situação de Rua de Salvador. No que tange as idades, elas possuem entre 22 e 75 anos, cinco são mães, e uma não tem filho. No quesito educação formal, quatro não concluíram a educação básica; duas estão em processo de conclusão através do CPA, que representa os exames supletivos realizados no Estado da Bahia pelas Comissões Permanentes de Avaliação; e apenas uma completou o segundo grau, e está fazendo curso preparatório para prestar vestibular. Dessas mulheres, três relatam ter sofrido violência sexual quando criança ou

adolescentes, mas todas relatam tipos variados de violência. Quanto à questão racial, todas se declararam negra, e de algum modo relataram situações onde o quesito raça/cor implicou suas vidas.

Esses dados dialogam com os dados oficiais sobre esse grupo populacional, na pesquisa realizada pelo censo Salvador 2007/2008, e com a pesquisa nacional realizada em 2008, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A população em situação de rua é identificada como majoritariamente masculina, não há equidade na proporção entre os sexos nesta população (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Distribuição da População em Situação de Rua por sexo - 2007/2008 (Salvador/BA)

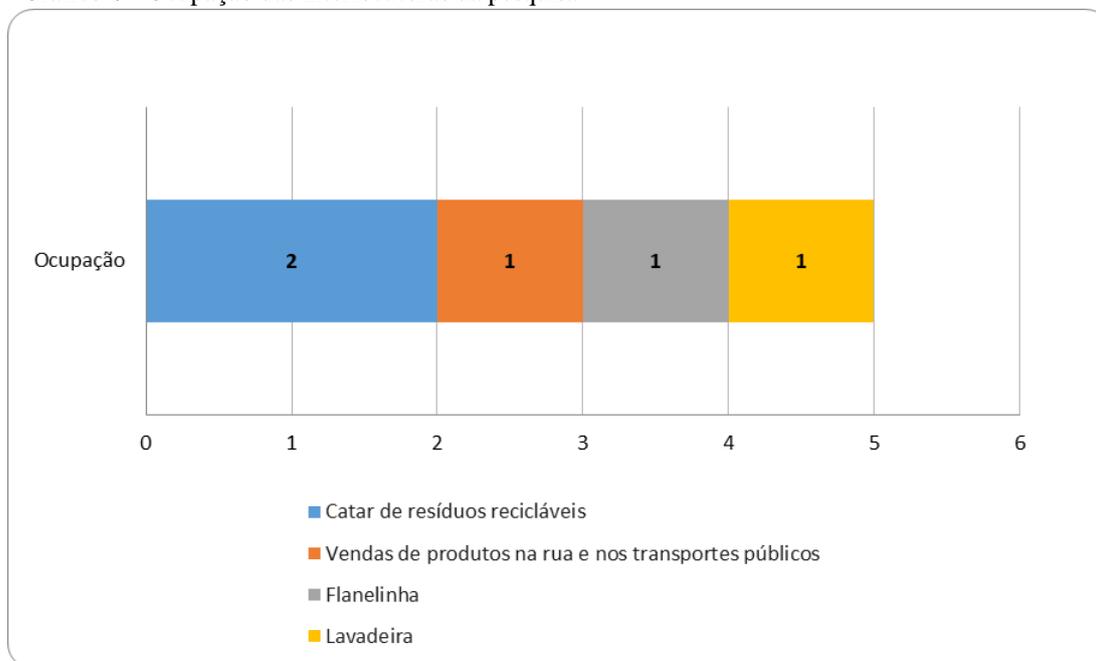


Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - 2007/8  
Elaborado pela autora (2020)

Quiroga e Novo (2009) ao refletirem quanto aos motivos desta discrepância entre os sexos na rua, inferem que a vida das mulheres na rua é cotidianamente cercada por adversidades que envolvem questões relacionadas a sexualidade e ao corpo, as autoras sugerem que tais situações desenvolvem uma necessidade de lidar com o padrão de feminino hegemônico, de sensibilidade e cuidado. Quanto a perspectiva racial, a referida pesquisa aponta que é possível verificar que na população em situação de rua a soma de pretos e pardos, ou seja, negros é bastante significativa, como apontam os dados sobre as interlocutoras desse estudo.

Os dados destacam que a população em situação de rua é composta por pessoas trabalhadoras, condição que conseguiu identificar junto às interlocutoras, destas apenas uma não desenvolve alguma ocupação para adquirir renda. As atividades são desenvolvidas em áreas diversas (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Ocupação das interlocutoras da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Das ocupações identificadas pelas interlocutoras, catar materiais recicláveis e flanelinha aparecem como ocupações significativas para a PSR, perfaziam 27,5% e 14,1%, respectivamente, das atividades desenvolvidas na rua (CARVALHO, 2016).

Quanto à escolaridade a Pesquisa Nacional (2007/8) apontou que 95% dos entrevistados não estudavam. Na rua estudar torna-se um desafio ainda maior, se a evasão escolar é uma realidade para muitos brasileiros, os obstáculos tendem a aumentar quando as pessoas não possuem condições mínimas para uma vida digna. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, no módulo Educação, identificou que 61% dos brasileiros adultos, não completaram o ensino médio. Quando adicionamos o elemento raça a esta análise observamos que, 41,8% entre pretos ou pardos, concluíram o ensino médio, enquanto 57,0% dos brancos completaram o ensino médio (IBGE, 2019b).

A pesquisa mais recente sobre esse público realizada em Salvador, a —Cartografias dos desejos e dos direitos: Mapeamento e contagem da população em situação de rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil, realizada através de uma parceria entre o Projeto Axé, a Universidade Federal da Bahia, Movimento Nacional da População de Rua e União do

Baleiros, apresentam alguns dados sobre tais questões. O referido projeto é um Centro de Defesa e Proteção à criança e ao adolescente, uma organização não governamental sem fins lucrativos fundada em 1990 em Salvador; entre as diversas atuações, está a articulação com MPR-SSA fortalecendo as ações em favor dos usuários de substâncias psicoativas, beneficiando sobretudo a População de Rua. A pesquisa foi desenvolvida a partir dos apoios do Programa Criança Esperança UNESCO, entre 2016 e 2017, e do projeto da Defensoria Pública da União na Bahia (DPU/BA), entre 2017 e 2018.

A pesquisa buscou descrever a população em situação de rua na cidade de Salvador, caracterizando todos os segmentos geracionais (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos), foi realizada entre janeiro e novembro de 2017, a partir de uma amostra estratificada. A decisão de incluir todos os seguimentos geracionais, foi uma decisão política, com o objetivo de subsidiar as políticas públicas e ações voltas para todos os segmentos etários da PSR. Como produto desse estudo foram gerados dois sumários executivos: Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil e o Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador. Ambos apresentam de maneira sumarizadas as descobertas do estudo, e destacam peculiaridades, quanto a definição do que caracteriza a PSR, ampliaram o conceito e incluíram pessoas com conexões com a rua ou *street connections*, um conceito utilizado pela UNICEF, e faz referência a relação que as pessoas estabelecem com a rua, ampliando o conceito estabelecido pelo antigo MDS, sem excluir contextos como os familiares, institucional de atendimentos e comunidades.

Destaco que o mapeamento foi desenvolvido através do método observacional, deste modo, a perspectiva racial não foi autodeclarada. Os(as) pesquisadores(as) identificaram que 59,3% da população em situação de rua é negra, 29,6% parda e 4,3% branca, não foi possível observar a cor da pele 6,8% dos participantes da pesquisa. Ressalto que a autodeclaração racial/étnica de acordo ao estabelecido pelo IBGE (preto, parda, indígena, amarelo e branca) compõe uma disputa política e social, pois subsidiam a construção e operacionalização de políticas públicas (IBGE, 2019a). Os referidos dados são importantes, pois quando preenchidos e sistematizados, visibilizam as iniquidades e ausências de direitos sociais para camadas específicas da população. Convencionou-se agrupar pretos e pardos, porque esses grupos de pessoas apresentam semelhantes

socioeconômicas. Entretanto, em um país como o Brasil, que o racismo é estrutural, e sobretudo fenotípico, ou seja, quanto mais próximo das características pretas, menos acesso a direitos fundamentais, precisamos dialogar sobre os limites de estudos que não são autodeclarados e que não abarcam as categorias étnicos/raciais que subsidiam políticas públicas. De acordo com Araújo (2009), os estudos mostraram que, a despeito das limitações do uso da variável raça/cor, com sua utilização é possível captar as desigualdades em saúde às quais grupos sociais estão expostos, compreendo que não só em saúde, mas em todas as políticas sociais que coletam a referida variável, pois está é uma forma de visibilizar e desconstruir as disparidades na sociedade brasileira.

### **6.1.2 SETE HISTÓRIAS: Yalodês e seus caminhos**

Nós, sete mulheres negras, oriundas de periferias de Salvador, nos encontramos nas encruzilhadas da vida, convergindo em um propósito – a busca por direitos para mulheres, nós mulheres, que somos diversas, mas nos aproximamos pelo projeto de sociedade, que teve início e caminho, mas ainda sem final definido. Destaco que não escolhi as interlocutoras, fui escolhida por elas, a rua tem seus ritmos e o vínculo determina os caminhos dos trabalhos com esta população. Seguimos construindo com corações tranquilos, pois se tem uma coisa que a rua nos ensinou, é a ter paciência, com o tempo de ser e de existir de cada um/uma, cada uma experimentando-a a seu modo. Se o propósito é existir, preciso destacar quem são essas mulheres para além dos números, dos dados que precisam compor uma pesquisa acadêmica. Neguinha, Grasi, Sheila, Néia, D. Heloina, Conceição são pessoas carregadas de histórias sobre as quais os dados não dão conta (Figura 10).

Figura 10 - As interlocutoras, da esquerda para direita: D. Conceição, D. Heloina, a pesquisadora, Neia e Sheila



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2019)

Nos primeiros encontros, à medida que ia ouvindo suas narrativas, me remetia a músicas, pois apesar da densidade dos relatos, tinha afeto e esperança em todas as histórias, uma melodia para os meus ouvidos. Deste modo, busco informar sobre essas mulheres, introduzindo suas histórias a partir de trechos de músicas, pois as vejo como verdadeiras Yalodês, representação de mulheres emblemáticas, que performam lideranças políticas femininas de ação fundamentalmente urbana, um dos muitos títulos de Oxum, divindade das religiões de matriz africana, ligada a força do feminino.

Quando fica a cicatriz, fica difícil de esquecer, visível marca de um riscado inesperado pra lembrar o que lhe aconteceu, visível marca de um riscado inesperado pra lembrar e nunca mais esquecer, ficar bem desenhado só pra ser bem lembrado, risco do erro, mal visto, mal quisto e mal olhado. Não é só um sinal de quem passou por maus bocados.  
*Cicatriz – Nação Zumbi*

Neguinha (Rosilene), 25 anos de idade, heterossexual, é mãe de três filhos. Entretanto, apenas dois vivem com ela, o primogênito que hoje tem onze anos de idade, foi retirado de seus braços, por sua própria mãe, ainda na maternidade. Original do bairro de São Caetano (Salvador), um dos bairros que compõem a periferia de Salvador, passou boa parte da sua vida nas ruas do Centro Histórico. No momento está em processo de separação de seu companheiro, pai do seu terceiro filho e também do recém-nascido. Sustenta seus filhos através de —bicosl, lavando roupa e fazendo faxinas. Acessa benefício de transferência de renda através do Programa Bolsa Família. Não faz uso de substância psicoativa há dois anos.

A lembrança marcante que tenho de nossos encontros, foi de uma formação construída pela RENFA sobre direito sexual e reprodutivo de mulheres negra. Um espaço que buscou discutir a igualdade e a liberdade de mulheres ao pensar a reprodução sexual, perpassou pelas análises sobre o aborto legal enquanto direito na política pública. Momento em que Neguinha se posiciona contrária ao aborto, e faz uma fala contundente sobre o papel negativo, mas sobretudo, positivo que a família tinha em sua vida. Tal situação, me fez refletir sobre os caminhos possíveis para o debate sobre reprodução sexual, e ampliar para uma perspectiva ao direito de estar viva é um dos caminhos. Para mulheres negras, historicamente, como aponte em um dado momento deste estudo, o processo da diáspora forçada foi marcado por períodos de gestação, que quando não as levava a morte, condicionaram-nas a memórias traumáticas decorrentes de complicações na gravidez.

Diacronicamente, é o que continuamos acompanhando quando buscamos compreender o aborto clandestino no Brasil, as principais vítimas são mulheres negras, menores de 14 anos e moradoras de periferias (CARDOSO, 2020).

Eu vou andando pelo mundo como posso, e me refaço em cada passo  
dado. Eu faço o que devo e acho  
*Acalanto – Luedji Luna*

Grasi (Juninho), 23 anos de idade, quanto a sua orientação sexual se diz lésbica, casada, natural de Salvador, hoje reside no bairro de Mata Escura, subsidia a moradia através do auxílio aluguel, e do trabalho como guardadora de carro em festas/eventos de Salvador. Não possui filhos biológicos, mas contribui na criação dos dois filhos de sua companheira. Teve a rua como espaço de moradia, desde os 14 anos, dormia especificamente no terminal de ônibus do Aquidabã, localizado embaixo do Vale de Nazaré, mas durante o dia circulava pelo Centro Histórico. Acessava o benefício de transferência de renda, do auxílio aluguel, que está suspenso por problemas de recadastramento, e acessa o Bolsa Família. Recordar os momentos com Grasi ou Enzo como ele tem se apresentado nos últimos tempos, é reviver momentos de aprendizado, e de amadurecimento, no sentido dos questionamentos sobre o —ser mulher, um processo que é construído, um movimento de transformação, um devir contínuo e sem forma específica.

Figura 11 - Grasi e D. Heloína na abertura da XII Conferência Estadual de Assistência Social da Bahia.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Me perdi pelo caminho, mas não paro, não. Já chorei mares e rios, mas não afogo, não. Sempre dou o meu jeitinho, é bruto, mas é com carinho  
Porque Deus me fez assim, Dona de mim *Iza – Dona de mim*

Sheila Maloca, 33 anos de idade, quanto a sua orientação sexual se diz bissexual, solteira, natural de Salvador, hoje reside na casa da mãe, no subúrbio Ferroviário, um conglomerado de bairros localizado na capital baiana, sua renda vem do trabalho como vendedora de água nas ruas e transportes coletivos. No início deste estudo estava gestante, hoje é mãe de um menino, Mario Lúcio, que recebeu este nome em homenagem a Maria Lúcia Pereira. Teve a rua como espaço de moradia, desde os 10 anos, dormia especificamente nas ruas do centro histórico. Acessava apenas o benefício de transferência de renda, do auxílio aluguel, que está suspenso por problemas de recadastramento. A cicerone das ruas, sem dúvidas é essa a marca que Sheila deixa em mim, sua capacidade de atravessar fronteiras e circular por diversos territórios. Malheiro (2018) cunha o conceito etnográfica peripatética, afim de descrever o passear e andar à deriva nas ruas conversando na companhia de parceiras de pesquisa. Este conceito define diversos momentos que compartilhei com Sheila, dialogando sobre as estratégias de ser mulher na rua, de ter a —liberdade de percorrer todos os territórios, ela sempre rindo me dizia que era Maloca, que os 23 anos vivendo nas ruas ensinaram as manhas.

Figura 12 - Sheila Maloca nos preparativos para a Marcha da Maconha (2018)



Fonte: Página do Facebook da RENFA (2018)

Vou por você no meu lugar pra ver como você se sai. Continhas poucas vão mostrar como é dormir e não descansar. Tendo um milhão de frustrações, há uma que incomoda mais, nenhuma posso revelar, apenas por não ser capaz. *Caim – Cascadura*

Néia, 37 anos de idade, lésbica, está abrigada há três meses em uma casa de acolhimento localizada no bairro do Barris, natural de Salvador, antes do acolhimento vivia nas ruas, especificamente, o terminal de ônibus do Aquidabã e o Centro Histórico. Não soube especificar o tempo que tem de rua, e não tem filhos. Não acessa benefício de transferência de renda. Tem como forma de renda à venda de picolé, pelas ruas do Centro Histórico. Há algum tempo não nos encontramos, mas lembro de Néia sempre nos corres, buscando trabalho ou guia<sup>26</sup> para vender nas ruas. Uma potência que centralizava o trabalho em sua vida, apontava que se estivesse trabalhando estava tudo certo. O que corrobora com os dados que apontam que a população em situação de rua é composta por trabalhadores e trabalhadoras, 79% dessa população exerciam atividade remunerada (CARVALHO, 2016).

Figura 13 - Néia na 11ª Bienal da UNE



Fonte: Página do Facebook da RENFA (2019)

---

<sup>26</sup> Conceito difundido por vendedores(as) ambulantes, de pequeno porte, para definir a mercadoria inicial à ser comercializada.

Ando devagar, porque já tive pressa. E levo esse sorriso, porque já chorei demais. Hoje, me sinto mais forte. Mais feliz quem sabe? *Tocando em Frente – Almir Sater (Na voz de Maria Betânia)*

D. Heloína, um sorriso constante, nossos encontros foram cheios de histórias de uma Salvador antiga, onde segundo a interlocutora, a rua era lugar bom de viver, lembranças dos seus 76 anos de idade. Quanto a sua orientação sexual se define como heterossexual, solteira, natural de Ilhéus, mora no subúrbio Ferroviário de Salvador, na casa de um dos seus filhos, há mais ou menos 10 anos, mas afirma que a rua é melhor, por isso passa a maior parte do dia e da noite, entre o Centro Histórico e a praça da Piedade. Tem como uma das fontes de renda, o trabalho como recicladora de material reciclável. Teve a rua como espaço de moradia, desde os 22 anos, quando veio para Salvador, e dormia especificamente em frente à rodoviária, no bairro do Iguatemi, até arrumar um emprego no Pelourinho, passando a viver nas ruas do Centro Histórico, pois o dinheiro que recebia não possibilitava o pagamento de um aluguel. Acessa o Bolsa Família. A principal memória que tenho de D. Heloína é referente ao seu entendimento do que é ser mulher, estávamos em uma conversa antes de uma das reuniões da RENFA e chegamos nesse assunto, ela lançou: —Eu acho bom, é criar filho sozinha sem pai, trabalhar como eu trabalho [...] as mulheres guerreiras, como é que diz? Tem um dizer: às mulheres no comandol. Percebo um olhar opositor sobre as contradições de gênero a que às mulheres são historicamente expostas.

Figura 14 - D. Heloína



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2019)

Cadê meu celular? Eu vou ligar prum oito zero. Vou entregar teu nome, e explicar meu endereço. Aqui você não entra mais, eu digo que não te conheço. E jogo água fervendo, se você se aventurar. *Elza Soares - Maria da Vila Matilde*

Conceição, 54 anos de idade, quanto a sua orientação sexual, se define como —gosto de homem, quando questionada sobre seu estado civil afirma ser solteira, mesmo já tendo sido casada, não se identifica como separada ou divorciada; natural de Santo Antônio de Jesus, um município do estado da Bahia, localizado a 187 km de Salvador, diz que esteve nas ruas por 15 dias, logo quando chegou à Salvador, depois disso transitou entre Unidades de Acolhimentos, sendo contemplada pelo auxílio aluguel, que garante sua moradia desde então. Atualmente reside no bairro do Comércio, considerado o centro financeiro de Salvador, mas que por possuir diversos prédios antigos, muitos abandonados, tornou-se local de ocupações do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB). Sua renda vem do trabalho como catadora de material reciclável. Acessa o benefício de transferência de renda, do auxílio aluguel e o Bolsa Família. —Ser mulher? Ter liberdade, ser guerreira, corrieria, essa é a frase que marcou minhas lembranças de Conceição, nas caminhadas que fazíamos pelas ruas ela sempre tinha uma história para contextualizar sua vivência, afirmava que estava na rua, mas tinha casa, não se identificava enquanto em situação de rua.

Figura 15 - D. Conceição



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2018)

Comigo não, violão. Na cara que mamãe beijou, Zé Ruela nenhum bota a mão. Se tentar me bater, vai se arrepender. Eu tenho cabelo na venta, e o que venta lá, venta cá. Sou brasileira, guerreira, não tô de bobeira. Não pague pra ver, porque vai ficar quente a chapa. *Alcione - Maria da Penha*

D. Júlia, 65 anos de idade, quanto a sua orientação sexual se diz tico tico no Fubá, viúva, natural de Salvador, viveu por 12 anos nas ruas de Salvador, hoje reside em São Cristóvão, adquiriu o imóvel através do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Foi mãe de quatro filhos(as), mas apenas uma está viva, hoje mora com uma neta. Antes de adquirir o imóvel, ficou na rua por quase 16 anos, especificamente no Centro Histórico. Não acessa benefício de transferência de renda, já acessou o Bolsa Família, mas por questões de cadastramento, teve o benefício bloqueado, sinalizou que sobrevive de pedir alimentos e dinheiro, de porta em porta, nos bairros da orla. Apesar da dificuldade apresentada por D. Júlia no momento de nosso encontro, decidir deixar aqui um pouco de sua presença potente nesse estudo, reiterando minha vontade de continuar o diálogo com sua experiência nas ruas e de saída do papelão<sup>27</sup>, conformando a construção de novas territorialidades.

Figura 16 - D. Júlia



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora (2018)

Começamos em sete, sete histórias e caminhos, mas a dinâmica da vida nos afastou, chego a essa etapa da pesquisa com a certeza de que a rua é dinâmica, e tudo que se propõe em seu território deve respeitar o seu movimento e fluir no seu ritmo, para ser verdadeiro e

---

<sup>27</sup> Sair do papelão é a forma que a PSR define à saída das ruas.

fiel com seu contexto, que não é uniforme, rígido ou linear. Como boas Yalodes seguimos resistindo, em trincheiras diversas, mas certas de um propósito único, que é pela vida de todas as mulheres! Nessa etapa da pesquisa me aproximo ainda mais de Nequinha, Sheila e Grasi, é com elas que construo o trabalho a partir daqui.

### **6.1.3 OFICINAS: Demandas e Estratégias**

Essa parte da pesquisa foi programada e reprogramada seguindo a dinâmica da rua, nesse ponto, me proponho a apresentar as escolhas metodológicas, em grande medida, resultado de um olhar opositor a partir da etnografia. Proponho apresentar os instrumentos de investigação utilizado, e meu processo de construção de militância nas ruas e com as mulheres que têm nesse espaço a casa e a retirada de sustento. Uma experiência que me mostrou que são muitos os nossos atravessamentos, mas que no início de tudo, somos mulheres negras. Um ponto de partida condicionado por muita opressão, diante de uma sociedade com bases escravista e patriarcal. Desse modo, a etnografia é escolhida por permitir que as respostas surjam junto com a construção do processo investigativo, outro benefício da etnografia é permitir que a centralidade do estudo seja no processo, e não no seu fim/resultado.

Na primeira fase da pesquisa perdemos a coordenação Nacional do Movimento de População em Situação de rua (MPR/SSA). Com a passagem de Lúcia para o Orum, por algum tempo, o Movimento de População de Rua de Salvador fica desarticulado, e com isso a sede permanece fechada; neste período perdemos o principal espaço de encontro e realização de atividades junto às mulheres em situação de rua. O MPR/SSA passa por reestruturação e no lugar de uma coordenação passa a ser dirigido por uma comissão composta por três membros do movimento de Salvador e um representante do movimento de Feira de Santana. A passagem de Maria Lúcia para o Orum mexeu muito comigo, e com as interlocutoras desta pesquisa, demoramos a retomar os encontros, a entender como a vida e o Movimento seguiriam.

Nesse ínterim, o Brasil, seguindo uma tendência mundial, sai de um governo que buscava atender as demandas do povo, para um governo que busca atender a demanda das —famílias de beml. O resultado desse tipo de governo, é que os benefícios de transferência de renda são relegados a última prioridade, a fila de espera do Bolsa Família, que havia sido extinta em 2017, volta com um número de quase a 1 milhão em cidade mais pobres. Esse

dado impacta diretamente nas interlocutoras desse estudo, que como 1,3 milhões de brasileiros têm seus benefícios suspensos em 2019, em um processo que o Ministério da Cidadania chamou de busca por irregularidades no processo de revisão e averiguação cadastral. Apesar de uma força tarefa dos equipamentos que compõem a rede de suporte às mulheres em situação de rua para atualizar os dados necessários, muitas das interlocutoras tiveram seus benefícios cancelados, o que dificultava nossos encontros, pois como elas mesmas afirmaram, precisavam ainda mais dos —corres|| para sobreviver, e tirar um turno do seu dia para nossos encontros não estava fácil.

Enfim, retornamos os diálogos e a construção das atividades, nunca com todas ao mesmo tempo, precisei me ajustar às suas demandas e —corres||, pois, sempre pensei nessa pesquisa em um formato participativo, mas que apesar das transformações no processo de investigação e de cada encontro, não queria perder o foco nos corpos e nos sentidos que compunham nossas histórias. A cartografia sempre pairou como centralidade metodológica, pois com as aulas do Mestrado passei a entender a cartografia como algo que —acontece de fato no corpo, nossa matéria prima de criação, onde se inscrevem os saberes, as experiências, os traumas e os afetos|| (LOPES, et al. 2005, p.3), só não sabia como fazer, como avançar nessa construção. Segui com esse questionamento junto às interlocutoras, mas só quando encontrei o texto *Tocar, Ser e Sentir: o método cartográfico como potente gerador de afetos*, achei minha resposta, e o caminho à ser seguido, pois li que a cartografia possibilita desenhar a rede de forças à qual estamos conectados, identificando seus movimentos e mais importante, encontrei o conceito de corporeidade, este último descrito por Milton Santos como a simples experiência corporal no cotidiano.

Tal conceito, me incitou a pensar nas trajetórias de luta por sobrevivência das interlocutoras, busquei identificar como ocorre a construção das estratégias de resistência ao contexto da rua, identificando outras narrativas para a construção de um mapeamento social a partir da perspectiva das interlocutoras deste estudo. Decidi utilizar a narrativa compilada nos encontros com as interlocutoras, onde estas descreveram suas trajetórias, como ferramenta descritiva de uma realidade social, uma metodologia dialógica, colocando o mapa como possibilidade de (re)construir a trajetória de luta dessas mulheres à partir de narrativas contra-hegemônicas, que contribuiu para um movimento de transformação de suas realidades.

Entretanto, paralisei na questão tempo, os —corres|| das interlocutoras seguiram, e em maio de 2019 precisei dar os meus corres também, a materialidade de ser mulher negra

e pesquisadora recrudescia. Realizei a pesquisa sem bolsa ou auxílio estudantil, já não conseguia mais me manter com os bicos de transcrição e aulas particulares, e abracei uma oportunidade de emprego que passou a ocupar 30 horas da minha semana. Dessa maneira, qualifiquei em agosto de 2019, sem realizar as duas últimas oficinas para construção do produto, porque naquele tempo não via sentido em realizar a atividade, se o encontro não fosse com todas as mulheres ao mesmo tempo, uma missão hercúlea para o cenário que vivíamos.

A pesquisadora em questão trabalhando 30 horas, as interlocutoras entre benefícios cancelados, relacionamentos abusivos, estupros e maternagem, voltamos a nos encontramos no dia 09 de janeiro de 2020, no Aquidabã, e após diversas tentativas, as oficinas de construção do mapeamento social, foram programadas para a semana de 23 a 27 de março de 2020.

Contudo, a partir de 18 de março de 2020, Salvador teve orientação de isolamento social e ajustes nas rotinas que precisavam reunir pessoas, diante do cenário da pandemia da COVID-19<sup>28</sup>. A pandemia impediu que déssemos andamento a atividade, e me vi mais uma vez perdida nos dilemas de pesquisa e as demandas do cotidiano. A rua que já passava por diversas mudanças diante do cenário político, passou a conviver com os limites impostos pelo isolamento social, principal forma de controle da expansão da COVID-19.

A questão em cheque passou a ser como garantir isolamento social e lavagem das mãos, outra medida de controle da doença, no contexto da rua? Nos meses de abril e maio de 2020 tentei manter contato com as interlocutoras, usávamos máscaras e mantínhamos o distanciamento. Na RENFA passamos a pensar em alternativas para conseguir dinheiro, alimento, máscara e álcool a 70% para **nossas mulheres**<sup>29</sup>. Confesso, que neste momento perdi o foco da pesquisa, Nequinha, Sheila e Grasi passaram a demandar suporte que perpassam a resistência e se ligam diretamente a manutenção da vida.

E os movimentos do existir não param, em 2 maio de 2020, uma grande irmã parte para Orum, me vejo sem forças para seguir em frente, e preciso buscar suporte terapêutico para retomar a rotina diária, o que corroborou para o afastamento das interlocutoras, com as quais não consegui falar durante quase 30 dias. O processo de construção coletiva, a articulação em movimento social, ensina que não há tempo para paralisar no meio de tanta

---

<sup>28</sup> Disponível em <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>, 25 de abr, 2019.

<sup>29</sup> Esta é a forma que nos dirigimos as mulheres que constroem a militância política na RENFA.

adversidade, sou balançada mais uma vez, agora com a notícia de que Sheila testou positivo para COVID-19. Estávamos afastadas, tentei impor a ela, minha forma de ver e cuidar no cenário da pandemia, pois Sheila seguiu a vida, entre bebidas e abuso de substância psicoativas, o que para mim parecia absurdo, para ela era o único caminho possível.

Felizmente Sheila se recupera e retoma sua vida, e eu me pego avaliando a pesquisa e minha relação com a rua e com as mulheres, pois o isolamento social também me impõe restrições, e a construção coletiva é a principal delas, agora já não é mais possível estarmos juntas, e como profissional da saúde, passo a trabalhar ainda mais, imersa nos dados e fatos que concerne a pandemia.

Os últimos fatos são decisivos para localizar minha posição na pesquisa, por mais que tenha tentado fugir de ferramentas coloniais para construção desse estudo, continuo sendo *outside* no que tange a rua, sou mulher negra, periférica, mas nunca vivi na rua, não consigo alcançar as nuances dessa experiência de construção identitária, carregada de negações. Entretanto, quando escrevo me sinto parte, o assunto central, pois são as minhas experiências e olhares que narram a nossa construção coletiva, e decido que diante das iniquidades que demarcam os últimos momentos desta pesquisa, será essa a ferramenta utilizada para a construção do produto final. Sem abrir mão do projeto feminista negro, como nos ensina bell hooks (2019) é preciso erguer a voz, articulando ao mesmo tempo corpo (a voz), prática (a coragem) e ética (compromisso com a dignidade humana). Seguindo esse ensinamento, utilizarei a autoetnografia como ferramenta para construção de um vídeo que apresenta o olhar opositor que busquei ao longo deste estudo, ao identificar as estratégias cotidianas de sobrevivência de mulheres em situação de rua na Baixa dos Sapateiros, na esperança que possa ser utilizado como instrumento para fomentar reflexões e fortalecer o debate sobre tais dimensões, junto às interlocutoras e a rede de suporte de saúde e socioassistencial que atua com esse grupo.

A autoetnografia divide opiniões na pesquisa sociologia. A quem a percebe como uma contraposição ao método científico tradicional, uma ruptura com o distanciamento do pesquisador e a visão de objetos de pesquisa, outros acreditam que é a cultura do —eul se espalhando pelo campo da pesquisa, e qualificam o método como narcisismo acadêmico<sup>30</sup>.

Destaco que contraponho a ideia de que a autoetnografia é um método de pesquisa narcísico, pois como escreveu em umas de suas redes sociais, a intelectual Carla Akotirene

---

<sup>30</sup> Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40006132>, 02 jun. 2020.

(2017), —Narciso é branco, europeu, apaixonado pela própria imagem. Não vê o outro. Autoadora-se!], acredito na autoetnografia como Osum, energia ancestral que não pode ser considerada narcisista. Visto que, —Osum, é africana, usa o espelho para olhar os outros as suas costas]. Penso no método de pesquisa que escolhi como esse espelho, por onde vejo minhas companheiras de luta e interlocutoras desse estudo, de onde construo base para descrever minhas experiências enquanto mulher negra e pesquisadora nas ruas da Baixa dos Sapateiros. Este será o método utilizado para apresentação do resultado e construção do produto deste estudo.

Essa é uma alternativa, pois durante todo o processo de construção desse estudo aconteceram mudanças de natureza variadas, desde o esvaziamento das oficinas, mudança de local das atividades à alteração de cronograma. No tocante ao espaço físico do Movimento de População em Situação de RUA – MPR/SSA, onde nos reuníamos desde o início, foram necessárias mudanças, principalmente, em relação ao produto. Fui aos pés de Xangô e Oxalá para concluir esta pesquisa, quando penso neste processo, lembro da palavra Oná, que em yorubá significa caminhos, pois foram estes caminhos, de orientação ancestral que deram direcionamento as minhas ações nestes momentos de dificuldade e incertezas.

## **7. RESULTADO: Construção do produto**

No rio, Osum, guarda o mundo das mulheres, por isto é adorada. A dourada. Narciso morre em nome de si. Osum vive em nome das outras. Osum não é mito. *Carla Akotirene*

A literatura a respeito da mulher é vasta, a abordagem da mulher em situação de rua e sua experiência e estratégias de sobrevivência nas ruas, nem tanto, o que permitiu o ineditismo da execução dessa pesquisa e o aprofundamento na temática. Essa é uma pesquisa qualitativa, pois debruçou-se sobre uma realidade que não pode ser quantificada, e merece um aprofundamento diante das nuances e particularidades que o tema comporta. Preocupei-me com as interlocutoras, e com seus cotidianos, desenvolvidos em seus ambientes, territórios diversos e ao mesmo tempo similares decorrente das territorialidades específicas da vida na rua.

O elemento central de uma pesquisa qualitativa como a que propus neste estudo, é a experiência humana, como ela é vivida e sentida por suas atrizes. Para tanto, preocupei-me com a história contada, valorizando mais o processo que o produto, o significado dado a

cada momento e narrativa. Neste ponto, busquei colocar minha experiência na construção desse estudo e as vivências da Salvador de ruas e malocas, para descrever práticas e experiências observadas na construção da relação com as interlocutoras. Um processo que se apresentou desafiador, pois mesmo com a inserção no campo, muitas foram as demandas externas que atravessaram a construção desta pesquisa.

Nesta construção, não precisei confirmar nenhuma informação, pois quem vive, é quem sabe mais sobre os fatos, pois foi quem o vivenciou, a pesquisadora aqui apreendeu a vida a partir do ponto de vista das interlocutoras, sem interpretação ou validação, pois cada entrevista, cada narrativa refletiu uma experiência individual. Experiências que são também coletivas, pois fazem parte de um conjunto de experiências, valores, atitudes e ações de um grupo, são também relatos de práticas sociais, da forma como as interlocutoras se inseriram no contexto das ruas, como se dá a relação com as políticas públicas e quais os caminhos encontrados para sobreviver nesse contexto de exclusão. O que faço é descrever como uma mulher negra e pesquisadora apreendeu essa experiência, de que maneira fui afetada e afetei o campo.

Está é uma pesquisa de abordagem qualitativa, cujos caminhos se consolidaram na medida em que a investigação avançou, sendo preciso fazer muitas adaptações neste percurso. Para apresentar os caminhos da pesquisa construí um vídeo a partir de observação das cenas gravadas, das fotografias levantadas, dos vídeos públicos encontrados, identifiquei e escolhi as cenas e fotografias, assim como o fundo musical. A organização dos materiais seguiu os passos seguintes: Separação do material de vídeo e fotos em pequenas cenas/assuntos. Essa terceira etapa foi realizada após observações do material selecionado, a partir da identificação do assunto.

Nesta etapa, o critério para escolha dos participantes, foi a possibilidade de manutenção do diálogo, mesmo diante do cenário de Pandemia. Sendo quatro mulheres, a pesquisadora e três mulheres em situação de rua Grazi, Sheila e Heloina. A pesquisa ocorreu nas ruas, as malocas, becos e vielas que compõem a Baixa do Sapateiro, Salvador-Ba. A edição do vídeo foi realizada através de programa Movie Maker Free. Proponho uma última etapa, assim que o cenário de pandemia for extinto, quando realizei uma discussão sobre o material produzido no sentido de estabelecer algumas relações e destacar aspectos comuns interessantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo começa numa direção, que buscava compreender as estratégias de sobrevivência de mulheres em situação de rua da Baixa dos Sapateiros, e se desenvolve em uma experimentação singular de pesquisa, entre revisão da literatura, e em especial de vivência de campo. Como produto, propus apresentar a perspectiva de mulheres em situação de rua sobre raça, gênero, classe e territorialidade, para tanto seriam desenvolvidas oficinas participativas onde as categorias em questão seriam interpretadas a luz da vivência nas ruas, buscando identificar estratégias de sobrevivência nas ruas.

De Ávila (2019) destaca que o sistema de proteção social brasileiro, que já era frágil, com a incorporação das premissas neoliberais no âmbito da gestão pública, sofre duros impactos. Dentre estes, —a privatização das políticas sociais, a redução de direitos sociais e a focalização e exclusão dos usuários no acesso aos programas e serviços sociais públicos e gratuitos (DE AVILA, 2019, p.155). Este cenário é recrudescido a partir das eleições de 2014, e se desenvolve em um crescente, desde o pedido de recontagem de votos até o impeachment, e de maneira devastadora o Brasil é assolado por uma calamidade social e econômica. Um governo neoliberal e neofacista assume, e passa a aniquilar direitos do povo, através de um projeto societário onde pessoas vulnerabilizadas e trabalhadores(as) não são percebidos como detentores de direitos (ROUSSEFF, 2019). Com políticas sociais insuficientes, a população de rua só crescia; é nesse cenário que em 2018, acesso o programa de mestrado, e passei a desenvolver a pesquisa junto a população em situação de rua.

Apesar da conjuntura desafiadora, a pesquisa era algo concreto, lembro que conversava com Lúcia (Coordenadora MPRS-SSA) sobre o processo de seleção para o mestrado e dividia com ela minhas inquietações sobre o campo e sobre o cenário político. Acrescento, que tais inquietações, em grande medida, eram fruto de minha formação em uma instituição privada, que me afastou de duas das dimensões do tripé da formação acadêmica, a saber: pesquisa e extensão; me sentia insegura em relação ao papel de pesquisadora. Tal afastamento não era um elemento central, pois acreditava que o suporte do MPR-SSA, na pessoa de Lúcia e a relação com o campo, através da etnográfica

peripatética<sup>31</sup> realizada junto as interlocutoras (resultado da construção militante na RENFA), seriam suficientes para alcançar o objetivo de investigação.

Eis que em abril de 2018, Lúcia segue para Orum, e descobri que a pesquisa depende de muita mais, do que a execução em si. Neste ponto, passo a enfrentar diversos desafios, o emocional, porque criei resistência as lembranças que o espaço físico do MPR-SSA me trazia, e por isso passei três meses sem conseguir acessar esse espaço, e a desarticulação da coordenação do movimento, que reverberou na desorganização das atividades junto a PSR. Esta desarticulação se estendeu até os tempos atuais (2020), sendo ainda necessário investir na reaproximação da rua ao MPR-SSA, nesse processo passei a focar nos espaços de reunião da RENFA, e nas mulheres que continuavam nos territórios, pois a conjuntura econômica e social impactou em vários aspectos na forma que a rua era experimentada. O percurso deste estudo, percorrido até o momento de elaborar as análises dos dados, demandou muito de mim. Estou nas ruas desde de 2014, me insiro a partir do campo de estágio, e sigo atuando na militância, na academia e profissionalmente nos espaços da rua desde então, mas sem dúvidas os últimos anos têm sido desafiadores.

Com resiliência segui com as atividades da pesquisa, informando as interlocutoras sobre o estudo, construindo encontros em reuniões da RENFA e na Conferência Estadual de Assistência Social, lidando com as frustrações que passou a me seguir quando pensava na pesquisa. Foram muitas expectativas, e a realidade que se apresentava era ábdito.

Minayo (1994) destaca que a pesquisa é um processo, onde o(a) pesquisador(a) tem "uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente", esta afirmação me conforta por difundir que não há um fim para esse processo que iniciei, por ser um movimento constante de aproximação com a realidade (p.23), viver a rua como pesquisadora, me trouxe esse aprendizado. A rua é cismada, e foi preciso um movimento de ir e vir, de aproximar e afastar para seguir com a investigação. Foi intenso, mas rico esse caminho, através do qual pude perceber que mulheres em situação de rua, como a maior parte da população negra, descendente de africanos reterritorializados no Brasil, precisaram construir estratégias de sobrevivência, para superar diversos sistemas de opressão.

Busquei refletir sobre o que Saffioti (2013) chamou de —nóll, estabelecido entre três grandes contradições – raça, gênero e classe social, e compreendi que as estratégias

---

<sup>31</sup> Malheiro (2018) chamou de etnográfica peripatética, a ação de circular, caminhar e conversar nas ruas em companhia de parceiras de pesquisa.

cotidianas de sobrevivência de mulheres em situação de rua na cidade de Salvador estão diretamente ligadas com a construção do território e de seus derivados – territorialidade e desterritorialização. Acredito que o ponto forte deste estudo foi a bibliografia, que correspondeu às expectativas, pois conseguiu elaborar um conjunto ordenado de procedimentos de busca de soluções a partir do repertório teórico levantado, atento a proposta de estudo. A Interseccionalidade permitiu analisar a totalidade, a partir das especificidades, de ser mulher negra e em situação de rua, pois está a Rua, mesmo que assenhorada, é local de contradição e opressão. O universo social das interlocutoras é repleto de iniquidades, desde não saber o que vai comer quando acorda, até se seguirão vivas ao longo do dia, pois são muitas as violências enfrentadas. A violação de direitos que a população em situação de rua encara não é novidade, pois a história de fundação do MNPR é fruto de violência. É após a chacina da Praça da Sé (2004), onde sete pessoas em situação de rua, são assassinadas de forma brutal, na região central de São Paulo, que a PSR reúne forças para enfrentar as iniquidades de estar nas ruas, e reivindica este momento como ponto de partida e de identificação na luta da PSR por garantia de direito e justiça social (CARVALHO, 2016).

Um ponto de destaque, foi observar que a desigualdade no Brasil é algo intrínseco, e é retroalimentada, visto que a riqueza é historicamente distribuída de maneira desigual, e que a pobreza no Brasil tem cor. O Caderno ODS 1 – O que mostra o retrato do Brasil?, produzido pelo IPEA, quando desagregou os dados sobre pobreza em relação a raça/cor, os dados demonstraram que os negros (pretos e pardos) residentes das regiões Norte e Nordeste representam 56% dos pobres do país (IPEA, 2019). Situo que em relação a PSR, não é a pobreza que leva a essa condição, já que a PSR reflete uma situação de extrema pobreza, pois ao mesmo tempo que o trabalhador é criador de riqueza, é também relegado a miséria. Em uma sociedade capitalista, observamos que o capital e o trabalho compõem unidade de diversos, estão intrinsecamente ligados.

O objetivo específico que buscou caracterizar o público alvo a partir de dados sociodemográficos, trajetória e tempo de vida na rua, foi atendido, mesmo com uma amostra (7 interlocutoras) considerada reduzida em relação ao número de mulheres em situação de rua da cidade de Salvador (18%), foi possível destacar peculiaridades que demonstram a especificidade do ser —mulher|. A categoria —mulher| foi apresentada como um elemento em disputa, um devir que varia de acordo com elementos históricos e raciais, pois do mesmo jeito que raça informa classe, está também informa raça e gênero, pois os

caminhos de mulheres negras e não-negras em uma sociedade racista e sexista não são iguais. Defendo a contribuição desta pesquisa para ampliar a compreensão de profissionais e pesquisadores(as) sobre as categorias em questão.

Diante da trajetória construída até aqui, foi possível perceber que resistir e se articular é a principal estratégia de sobrevivência dessas mulheres. Se apropriar da Rua, um espaço público, em uma sociedade racista, classista e cishetorpatrilárca é um desafio hercúleo. Busquei situar que existe uma matriz colonial moderna, fruto de uma herança escravista colonial, responsável por retroalimentar relações de poder interligadas por múltiplas estruturas, sendo preciso atenção política para as disparidades fruto do racismo estrutural, que quando atravessado pelo sexismo, limita existências. Bicudo (2010) nos alerta que a inferioridade da população negra disseminada na sociedade brasileira, seja na perspectiva intelectual ou estética, é um entrave para que esta população se perceba com direitos, pois estes são valores que podem ser internalizados, e influencia no sentido dado ao pertencimento racial.

Apesar de ter escolhido um tema pelo qual realmente me interessava, com o qual estava envolvida em várias dimensões, ter estabelecido uma proposta viável, a conjuntura descrita me fez adiar as oficinas e com isso repensar a metodologia. Entendo que, em sua totalidade, a pesquisa não atendeu o proposto inicialmente, pois com a pandemia da COVID-19, as oficinas que foram inicialmente adiadas, acabaram não sendo realizadas.

Os objetivos específicos que deveriam verificar as demandas elencadas por mulheres em situação de rua e suas estratégias cotidianas de sobrevivência, assim como, sistematizar os dados encontrados, em um produto que fortalecesse o debate sobre as estratégias cotidianas de sobrevivência de mulheres em situação de rua, ficaram fragilizados. Uma debilidade que busquei dirimir revisando o percurso metodológico e propondo uma alternativa às intempéries. A autoetnografia aparece como uma luz no caminho de incertezas que se tornou as etapas finais deste estudo, proponho incidir mais uma vez o olhar opositor, parafraseando bell Hooks (2019), pois mesmo nas piores circunstâncias é possível ter agência. Penso no método de pesquisa que escolhi como esse espelho, por onde vejo minhas companheiras de luta e interlocutoras desse estudo, de onde construo base para descrever minhas experiências enquanto mulher negra e pesquisadora nas ruas da Baixa dos Sapateiros. Além disso, esse estudo é uma importante contribuição para compreender a dinâmica de uma pesquisa de campo, com uma população complexa e intensa como a PSR.

Reivindico a energia ancestral com a qual iniciei as reflexões deste estudo, Exu, o senhor das setes encruzilhadas, são 7 as vítimas da chacina em São Paulo, éramos 7 mulheres neste estudo, chegamos ao fim em 7 mulheres, as três interlocutoras, a pesquisadora e as três mulheres incríveis que compuseram a banca desta pesquisa. O número sete representa dinamismo, o universo em movimento, a vida seguindo seu fluxo. Não acredito em acaso, apenas em caminhos, sigo com a certeza de que este será um até logo, pois a pesquisa não finda nessas páginas, as demandas da população em situação de rua continuam, e por isso todo esforço em ampliar a discussão sobre esta população é insuficiente.

## REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. **Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, Acesso em: 15 de Abr. 2020. Disponível em <https://bityli.com/DuzFF>

ABREU, Maria Helena Elpidio. **Fronteiras, armadilhas e muros: contribuições teórico-metodológicas para o debate sobre território.** Revista Katálysis, v. 21, n. 2, p. 261-270, 2018. Disponível em <https://bit.ly/3kKcFWw>

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009. ISBN 978-85-359-1401-6, 319 p.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?.** Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2018.

ALENCAR, T.O.S, Nascimento, M.A.A & Alencar, B.R. **Hermenêutica dialética: uma experiência enquanto método de análise na pesquisa sobre o acesso do usuário à assistência farmacêutica.** Revista Brasileira Promoção Saúde. 25(2): 243-250. 2012.

ARAÚJO, Edna Maria de et al. **A utilização da variável raça/cor em Saúde Pública: possibilidades e limites. Interface-Comunicação, Saúde, Educação,** v. 13, p. 383-394, 2009. Disponível em: <https://bityli.com/wIqoR> Acesso em: 01 de set. 2020.

ASANTE, M. **Ensaio Filosófico**, Volume XIV– Dezembro/2016 Disponível em <https://bit.ly/2ThNcs2> Acesso em Acesso 20 de jan. 2020

BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa e WHITE, Evelyn C. **O livro da saúde das mulheres negras—nossos passos vêm de longe.** Rio de Janeiro, Criola/Pallas, 2000.

BASTOS, Ana Paula Pinto. **A diáspora africana numa trajetória geográfica, territorial e libertadora: da África ao Brasil: a liberdade em Redenção.** Cadernos de Geografia 34, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2N3qhzj> Acesso em: 07 de jun. 2018

BATISTA, Rodrigo. **Proposta de Orçamento para 2021 tem que chegar ao Congresso até segunda.** Agência Senado. 28 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/32C6SKd> Acesso em: 28 ago. 2020.

BELCHIOR, Douglas. **O dia seguinte ao fim da escravidão.** Disponível em <https://bit.ly/2IZzWli> Acesso em 02 de abril de 2017

BENTO, Maria Aparecida Santos. **Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público.** (Tese de doutorado), São Paulo:

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento Humano. 2002. Disponível em <https://bit.ly/2RuqEBi>. Acesso 07 de jun. 2017

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. Edição organizada por Marcos Chor Maio (Org). São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ha/v17n36/v17n36a15.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2019

BOGO, Ademar. **A formação de quadros: desafios e necessidades**. ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. A política de formação de quadros. Guararema, SP: ENFF, 2007.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. 1ª Edição. Editora Unijuí, 2006

BONFIM, Vânia Maria da Silva. **A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas**. In: NASCIMENTO, Eliza Larkin (org). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. p. 219-249. São Paulo: Selo Negro, 2009.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Editora: Best Bolso. 3ª Edição. Ano: 2016.

**A Gazeta. BRASIL ficará ainda mais perdido se Censo for adiado para 2022**. [SI] 2020.20 ago. 2020. Disponível em <https://bit.ly/3hILo4Q> Acesso em 28 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a **Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências, [2009]**. Disponível em: <https://bit.ly/2EgTAef> Acesso em: 8 jan. 2018.

CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. Revista **Estudos Feministas**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11922> Acesso em 16 set. 2019.

CARDOSO, Bruno Baptista; VIEIRA, Fernanda Morena dos Santos Barbeiro; SARACENI, Valeria. **Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?**. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00188718, 2020.

CARLOS, Ana F. A. **A prática espacial urbana como segregação e o “Direito à Cidade” como horizonte utópico**. In: A cidade contemporânea: segregação espacial. VASCONCELOS, Pedro; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2013, pp. 95– 110.

CARNEIRO, S. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma Perspectiva de Gênero**. Revista LOLA Press nº 16, novembro 2001. Disponível em <https://bit.ly/2x7LUUb> Acesso em 15 jul. 2018

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese de Doutorado. Disponível em <https://bit.ly/3aIzAMP> Acesso em 26 jan. 2020

CARVALHO, Sandra Moreira Costa de. **População Adulta em Situação de Rua e o Acesso à Saúde.** 1 ed. – Rio de Janeiro: Autografia, 2016. 260p.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2020.** Ipea 2020. Disponível em <https://bit.ly/3jmvQny> Acesso em 28 ago. 2020

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2014.

CORTIZO, R. M. **População em situação de rua no Brasil: o que os dados revelam.** 2019. Disponível em <https://bit.ly/3jIOFRK> Acesso 13 jul. 2020.

CUNHA, Barbára Madruga da. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero."** Jornada De Iniciação Científica 16 (2014): 149-170. Disponível em <https://bit.ly/2f3BwGB> Acesso em 11 mar. 2017.

CRENSHAW, Kimberle W. (2004). **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero.** In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero.* Brasília: Unifem. Disponível em <https://bit.ly/2XpXgBT> Acesso em 10 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos Feministas, v.10, n. 1, p. 171-188,2002.

COLLINS, P. H. **Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro.** Em: Jabardo, Mercedes (Org.). *Feminismos Negros: una antologia.* Madrid, Traficante de Suenos, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2j5HLrt> Acesso em Acesso em: 11 mar. 2017.

COSTA, Duane Brasil; AZEVEDO, Uly Castro de. **DAS SENZALAS ÀS FAVELAS: por onde vive a população negra brasileira.** Socializando, Ceará, n. 1, ano 3 p. 145-154, jul. 2016. Anual. Disponível em: <https://bit.ly/2QEqSX2> Acesso em: 28 jul. 2020

DA COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro. **ESPAÇOS NEGROS:" cantos" e" lojas" em Salvador no Século XIX.** Caderno CRH, v. 4, 1991. Disponível em: <https://bit.ly/31Jjjoy> Acesso em: 19 jul. 2020.

DA MATTA, Roberto. **Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre distância entre o indivíduo e pessoal no Brasil** in: Carnavais, Malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. Disponível em: <https://bit.ly/2XtdxG2> Acesso em: 10 abr. 2019

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. Disponível em: <https://bit.ly/2XB5reR> Acesso em: 10 abr. 2019

DA SILVA, Tomaz Tadeu da. HALL, Stuart; Woodward, Kathryn. **Identidade e diferença** (2000).

DA VIOLÊNCIA, Mapa. **Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília. DF: FLACSO, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2Tqvd2X> Acesso em: 15 jul 2017.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Ângela. **A liberdade é uma luta constante**. São Paul, Boitempo. 2018.

DE ÁVILA, Heleni Duarte Dantas; DO NASCIMENTO, Jucileide Ferreira; SILVA, Maurício Ferreira. **Neoliberalismo e restrição de direitos no Brasil: notas sobre mercantilização do ensino e reforma do estado**. Humanidades & Inovação, v. 6, n. 17, p. 154-162, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/v15Pl> Acesso em: 29 set. 2020.

DE JESÚS, Carolina Maria; MORAVIA, Alberto. **Quarto de despejo**. Livraria Francisco Alves, 1963.

DE MATTOS, Wilson Roberto. **Negros contra a ordem: Astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador, 1850-1888)**. EDUNEB, 2008.

DE SOUZA, Raumi Joaquim. **Terra, Raça e Classe: A classe trabalhadora é negra. MST**. nov. 2017. Seção População Negra. Disponível em <https://bit.ly/3czSGEY>. Acesso em 21, abr, 2020

DIAS, M.O; **Resistir e Sobreviver**, p. 360-381, *In.*: PINSKY, B.C; PEDRO, J.M. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013. 549p.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade Cultural da África Negra. Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica**. Luanda - Angola: Mulemba, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2ygLJHf>. Acesso em: 7 abr. 2019

DRAVET, Florence Marie; DE OLIVEIRA, Alan Santos. **Relações entre oralidade e escrita na comunicação**. Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social, v. 21, p. 11-30, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3b7yv1K> Acesso em: 28 ago. 2020.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Ed.). **Guerreiras de natureza: mulher negra, religiosidade e ambiente**. Grupo Editorial Summus, 2008.

EGREJA, Maria Teodora de Castro. **Geofinança, Estratégia e Governo financeiro**. Porto, Portugal. 2017. Disponível em <https://bit.ly/2JcVYB8>. Acesso em 28 jun. 2019,

FEDERAL, Governo. Política nacional para inclusão social da população em situação de rua. Brasília: Governo Federal, 2008. Disponível em <https://bit.ly/3hA0cTq> Acesso 18 jan. 2018.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador 1890-1937**. Afro-Ásia 21-22 (1998). Disponível em: <https://bit.ly/2L9oEO4> Acesso em 20 de fev. 2019.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. **Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na belle époque imperfeita**. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia, p. 77, 1994. Disponível em <https://bit.ly/2RD75ap> Acesso em 20 de fev. 2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FERNANDES, João Luís Jesus. **A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo**, *In*: I Jornadas Internacionais [...]; AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural; Póvoa de Varzim (pp.423-447). ISBN: 978-989-8170-03-3 Disponível em <https://bit.ly/2SSMLCc> Acesso em 02 de mai. 2019

FINCH III, Charles S.; NASCIMENTO, Eliza Larkin. **Abordagem Afrocentrada, História e evolução**. *In*: Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. NASCIMENTO, Eliza Larkin (org). São Paulo: Selo Negro, 2009.

FINCH III, Charles S. **Cheikh Anta Diop Confirmado**. *In*: NASCIMENTO, Eliza Larkin (org). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Casa, Rua & Laje: O caso da favela globalizada**. Paper apresentado no Seminário Internacional [...]– UnB, 9 a 12 de novembro de 2010. Disponível em <https://bit.ly/2X0jLOd> Acesso em 09 de abr. 2019

FREITAS, Eduardo de. **Tipos de colonização da América**. Brasil Escola. Disponível em: <https://bit.ly/2KzqlUv> Acesso em 02 de abril de 2017.

FONSECA, Adilson. **Terminal Aquidabã perdeu o sentido e acabou abandonado**. 2018. Disponível em: <https://www.bahiamunicipios.com.br/terminal-aquidaba-perdeu-o-sentido-e-acabou-abandonado/> Acesso 23 de jul. 2020

GALEANO, Eduardo; **O Livros dos Abraços**. Tradução de Eric Nepomuceno. O livro dos abraços, v. 9, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2YMfNJI> Acesso em 07 de mar. 2017

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986. Acesso em 06 mai. 2020. Disponível em: <https://bityli.com/Khzkj>

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. Educação e Pesquisa, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2KwJIhE> Acesso em 14 mar. 2017

GEILFUS, Frans. **80 herramientas para el desarrollo participativo**. IICA, 2002. Disponível em <https://bit.ly/2WY8AAE> Acesso 17 dez. 2018.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. São Paulo, ANPOCS, 1983, pp. 223-244. Disponível em <https://bit.ly/2KTMnii> Acesso 03 de mar. 2019.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: LUZ, Madel T. (Org). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1982, 146p.

GUIMARÃES RD, LOURENÇO JD, LOURENÇO FD. **Métodos e técnicas de diagnóstico participativo em sistemas de uso da terra: apostila de curso**. Embrapa Amazônia Ocidental. Documentos. 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do " fim dos territórios" à multiterritorialidade**. 6º edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.396p.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2R7BFZR> Acesso em: 11 jan. 2020

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Vol. 93. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003.

HEBREU NEGRO. **Cheikh Anta Diop derrubou o racismo científico, ao provar que o Egito antigo era uma civilização negra**. Geledes, [S. l.], 21 jan. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/31VH1Mr> Acesso em: 5 mai. 2017

HOOKS, bell. **Olhares Negros: Raça e Representatividade**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019. 356p.

IANNI, Octavio. **Dialética das relações raciais**. Estudos avançados, v. 18, n. 50, p. 21-30, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2Y2pmQC> Acesso em 11. Mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/32yomY0> Acesso em: 28 ago. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). CONTÍNUA, P. N. A. D. **educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem**. Agência IBGE, v. 19, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/2YS5B0y> Acesso em: 30 ago. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: 2007. Disponível em <https://bit.ly/2KyGhoI> Acesso em: 24 abr. 2020

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Caderno ODS 1 – O que mostra o retrato do Brasil?** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/1YELI> Acesso em: 30 ago. 2020

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Tradução: Jess Oliveira. Editora Cobogó. 2019

KERNER, I. **Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo.** Novos Estudos CEBRAP, 93, 2012. Disponível em <https://bit.ly/2XB3bnT> Acesso em 04 fev. 2019

KOGA, Dirce. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vivido.** São Paulo: Cortez, 2011

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo. Centauro, 2001. Disponível <https://bit.ly/2EEA8rR> Acesso em 18 ago. 2019

LESSA, Luciana Falcão. **Senhoras do Cajado: um estudo sobre a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos.** Universidade Federal da Bahia. Salvador-BA, 2005.

LOPES, Fernanda. **Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil.** In: Seminário saúde da população negra Estado de São Paulo 2004. 2005. p. 53-101. Disponível em <https://bit.ly/2GqU8M0> Acesso em 26 jan. 2019

LOPES, Sarah Leão; ALLEMAND, Débora Souto; RICARTE, Daniela. **Tocar, Ser e Sentir: o método cartográfico como potente gerador de afetos.** Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Disponível em <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>. Acesso em 25 jul. 2020

LORDE, Audre. **Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão dismantelar a casa do mestre.** Tradução de Renata. Geledes. 10 set. 2013. Disponível em <https://bit.ly/2WWw4v4>. Acesso em 22 jan. 2019

LOWY, Michel. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista.** São Paulo. Cortez. 2006.

LUCINDA, Elisa. Quebrando o Tabu - **Se tem territorialidade tem apartheid.** 2019. Disponível em [www.facebook.com > quebrandootabu](http://www.facebook.com/quebrandootabu) > post. Acesso em: 24 jan. 2019

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Etnografia como prática e experiência.** Horizontes antropológicos 15, no. 32 (2009): 129-156. Disponível em <http://ref.scielo.org/rqpjss>> Acesso em: 20 jul. 2018.

MALHEIRO, Luana Silva Bastos. **Tornar-se mulher usuária de crack: trajetória de vida, cultura de uso e políticas sobre drogas no centro de Salvador-BA.** 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2YQF1F6> Acesso em: 28 ago. 2020

MARIGONI, G. **O destino dos negros após a Abolição.** Desenvolvimento IPEA, ano 8, n.70, p. 34-42, 2011. Disponível em <https://bit.ly/2zFChAE> Acesso 30 abr. 2020.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Poulantzas e o conceito de ‘burguesia interna’. **Revista Demarcaciones**, n. 2, 2014. Disponível em <http://revistademarcaciones.cl/wp-content/uploads/2014/11/Martuscelli-corregido.pdf> Acesso em 30 abr. 2020

MAZAMA, Ama. **A afrocentricidade como um novo paradigma**. In: Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. NASCIMENTO, Eliza Larkin (org). São Paulo: Selo Negro, Coleção Sankofa, vol. 4. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus. **População de rua em Salvador: estudo dos territórios e do direito à cidade (2005-2015)**. Disponível em <https://bit.ly/2YFXIv8> Acesso 20 jul. 2020.

MOORE, Carlos. **O marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão**. Belo Horizonte: Cenafro / Mandyala, 2010.

MOORE, Carlos. **Racismo através da história: da antiguidade à modernidade**. Mimeo. Copyright 2007

NASCIMENTO, Eliza Larkin. **O olhar afrocentrado: introdução a uma abordagem polêmica História e evolução**. In: Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. NASCIMENTO, Eliza Larkin (org). São Paulo: Selo Negro, 2009

NAPOMUCENO, B.; **Protagonismo Ignorado**, p. 382-409, In: PINSKY, B.C; PEDRO, J.M. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013. 549p.

**O GOLPE DE 2016: a porta para o desastre, por Dilma Rousseff**. São Paulo (Sp), 17 abr. 2019. Disponível em: <https://bityli.com/2gyfI> Acesso em: 28 ago. 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes. Disponível em <https://bit.ly/2Cb0TCm> Acesso em 14 jun. 2019

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PIMENTEL, Clara Alencar V. **A diáspora africana e suas implicações na figura da mulher negra na sociedade atual**. Darandina: Revista eletrônica, Juiz de Fora 12, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2NkGIHo> Acesso em 14 de mar. 2017

QUIROGA, J.; Novo, M. **Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero**. In: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: MDS/SAGI/SNAS. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2vxsXuC> Acesso em: 18 de jun. 2018

RAÍZES (Roots), adaptação do livro Raízes: A Saga de uma Família Americanall de Alex Haley. EUA. 2016. 95min.

REIS, João José. **A Revolta dos malês em 1835**. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/2YNguAO> Acesso em: 28 de ago. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, RN. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, 95p. ISBN 978-85-7982-075-5. Disponível em <https://bit.ly/2Til0n6> Acesso em 14 de mar. 2017

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, Biblioteca Básica de Serviço Social,, 2009.

SACK, Robert. **Territorialidade humana sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press 1986. Disponível em <https://bit.ly/2Y8IoVE> Acesso em 07 mar. 2018

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **A Mulher na sociedade de classes**. 3.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **Gênero Patriarcado Violência**. Heleieth Iara Bongiovani Safiotti. 2.ed. - São Paulo: Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. **Quem tem medo dos esquemas patriarcas de pensamento?** Crítica Marxista, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 71-75. Disponível em: <https://bit.ly/2KzjVpl> Acesso em 21 set. 2017.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de. **Relatório da Pesquisa sobre a população em situação de rua no município de Salvador-Ba**. 1. ed. – Salvador: Programa Salvador Cidadania, 2010.

SANTOS, Carla Adriana da Silva. **Ó pa í, prezada!: racismo e sexismo institucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador**. (2016). Disponível em <https://bit.ly/2LbLQLp> Acesso 06 mar. 2019

SANTOS, Milton. **Território, territórios, ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina; 2007.

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador: Estudo de Geografia Urbana**. 2 ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, Salvador: Edufba, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i) materialidade**. Geosul 22, no. 43 (2007): 55-76. Disponível em <https://bit.ly/2KxWCfi> Acesso 17 dez. 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial: continuando a reflexão**. In: Estudos territoriais na ciência geográfica. SAQUET, Marcos. (Org.). São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 47-74.

SAQUET, Marco Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, Marcos

Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org). Territórios e Territorialidades: Teorias processos e conflitos. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2015. p.69-87

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. (1990). Disponível em: <https://bit.ly/1eVCOpQ> Acesso em 05 jul. 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em <https://bit.ly/2xaWJfg> Acesso em 05 jul. 2018

SENRA, Marcia Cristina. **Território, sociabilidades e territorialidades: um estudo em um bairro belo-horizontino**. In: Pedro Martins, Hector Ávila & Tania Welter (Orgs.), Território & sociabilidade. Relatos latinoamericanos (pp. 193-209). Florianópolis: Editora da UDESC. 2012.

SILVEIRA, Renato da. **O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto**. 2015. Disponível em <https://bit.ly/3bAeY9H> Acesso em 24 abr. 2020

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A epidemia de gripe espanhola: um desafio à medicina baiana**. História, Ciências, Saúde–Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, out.-dez. 2008. Disponível em <https://go.aws/36ixPUP> Acesso 20 mai. 2020

TAQUETTE, Stella. **Análise de dados de pesquisa qualitativa em saúde**. ATAS CIAQ 2016: 524-533. Disponível em <https://bit.ly/2RrKpcU> Acesso 17 dez. 2018.

**Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural**. OXFAM Brasil. nov. 2016. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural>. Acessado em ago 2018.

TIENE, Izalene. **Mulher Moradora na Rua: Entre Vivências e Políticas Sociais**; Campinas, SP: Alínea, 2004. 171p.

URIARTE, Urpi Montoya. **Entra em beco, sai em beco – formas de habitar o centro: Salvador e Lisboa**; Salvador, EDUFBA, 2019, 367p

UM VÍRUS E DUAS GUERRAS: Mulheres enfrentam em casa a violência doméstica e a pandemia da Covid-19. Jun. 2020. Disponível <https://ponte.org/mulheres-enfrentam-em-casa-a-violencia-domestica-e-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso 16 jul. 2020.

VAZ, Débora. **Racismo patriarcal: muito além do conceito**. Entrevista com Cleusa Aparecida da Silva. CEFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. n.175. Nov. Dez. 2013 (encarte). Disponível em <https://bit.ly/2OMDtJT> Acesso em 14 mar 2017.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático**. Centro Cultural Poveda, Proyecto Comunicación y Didáctica, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/2N78VS3> Acesso 17 dez. 2018.

VIANNA, L.C.R.; SANTOS, Í.A.; PALHARES, D. **Abordagens da Saúde para População em Situação de Rua, com Foco Na População Negra**. UNB. Brasília, 2019. Disponível em <https://bit.ly/3hFemmf> Acesso 14 jan. 2020

VIONE, Gilmar Francisco. **Metodologias participativas na construção de planos de desenvolvimento local**. 2002. Disponível em <https://bit.ly/2XnUo8D>. Acesso 17 dez. 2018.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo** *In: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux* [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009 Disponível em <https://bit.ly/2L4UFEk> Acesso em 05 ago. 2018

WERNECK, Jurema. **O Samba Segundo as Ialodês: mulheres negras e cultura midiática**. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro.2007. Disponível em <https://bit.ly/2OLOVSm> Acesso em 05 ago. 2018

YAZBEK, Maria Carmelita. **Tendências da política de assistência social**. Serviço Social e Saúde, v. 3, n. 1, p. 23-34, 2004. Disponível em <https://bit.ly/2YMFkqN> Acesso em 12 jul. 2

## APÊNDICE

Sobre a pesquisa (roteiro do vídeo/produto da pesquisa)

### 1. Objetivos da pesquisa

1. Identificar as estratégias cotidianas de sobrevivência de mulheres em situação de rua na Baixa dos Sapateiros, Salvador-BA, através de um vídeo que narre a experiência da pesquisadora com esse processo investigativo;

2. Analisar o processo de produção do vídeo em todas as suas etapas.

### 3. Local da pesquisa

A pesquisa ocorreu nas ruas, as malocas, becos e vielas que compõem a Baixa do Sapateiro, Salvador-BA.

### 4. A proposta

Selecionei registro fotográficos e vídeos dos diversos momentos de construção desse estudo, no intuito de apresentar meu olhar da construção investigativa, sem deixar de apresentar as falas e olhares das mulheres.

### 5. Procedimentos / Etapas

- Observação das cenas gravadas, das fotografias levantadas, dos vídeos públicos encontrados, escolha das cenas que se pretendem manter e outras que se desejam cortar, escolha do fundo musical;

- Edição: A edição será realizada através de programa *Movie Maker Free*

### 6. Organização e reflexão sobre o material coletado

O material consiste basicamente em:

- Registro de fotos dos encontros com as interlocutoras;
- Registro em áudio das conversas realizadas com as interlocutoras;
- Registro de vídeos com falas das interlocutoras respondendo a questionamentos pertinentes a pesquisa;
- Anotações de campo realizadas pelo pesquisador sobre todo processo de produção.

As gravações e fotos foram realizadas com aparelhos celular.

- Organização dos materiais

A organização dos materiais seguirá os passos seguintes:

- Separação do material de vídeo e fotos em pequenas cenas/assuntos.

Essa terceira etapa será realizada após observações do material selecionado, a partir da identificação do assunto, a ele será dado um título. Exemplo: A rua e a casa. Junto ao assunto gravado será registrado o momento em que a cena aparece no filme, ou seja, a minutagem.

### 7. Proponho uma última etapa, assim que o cenário de pandemia for extinto:

Nessa última etapa, realizei uma discussão sobre o material produzido no sentido de estabelecer algumas relações e destacar aspectos comuns interessantes.